caixa

Consolidar e Liderar combina comigo



Relatório & Contas 2023

Índice

Parte I - RELATÓRIO DE GESTÃO ... 3
Órgãos Sociais ... 4
Direções ... 5
Mensagem do Conselho de Administração ... 6
Principais Indicadores ... 12
1. Enquadramento Económico e Financeiro ... 13
1.1. Contexto Internacional ... 13
1.2. Contexto Nacional ... 16
2. A Caixa em 2023 ... 21
2.1. Cultura Corporativa e Linhas Estratégicas ... 21
2.2. Destaques da Atividade em 2023 ... 26
3. Desempenho da Caixa ... 28
3.1. Atividade e Negócio ... 28
3.2. Áreas de Suporte ao Negócio ... 34
3.3. Gestão de Risco ... 40
3.4. Caixa e Responsabilidade Social ... 44
4. Informação Financeira ... 48
4.1. Resultado ... 48
4.2. Balanço e Atividade ... 50
4.3. Indicadores Financeiros e Prudenciais ... 51
5. Eventos Subsequentes ... 53
6. Proposta de Aplicação dos Resultados ... 54
7. Notas Finais ... 55
8. Demonstrações Financeiras ... 56
Parte II – ANEXOS, RELATÓRIOS E PARECERES ÀS CONTAS ... 59
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal ... 60
Relatório dos Auditores Externos ... 60
Anexo às Demonstrações Financeiras ... 60

Parte I - RELATÓRIO DE GESTÃO

No cumprimento dos preceitos estatutários da Caixa Económica de Cabo Verde, S.A. (Caixa), vem o Conselho de Administração apresentar à Assembleia Geral, Acionistas, Clientes, Colaboradores e demais parceiros o Relatório e as Contas referentes ao exercício de 2023.

Órgãos Sociais

Mesa Assembleia

Presidente
Raquel Helena Lopes Spencer Medina

Vice-Presidente
Zilmar Darilson Silva Lopes

Primeiro Secretário
Dulce Sofia Dupret Fonseca

Conselho Administração

Presidente
Jailson da Conceição Teixeira de Oliveira

Vice-Presidente
Orlanda Maria Duarte Santos Ferreira

Vogal
António Carlos Moreira Semedo

Vogal
Célia Maria Barreto dos Santos

Vogal
Antão Miguel de Morais Lima Chantre

Vogal
Yara Helena Semedo Craveiro Miranda Semedo

Vogal
Domingos Veiga Mendes

Conselho Fiscal

Presidente
Bruno Miguel Delgado Gomes Lopes

Vogal
Sandra Marisa Semedo Monteiro

Vogal
João Augusto Barros Pina

Suplente
António Pedro Gomes Silva

Direções

Direção Financeira e Internacional	Diretor	Manuel Júnior
Direção de Informática, Comunicação e Segurança	Diretor	Abel Cardoso
Direção Comercial Norte	Diretor	Manuel Almeida (até 31/07/2023) Manuela Delgado (a partir 01/08/2023)
Direção Comercial Sul	Diretora	Denise Santos
Direção Administrativa e Recursos Humanos	Diretor	Fátima Bernardino (até 30/11/2023) Emanuel Évora Gomes (a partir de 01/12/2023)
Direção Operacional	Diretora	Ariana Ribeiro
Direção de Gestão de Risco	Diretor	João Carlos Lopes
Gabinete de Acompanhamento e Recuperação de Crédito	Coordenador	Carlos Pereira
Gabinete de Assuntos Jurídicos	Coordenadora	Dulia Ferreira
Gabinete de Auditoria Interna	Coordenadora	Carmen Varela
Gabinete de Marketing	Coordenadora	Elga Vieira
Gabinete de Organização, Estudos e Projetos	Coordenador	José Luis Silva
Gabinete de Planeamento e Controlo de Gestão	Coordenadora	Vera Lima
Gabinete de Função Compliance	Coordenador	Domingos Semedo
Gabinete de Instalações e Avaliação Imobiliária	Coordenador	Oriana Lima
Gabinete de Auditoria de Sistemas de Informação	Coordenador	Jorge Lima
Gabinete Secretariado e Relações-Públicas	Coordenadora	Nancy Cardoso

Mensagem do Conselho de Administração

Estimados Acionistas, Clientes e Parceiros,

A conjuntura externa do exercício de 2023 ficou caraterizada pela redução do crescimento da economia mundial tendo registado um crescimento de 3,0% contra um crescimento de 3,5% em 2022, mas com expectativas de crescimento de importantes parceiros comerciais do país a melhorarem.

Assistiu-se à normalização das cadeias de abastecimentos, com melhoria das restrições na oferta e uma diminuição da procura, com impacto na redução dos preços dos produtos energéticos e alimentares, bem como os efeitos de base, a pressionarem no sentido descendente os preços no produtor e no consumidor;

A Inflação, apesar de ainda continuar elevada, registou uma diminuição significativa, de vários pontos percetuais nas principais zonas económicas de interesse.

O mercado de trabalho dos principais parceiros do país e acolhedores da diáspora cabo-verdiana permanecerem resilientes, particularmente na Área do Euro e nos EUA, em contramão do que ocorre em Reino Unido com o mercado de trabalho mostrando sinais de arrefecimento. Na Área do Euro, registou-se uma diminuição de taxa de desemprego de 6,7% para um mínimo histórico de 6,4%. Nos EUA, estabilização em torno dos 3,8%. No Reino Unido verificou-se arrefecimento do mercado de trabalho após meses de aperto sem precedentes da política monetária, pelo que a taxa de desemprego aumentou para os 4,3%.

O ano de 2023 ficou marcado por aumento nas tensões geopolíticas exacerbadas entre os países ocidentais e a Rússia e seus principais aliados, a par da persistência de tensões comercias, sobretudo, entre os Estados Unidos e a China, agravadas ainda mais pelo recente conflito no Médio Oriente, opondo Israel e o Hamas.

A nível interno o PIB real cresceu 5,1%, após ter crescido 17,4% em 2022. Tal desaceleração ocorre em função do efeito de base. O ano de 2023 foi recorde para o turismo, com mais de um milhão de hóspedes em estabelecimentos hoteleiros, representando um aumento de 20,9% em comparação com 2022. Tal aumento favoreceu o crescimento das receitas de exportações de serviços e o aumento do consumo das famílias. De referir que do lado da demanda o maior contributo para o crescimento do PIB veio do consumo das famílias (+5,8 p.p.) após registar um crescimento de 7,7%. Seguem as exportações de serviços (sobretudo turismo) com um contributo de 4.1 p.p.

Diferentemente das exportações de serviços, as exportações de bens registaram uma diminuição de 19%, contribuindo negativamente para o crescimento do PIB em 2,6 p.p. Em volume registaram-se quedas nos produtos do mar e nos calçados e vestuários. As importações por sua vez apresentaram uma diminuição de 8,5%, impulsionada sobretudo pela diminuição das importações de bens (-10,9%), nomeadamente os bens intermediários (produtos alimentares primários, produtos transformados para indústria alimentares, produtos transformados para construção e carpintaria), bens de capital (máquinas) e combustíveis (óleos lubrificantes e gasolina). O contributo negativo para o crescimento do PIB veio do lado dos investimentos (-6,8 p.p.) após registar uma diminuição de 34,1%. Está relacionada com a queda dos bens de capital e a performance negativa do setor da construção.

Do lado da oferta, as performances positivas e de maiores contributos para o crescimento do PIB destacam Transporte e armazenagem (+1.5 p.p.), Alojamento e restauração (+0.9 p.p.), Administração pública e segurança social (+0.9 p.p.), Atividades imobiliárias (+0.6 p.p.), Atividade de Informação e de comunicação (+0.5 p.p.), Atividades financeiras e de seguros (+0.5 p.p.).

O crescimento do turismo beneficiou o crescimento dos setores conexos, nomeadamente transportes que registaram incrementos em todas as modalidades, bem como as atividades imobiliárias e indústrias transformadoras. As reformas nos setores das tecnologias de informações em curso têm contribuído para reverter a tendência decrescente que o setor de Atividade de Informação e de Comunicação apresentava. Juntamente com o ramo das outras atividades de serviços foram os setores com maior crescimento econômico em 2023.

Por outro lado, os ramos de atividades com maior contributo negativo no PIB foram Construção (-0.5 p.p.), Comércio e reparação (-0.5 p.p.) e Agricultura (-0.4 p.p.) seguida de Educação e Saúde e ação social ambas com -0.3 p.p. O desempenho negativo da construção (15,5%) foi afetado pelo aumento nos custos da produção e dificuldades na obtenção de crédito. O ramo do comércio e reparação teve crescimento negativo de 3,7%, derivado sobretudo da rutura de stock e preços de venda demasiado elevados. O ramo da agricultura por sua vez continua a tendência negativa de vários anos, derivado da seca prolongada.

No que se refere a taxa de inflação, tem-se que em 2023 situou-se em 3,7%, antes em 8,0% em 2022 sendo o nível mais alto dos últimos 20 anos, reflexo do prolongamento das restrições persistentes na oferta e o aumento dos preços das matérias-primas energéticas e não energéticas no mercado internacional. No entanto, em 2023 a inflação beneficiou da redução dos preços das matérias-primas energéticas e, em menor grau, dos produtos alimentares no mercado internacional, e da desaceleração da economia nacional. Apesar de estar a reduzir-se, continua ainda em níveis elevados.

O stock de reservas externas líquidas, nos primeiros seis meses do ano, a permitir garantir 5,7 meses das importações projetadas para 2023, quando no semestre homólogo permitia garantir 6 meses;

Pese embora a melhoria da dinâmica do mercado de trabalho dos principais países acolhedores da diáspora cabo-verdiana, em 2023 registou-se uma diminuição em 4,3% das remessas dos emigrantes. Destaca sobretudo a contração dos envios dos EUA, seguida de Luxemburgo, Portugal, Itália, Franca e Reino Unido. Na base desse resultado pode constar o efeito negativo da elevada inflação e das condições de financiamento mais restritivas.

No âmbito das finanças publicas, as contas provisorias do 4º trimestre indicam melhoria das necessidades de financiamento do Estado a determinar um menor recurso ao endividamento, derivado do incremento das receitas totais em 23,1%, acima do aumento das despesas totais em 5,1%, registando uma diminuição do endividamento interno e externo. O deficit publico diminuiu de 9,7 milhões de contos em 2022 para 0,8 milhões de contos em 2023. Nesse sentido estima que a dívida pública diminua de 125% do PIB em 2022 para 113% do PIB em 2023.

O setor monetário manteve nível confortável de liquidez e em expansão, traduzindo a evolução dos passivos monetários e dos passivos quase monetários;

A semelhança dos anos anteriores, em 2023 teve a manutenção, pelo Governo, de linhas de financiamento com garantia do Estado com o objetivo de assegurar a retoma da economia nacional, através dos bancos comerciais. O crédito à economia cresceu 6,3%, com o crédito ao setor privado a crescer 6,1%,

Fatores como nível elevado de incumprimento, expetativas menos favoráveis quanto à atividade económica em geral e a setores de atividade específicos e riscos associados às empresas sem contabilidade organizada constituem grandes preocupações para o setor bancário;

Redução da procura de financiamento bancário do segmento empresarial e recurso das mesmas a fontes de financiamento alternativas, nomeadamente, a empréstimos de instituições financeiras não bancárias, emissão/reembolso de títulos de dívida, bem como à menor necessidade de financiamento para investimento;

Alto endividamento das empresas, ainda a padecer da consequência da moratória de financiamento no âmbito da linha Covid, e elevado custo de vida induzido pela inflação a traduzir-se na dificuldade efetiva das empresas e famílias em cumprir com o serviço da divida;

Possibilidade de alienação, pelo Estado de Cabo Verde, da sua participação direta no capital da Caixa, detida com a aquisição da participação anteriormente detida pela Geocapital;

Persistência da concorrência baseada no preço para a captação dos melhores clientes e das melhores operações de crédito, além da compra dos créditos habitação na carteira dos bancos;

Continuação das negociações relativas à venda da participação da CGD no Banco Comercial do Atlântico;

Continuação do elevado nível de liquidez no Sistema Bancário sem alternativas rentáveis e sustentáveis de aplicação;

Permanência no balanço dos bancos de ativos improdutivos e que já atingiram o prazo limite de permanência sem impactar o rácio de solvabilidade;

A normalização gradual da política monetária pelo Banco de Cabo Verde, após um período em que adotou um conjunto de medidas de política monetária acomodatícias, para fazer face aos efeitos da crise pandémica na economia nacional, com a subida das suas taxas de juro de referência, colocando a taxa diretora em um por cento, a taxa de Cedência de Liquidez em 1,25 por cento e a taxa de Absorção de Liquidez em 0,55 por cento, com o fito de acautelar fatores de risco para a evolução das reservas cambiais do país, por imperativo da necessidade de reduzir o diferencial entre as taxas de juro internas e àquelas praticadas nos mercados internacionais, em particular na Área do Euro;

O desempenho da Caixa no exercício de 2023, no essencial, manteve a sua trajetória crescente dos anos anteriores, tendo continuado a registar melhorias em vários indicadores que ilustram a consolidação e o reforço da robustez da Instituição, apesar do contexto de risco, de incertezas e de concorrência acrescidos vivido.

O Ativo Líquido registou um crescimento de 7,83% (+6.626.841 contos) em relação a dezembro de 2022, atingindo 91.295.459 contos, explicado sobretudo pelo crescimento da rubrica depósitos e aplicações em Instituições de Crédito.

Os Depósitos Totais conheceram um crescimento de 7,44% (+5.641.160 contos) atingindo 81.505.940 contos em dezembro de 2023, contra 75.864.780 contos em dezembro de 2022.

O Crédito Bruto Total Clientes, incluindo as obrigações "corporate" e Dívida Pública, registou um crescimento 2,71% (+1.660.247 contos), atingindo 63.009.987 contos em dezembro de 2023 contra 61.349.740 contos em dezembro de 2022, impactado negativamente pelo "write off" efetuado no valor

de 371.450 contos e pelo reembolso antecipado extraordinário de 3 Câmaras Municipais no valor 303.430 contos, totalizando 674.880 contos.

O Crédito Total Líquido, registou um crescimento de 3,05% (+1.732.498 contos, atingindo 58.592.315 contos em dezembro 2023, contra 56.859.817 contos em dezembro 2022.

O acompanhamento da carteira de crédito, a prevenção e a gestão do incumprimento, bem como a busca de soluções para os ativos recebidos em pagamento continuaram a merecer uma atenção reforçada da Administração da Caixa Económica, face ao fim da moratória, ao aumento de crédito vencido registado no início do ano e às correspondentes necessidades de restruturação de crédito.

Os indicadores da qualidade da carteira de crédito, registaram uma melhoria assinalável em relação a 2022, tendo o rácio de crédito vencido evidenciado uma diminuição de 0,47p.p., passando de 8,44% em 2022 para 7,97% em 2023.

O Resultado Líquido do Exercício atingiu o valor de 1.503.179 contos em dezembro de 2023, evidenciando um crescimento de 22,27% (+273.760 contos) em relação a 2022.

A Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE) em 2023 atingiu 18,91% contra 17,23% em 2022, evidenciando um aumento de 1,68 p.p.

Os Capitais Próprios da Instituição atingiram 8.395.244 contos em 2023, contra 7.505.936 contos em 2022, evidenciando um aumento de 889.308 contos (+11,85%), explicado pelos Resultados Líquidos.

O Rácio de Solvabilidade atingiu 24,63% em 2023, evidenciando um aumento de 1,7 p.p. em relação a dezembro de 2022, quando atingiu 22,92%. Esse nível de rácio de solvabilidade é significativamente superior ao mínimo regulamentar em vigor que é de 12% e permite uma boa capacidade de alavancagem à Instituição.

O rácio de "Cost-to-income", medida de eficiência dos bancos, fixou-se em 44,01%, nível historicamente baixo, e que evidencia uma melhoria de 2,53 p.p. em relação a 2022, explicado essencialmente pelo crescimento do produto bancário.

O Banco continua a ter condições prudenciais e liquidez confortáveis para financiar as necessidades de financiamento das famílias e das empresas cabo-verdianas, enquadráveis na sua Declaração de Apetite ao Risco.

O empenho, a dedicação e a competência de todos os Colaboradores constituíram os fatores determinantes de diferenciação e da melhoria do desempenho da Caixa, fato pelo qual expressamos aqui o nosso apreço e reconhecimento.

A Caixa continuará empenhada em criar as condições técnicas, organizacionais e humanas necessárias para a melhoria contínua do seu funcionamento e do seu desempenho.

Presidente - Jailson da Conceição Teixeira de Oliveira

Vice-Presidente - Orlanda Maria Duarte Santos Ferreira

Vogal - António Carlos Moreira Semedo

Vogal - Célia Maria Barreto dos Santos

Vogal - Antão Miguel de Morais Lima Chantre

Vogal - Yara Helena Semedo Craveiro Miranda Semedo

Vogal - Domingos Veiga Mendes

Principais Indicadores

(milhares de escudos - mCVE)	2023	2022	Var. anual	
1. Dimensão			mCVE/p.p	%
- Ativo Líquido	91 295 459	84 668 618[1]	6 626 841	7,83%
- Recursos Próprios (Capital + Reservas + Resultado)	8 395 244	7 505 936	889 308	11,85%
- Crédito s/ Clientes (Bruto)	63 009 987	61 349 740	1 660 247	2,71%
- Crédito s/ Clientes (líquido)	58 592 315	56 859 817	1 732 498	3,05%
- Recursos de Clientes	81 882 098	76 175 454	5 706 644	7,49%
- Trabalhadores Ativos	364	371	-7	-1,89%
- Agências e outras formas de Representação	40	38	2	5,26%
- Balcões	33	32	1	3,13%
- Delegações nos Correios	7	6	1	16,67%
- Caixas Automáticas ATM's ativas	47	43	4	9,30%
- POS	2 853	2 505	348	13,89%
2. Rendibilidade				
- Resultados Líquidos do Exercício	1 503 179	1 229 419	273 760	22,27%
- Cash Flow do Exercício	1 936 113	1 777 755	158 358	8,91%
- ROA (Resultado Líquido/Ativo Líquido Médio)	1,71%	1,51%	+0,20 p.p	
- ROE (Resultado Líquido/Capitais Próprios Médios)	18,91%	17,23%	+1,68 p.p	
3. Prudenciais				
- Fundos Próprios (Aviso 3/2007)	7 824 739	7 025 833	798 906	11,37%
- Rácio de Solvabilidade (Aviso 4/2007)	24,63%	22,92%	+1,71 p.p	
- Rácio do Imobilizado Líquido (F.Próprios/Imobilizado Líq.)	362,79%	336,57%	+26,22 p.p	
- Rácio Transformação (Crédito/Depósitos _ótica Liquidez)	65,00%	68,38%	-3,38 p.p	
- Conversão Depósitos de Clientes em Crédito c/Títulos	77,48%	81,08%	-3,60 p.p	
- Liquidez Geral	35,35%	31,64%	+3,71 p.p	
- Crédito Vencido/Crédito a Cliente (Bruto)	7,97%	8,44%	-0,47 p.p	
- Imparidades Crédito Vencido/Créd Vencido (s/Títulos)	115,47%	113,21%	+2,26 p.p	
- Imparidades Crédito Vencido/Créd Vencido (c/Títulos)	122,83%	121,04%	+1,79 p.p	
- Qualidade Crédito (Circular Série "A" nº195 de 20181221)	5,39%	5,52%	-0,13 p.p	
- Crédito em Incumprimento (Circular Serie A nº 198 de 20181221)	11,22%	10,02%	+1,20 p.p	
- Crédito em Risco (Circular Serie A nº 198 de 20181221)	32,91%	34,29%[2]	-1,38 p.p	
4. Funcionamento				
- Custos Operativos/Produto Bancário (cost to income)	44,01%	46,54%	-2,53 p.p	
- Produto Bancário/Nº Médio Trabalhadores	10 197	9 305	892	9,58%
- Margem Complementar/Custo Com Pessoal	69,37%	40,70%	+28,67 p.p	
- Cash Flow/ Nº Médio Trabalhadores	5 268	4 792	476	9,95%
- Cash Flow/ Recursos Próprios médio	24,35%	24,92%	-0,57	
- Cash Flow/ Ativo Líquido Médio	2,20%	2,18%	+0,02 p.p	

[1] Valor do ativo líquido de 2022 ajustado em 2023 por conta da regularização dos impostos correntes para efeitos comparativos. Em 2022 tinha o valor de 84 755 243 CVE.
[2] Ajustamento na marcação dos créditos em risco para efeitos comparativos em 2023, assim o crédito em risco de 2022 altera-se de 19,44 para 34,29%.

1. Enquadramento Económico e Financeiro

1.1. Contexto Internacional

Após os sucessivos choques negativos que a economia global vem enfrentando desde a pandemia, o início de 2023 ficou marcado por uma política monetária restritiva sincronizada entre os países para redução da inflação, com fortes impactos e custos económicos e que levaram a desaceleração do crescimento e com efeitos colaterais no setor financeiro. No entanto, apesar da turbulência inicial, a atividade económica nas principais economias manteve-se resiliente e fechou o ano com um crescimento maior do que o previsto, acompanhado de uma redução da inflação. Contudo, permanece o cenário de um crescimento lento e desigual, abaixo dos níveis pré pandemia, aumentando o fosso entre as economias avançadas e as economias emergentes e em desenvolvimento, com uma renovada incerteza geopolítica.

Em outubro de 2023, as projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI) [3] apontava para um abrandamento do crescimento global de 3,5% em 2022 para 3% em 2023 e 2,9% em 2024, refletindo uma descida de -0,1 pontos percentuais (p.p.) face as projeções de julho de 2023, um valor abaixo da média histórica. Mais recentemente, as projeções do FMI atualizadas em janeiro de 2024, indicam um crescimento global estimado de 3,0% em 2023, contra 3,5% em 2022.

Para os Estados Unidos, o crescimento estimado em 2023 foi de 2,5% em comparação ao valor de 2,1% em outubro de 2023, mas que deverá reduzir para 2,1% em 2024 e 1,7% em 2025, tendo fatores como os efeitos retardados de uma política monetária mais restritiva, o aperto gradual da política fiscal e um abrandamento nos mercados de trabalho com efeitos na procura. Para 2024, foi feita uma revisão em alta em 0,6 p.p. comparativamente a outubro de 2023, em resultado de um crescimento maior do que o esperado em 2023.

Na Área Euro, o crescimento estimado foi de 0,5% em 2023 e projeção de 0,9% em 2024 e 1,7% em 2025, valores abaixo das projeções de outubro de 2023, tendo em conta impacto da guerra na Ucrânia e os seus efeitos adversos. O crescimento é revisto em baixa em -0,3 p.p. para 2024, em grande parte devido ao resultado mais fraco do que o esperado em 2023. No entanto, com a redução dos preços da energia e consequentemente da inflação impulsionando o consumo, espera-se fortalecimento da recuperação.

[3] FMI, World Economic Outlook update, outubro 2023

Quanto a China, apesar dos efeitos da crise imobiliária e políticas Covid-19 zero, conseguiu um crescimento estimado de 5,2% em 2023, acima em 0,2 p.p. das projeções de outubro de 2023, com a previsão de um crescimento de 4,6% em 2024 e 4,1% em 2025, refletindo uma revisão em alta de 0,4 p.p. para 2024, por conta de uma recuperação em 2023 e aumento dos gastos do governo na capacitação contra as catástrofes naturais. Assim, nos mercados emergentes e nas economias em desenvolvimento, a expetativa é que o crescimento permaneça em 4,1% em 2024 e aumente para 4,2% em 2025, com uma revisão em alta de 0,1 p.p. para 2024, face a outubro de 2023, em resultado da recuperação em vários países do grupo.

Projeções do FMI para o Crescimento Económico Mundial

	2022	2023E	2024P	2025P
Produto Mundial em volume (%)	**3,5**	**3,1**	**3,1**	**3,2**
Economias Avançadas	**2,6**	**1,6**	**1,5**	**1,8**
EUA	1,9	2,5	2,1	1,7
Japão	1,0	1,9	0,9	0,8
Reino Unido	4,3	0,5	0,6	1,6
Zona Euro	**3,4**	**0,5**	**0,9**	**1,7**
Alemanha	1,8	-0,3	0,5	1,6
França	2,5	0,8	1,0	1,7
Itália	3,7	0,7	0,7	1,1
Espanha	5,8	2,4	1,5	2,1
Economias Emergentes e em Desenvolvimento	**4,1**	**4,1**	**4,1**	**4,2**
Brasil	3,0	3,1	1,7	1,9
Rússia	-1,2	3,0	2,6	1,1
Índia	7,2	6,7	6,5	6,5
China	3,0	5,2	4,6	4,1
África Sub-Sahariana	**4,0**	**3,3**	**3,8**	**4,1**
Nigéria	3,3	2,8	3,0	3,1
África do Sul	1,9	0,6	1,0	1,3

Fonte: FMI, World Economic Outlook, janeiro de 2024

Relativamente a inflação global, o FMI estima que os valores evoluíram favoravelmente em 2023 desde o seu pico em 2022, impulsionado pela redução dos preços das *commodities* e medidas adotadas pelos principais Bancos Centrais. As projeções da inflação global do FMI de janeiro de 2024 apontam que deverá reduzir de 6,8% em 2023 (média anual) para 5,8% em 2024 e 4,4% em 2025. Comparativamente as projeções outubro de 2023, a projeção de 2024 mantem-se, mas para 2025 foi revista em baixa em 0,2 p.p., atendendo que os fatores impulsionadores da redução da inflação diferem de acordo com os países. As economias avançadas irão registar uma desinflação mais acelerada do que as economias dos mercados emergentes e em desenvolvimento, consequentemente as projeções para 2024 e 2025 deverão ser revistas em baixa para as economias avançadas e revistas em alta para os mercados

emergentes e as economias em desenvolvimento. No entanto, espera-se que cerca de 80% das economias mundiais registem uma inflação média anual e uma inflação subjacente mais baixas em 2024.

No âmbito da política monetária, em linha com a tendência iniciada em 2022, o ano de 2023 ficou marcado por uma política monetária restritiva centrada na redução da inflação levada a cabo pelos principais bancos centrais. Mas, no final de 2023, os principais bancos centrais resolveram abrandar o aperto da política monetária, com o Conselho do Banco Central Europeu (BCE) a manter as taxas de juros diretoras inalteradas em dezembro de 2023. Assim, a taxa de juro aplicável às operações principais de refinanciamento e as taxas de juro aplicáveis à facilidade permanente de cedência de liquidez e à facilidade permanente de depósito permanecerão inalteradas em 4,50%, 4,75% e 4,00%, respetivamente. A Reserva Federal também manteve as taxas inalteradas em dezembro de 2023, permanecendo o intervalo da taxa dos fundos federais entre 5,25% e 5,5%. Ambos os bancos estão empenhados em assegurar que a inflação volte ao objetivo de médio prazo de 2%, sendo que estão firmes em manter a orientação da política monetária em caso de necessidade.

Por sua vez, a política monetária restritiva dos principais bancos centrais pesou sobre os mercados financeiros em 2023, mas que se mantiveram resilientes, com a maioria dos investidores otimistas após a dissipação do risco de uma recessão económica. Os últimos dados de 2023 apontam para uma melhoria das condições financeiras e por conseguinte, valorização nos mercados bolsistas, a exceção da China, acompanhado da redução do preço do petróleo e do gás natural e ligeira depreciação do dólar. Por outro lado, nos mercados obrigacionistas, que apresentaram uma maior volatilidade ao longo do ano, tendo em conta as expetativas sobre a evolução da inflação e das taxas de juros diretoras, encerram o ano com ganhos. No setor bancário, após a turbulência em março de 2023 em torno dos bancos regionais dos Estados Unidos e do banco Suiço Credit Suisse, as condições financeiras melhoraram com a rápida intervenção das autoridades suíças e norte-americanas. Contudo, com uma política monetária restritiva nas principais economias, que poderá perdurar até 2025, deparamos com o aumento da restritividade das condições de financiamento e aumento dos custos de financiamento, com impacto no risco de crédito, principalmente nas famílias e empresas que já se encontram em situações financeiras precárias.

De acordo com o FMI, com o crescimento da atividade mundial melhor do que o previsto no fecho do ano, os riscos futuros apresentam-se de forma mais equilibrada, mas ainda pendem para o lado negativo. Num contexto de novas tensões geopolíticas e catástrofes naturais associadas às alterações climáticas, o risco de aumento da volatilidade dos preços das *commodities* permanece elevado. Por sua vez, a inflação subjacente poderá revelar-se mais persistente, causada pela restritividade dos mercados e decorrentes das negociações salariais, exigindo uma orientação da política monetária mais restritiva. A

nível fiscal, é evidente a redução das reservas fiscais em muitos países com níveis elevados de dívida pública, principalmente as economias emergentes e em desenvolvimento, com custos de financiamento crescentes e abrandamento do crescimento económico, aumentando os riscos fiscais. Também permanece a possibilidade de agravamento da crise imobiliária na China, na ausência de um pacote abrangente de políticas para o setor imobiliário, com impacto no crescimento económico mundial.

1.2. Contexto Nacional

No âmbito nacional, o FMI[4] avança que Cabo Verde resistiu bem aos sucessivos choques externos devido a intervenção das autoridades nacionais em parceria com as autoridades internacionais, que conseguirem manter a estabilidade macroeconómica. Os dados indicam que em 2022 a economia teve uma forte recuperação, com um PIB real de 17,4%. Para 2023, como era esperado, contamos com uma desaceleração da atividade económica, com um crescimento do PIB de 5,1%. Para 2024, as projeções do FMI apontam para um crescimento de 4,7%, que deverá ser impulsionado pelas reformas estruturais programadas pelo Governo. Contudo, apesar das perspetivas de crescimento a curto prazo serem favoráveis, permanecem as ameaças de alguns riscos tendo em contas as vulnerabilidades do país. Entres eles, uma potencial redução da procura externa por parte dos principais mercados turísticos, o impacto negativo dos choques descorrentes das alterações climáticas, o rácio elevado da dívida pública em relação ao PIB acima dos níveis pré-pandemia, que poderão colocar em causa as reformas e a consolidação fiscal.

No Relatório de Política Monetária de outubro de 2023, o Banco de Cabo Verde (BCV) avança que o crescimento da economia nacional registou um abrandamento no 1º semestre de 2023, com um crescimento homólogo de 5,8%, em comparação ao valor de 18,9% em 2022. Do lado da procura, pesa a redução da procura interna, com o investimento a reduzir -43,1% impulsionado pela fraca procura, elevados custos de produção e construção e condições de financiamento mais restritivos para as empresas e o fraco contributo das exportações líquidas. Do lado da oferta, o contributo do crescimento do valor acrescentado bruto nos setores de alojamento e restauração e transportes e armazenagem foi de apenas 19,8% e 18,3%, respetivamente, em contrapartida ao período homólogo que teve um crescimento de 1053% e 35,2%. No 3º trimestre, as contas nacionais trimestrais do Instituto Nacional de Estatística (INE) apontam para um crescimento de 2,7% em volume em termos homólogos, mantendo o abrandamento da procura interna, com o investimento a registar uma redução em termos homólogos

[4] Relatório no âmbito da terceira revisão ao abrigo linha de crédito concedida a Cabo Verde.

de -23,2%. Para o 4º trimestre, os dados provisórios do INE apontam que o PIB cresceu em termos homólogos em 6,6%, em volume, com um aumento de 4 p.p. face ao trimestre anterior, atenuado pela redução do investimento em -42,3% em volume, em termos homólogos, mas com uma melhoria na procura externa líquida. Para 2023, indicam um crescimento anual provisório do PIB de 5,1%, em volume. Do lado da procura, o crescimento do PIB em 2023, deveu-se essencialmente as despesas do consumo privado e as exportações de serviços. Do lado da oferta, deveu-se em grande parte ao contributo do crescimento do valor acrescentado bruto nos setores outras atividades de serviços, atividades de informação e de comunicação, alojamento e restauração e atividades de serviços às empresas.
Quanto a inflação, os dados mais recentes do INE indicam que a inflação apresentou uma tendência decrescente em 2023, a terminar o ano com uma taxa de inflação média de 3,7%. As projeções do BCV apontam para uma redução da taxa de inflação média anual para 2,2% em 2024 e 1% em 2025.

No que diz respeito as contas externas, no 1º semestre de 2023 o défice da balança corrente apresentou uma fraca melhoria face ao período homólogo, determinado pelo abrandamento no ritmo de crescimento das exportações de serviços de viagens de turismo e das remessas de emigrantes e pela redução das exportações de serviços de transportes aéreos e das reexportações de combustíveis e víveres nos portos e aeroportos nacionais.
Em dezembro de 2023 os dados do BCV apontavam para um aumento do stock das reservas internacionais líquidas em aproximadamente 59 milhões de euros face ao período homologo de 2023, perfazendo 684,8 milhões de euros e permitindo garantir 6,2 meses das importações de bens e serviços estimadas para o ano de 2023, indicando uma melhoria das contas externas no 4º trimestre.
As projeções do BCV assinalam que para 2023 e 2024 o défice da balança corrente deverá evoluir de forma menos satisfatória, mas mantendo-se em torno dos 3% do PIB, atendendo a dissipação dos efeitos positivos do processo de recuperação após pandemia e de uma conjuntura externa menos favorável. Deste modo, o *stock* das reservas internacionais líquidas do país deverá aumentar de forma mais moderada, permitindo garantir 5,8 meses de importações de bens e serviços em 2023 e 5,6 meses em 2024, de importações de bens e serviços.

De acordo com os dados do BCV, as contas públicas no 3º trimestre de 2023, a semelhança do 1º semestre, registaram um superávit de 2.563,6 milhões de escudos, refletindo o aumento das receitas fiscais e outras receitas e das transferências (em donativos), acompanhados de um abrandamento das despesas correntes e das despesas com ativos não financeiros. No 4º trimestre, as contas públicas apresentaram um défice de 707,7 milhões de escudos, 0,3% do PIB, contra o défice de 9.677 milhoes de escudos no trimestre homólogo. De acordo com as contas do Ministério das Finanças no 4º trimestre

o stock da dívida pública, excluindo os TRMC (Títulos Rendimento de Mobilização Capital) perfez o total de 293.098,2 milhões de escudos, sendo a dívida interna de 93.446 milhões de escudos (35,9% do PIB) e a dívida externa de 202.652,2 milhões de escudos (77,9% do PIB). O rácio global da dívida pública em percentagem do PIB a atingiu o valor de 113,9% do PIB, uma redução de 11,8 p.p. face ao período homólogo.

Principais Indicadores Económicos Nacionais

Indicadores	Unidade	2021e	2022e	2023P out-23	2024P out-23	2025P out-23
Setor Real						
PIB real	var. em %	5,6	17,1	4,5	4,7	5,4
Setor Externo						
Défice Corrente	em % do PIB	12,4	3,1	2,9	3,0	2,2
RIL/Importações	meses	7,5	6,0	5,8	5,6	5,6
Setor Monetário						
Índice Preço no Consumidor	v.m.a. em %	1,9	8,0	4,0	2,2	1,0
Ativo Externo Líquido	var. em %	5,2	8,3	0,6	1,1	4,1
Crédito à Economia	var. em %	6,1	5,3	4,5	4,3	5,1

Fonte: BCV, Relatório de Política Monetária, outubro 2023[5]

Setor Bancário e Financeiro Nacional

De acordo com os dados do BCV, no 1º semestre de 2023 o setor monetário e financeiro apresentou uma expansão da liquidez, com a massa monetária a aumentar 2,4% em agosto face a dezembro de 2022, uma evolução determinada pelo aumento das reservas internacionais líquidas do BCV e pelo aumento dos ativos externos líquidos dos bancos comerciais.

No entanto, o crédito interno líquido reduziu em - 19,6% face a dezembro de 2022, essencialmente por conta da redução do crédito ao governo central em resultado da redução da emissão de obrigações do tesouro, bilhetes do tesouro e outros créditos, num cenário de recuperação das receitas fiscais e de restrição do recurso ao financiamento interno pelo Estado. Por outro lado, os depósitos do setor público administrativo aumentaram 2,7% face a dezembro de 2022, pesando negativamente sobre o crédito interno líquido.

[5] E-Estimativa; P – Projeções de outubro de 2023; v.m.a. - var. média anual. Últimos dados disponíveis até data de execução do relatório

O crédito à economia aumentou apenas 2,1%, condicionado pela redução que se registou relativamente a novos empréstimos destinados à aquisição de equipamentos, viaturas, terrenos para construção e expansão da atividade das empresas, aquisição e remodelação de habitação própria e consumo aos particulares. De acordo com o BCV, no âmbito do inquérito trimestral ao mercado de crédito, no 1º semestre de 2023 verificou-se um aumento da restritividade dos critérios de aprovação dos empréstimos pelos bancos as empresas, mantendo inalterados os critérios para os particulares. A procura de financiamento bancário pelas empresas reduziu ligeiramente, por conta das opções alternativas ao crédito tradicional, recorrendo a empréstimos de instituições financeiras não bancárias e emissão/reembolso de títulos de dívida. Para os particulares, a procura de financiamento bancário aumentou ligeiramente.

Em dezembro de 2023 a massa monetária cresceu 6,7% face a dezembro de 2022 por conta do aumento dos ativos externos líquidos dos bancos comerciais em 499,8% e dos ativos externos líquidos externos do BCV, mais precisamente das reservas internacionais líquidas em 9,4%. O crédito interno líquido manteve a sua desaceleração, determinado pela redução do crédito ao governo central. Por outro lado, o crédito a economia aumento 6,3% face a dezembro de 2022, apesar dos efeitos colaterais da inflação na atividade económica.

As projeções do BCV apontam para uma redução da liquidez na economia para 5,3% em 2023 e 5% em 2024, dado o crescimento comedido das reservas externas líquidas e do crédito à economia. As reservas internacionais líquidas deverão reduzir para 2,5% em 2023 e 1,1% em 2024 e o crédito à economia 4,5% em 2023 e 4,3% em 2024. Para 2025, as projeções apontam para um crescimento da liquidez na economia, atingindo o valor de 6%, com a perspetiva de um aumento das reservas externas líquidas em 6,8% e crédito à economia em 5,1%.

No Boletim de Estabilidade Financeira do 3º trimestre de 2023, o BCV declara que o sistema bancário permanece sólido e resiliente, com um crescimento robusto da atividade bancária. Contudo, os indicadores de qualidade de crédito apontam para um aumento do risco de crédito, embora o rácio NPL (*Non Performing Loans*) permaneça abaixo dos dois dígitos e o nível de cobertura dos créditos pelas provisões e imparidades mantem-se confortável. De acordo com o BCV, Cabo Verde mantém um rácio NPL acima da média das pequenas economias insulares, com o diferencial num nível elevado face aos principais países pares. Na sequência, alerta para o risco de aumento do incumprimento, em resultado da deterioração das condições financeiras devido ao aumento dos preços, em especial para os clientes dos setores de imobiliária e construção, que beneficiaram das moratórias públicas e famílias em situações mais vulneráveis. Alerta também para a elevada exposição dos bancos à divida soberana, como

é o caso dos empréstimos as empresas públicas e privadas, com garantias públicas e títulos de dívida pública.

No funding, mantém-se os depósitos de clientes como a principal fonte de financiamento dos bancos, num nível estável e com uma evolução positiva. A situação de liquidez no setor permanece elevada, com os rácios de liquidez adequados, indicativo de que o sistema manteve ativos líquidos suficientes para absorver potenciais perdas e cumprir os requisitos regulamentares.

Os bancos nacionais mantiveram uma boa rendibilidade, com os indicadores de rendibilidade a aumentarem face ao período homólogo, mas em termos de eficiência, o rácio de *cost-to-income* ficou acima do período homólogo, contudo abaixo dos 50%.

Apesar da evolução positiva do sistema o BCV aponta para alguns riscos relacionados com a estrutura e concentração do setor bancário que ainda prevalecem. Por um lado, redução do peso do crédito no total de ativos em contrapartida do aumento de investimentos em títulos de dívida pública e aplicações em instituições de crédito, enquanto ativos mais líquidos e de menor risco. Por outro, elevada concentração no mercado, principalmente em duas instituições bancárias domésticas de elevada importância sistémica, como sendo as principais responsáveis pela elevada concentração do setor no mercado de crédito e depósitos, aumentando a exposição do sistema bancário ao risco sistémico;

No mercado de valores mobiliários, os fluxos de emissão reduziram 52% face ao período homólogo, prevalecendo as emissões dos títulos da dívida publica no mercado primário. Os bancos mantiveram uma elevada exposição ao risco soberano, com os títulos de divida publica representando mais de 80% da carteira de títulos e cerca de 20% dos ativos.

Num contexto internacional de uma política monetária mais restritiva, centrada na redução da inflação pelos principais bancos centrais, o BCV manteve-se focado em manter a estabilidade de preços e em reduzir o diferencial das taxas de juro com o Banco Central Europeu (BCE) para conter os riscos associados à saída de capitais do país e salvaguardar a paridade fixa com o euro. Assim teve início em maio de 2023 a normalização da política monetária, com a subida das taxas de juro de referência, sendo que em novembro de 2023 o BCV procedeu novamente ao ajustamento das medidas de política monetária, com os seguintes efeitos:

- Aumento da taxa de juro diretora (TRM) em 25 pontos base, de 1% para 1,25%;
- Aumento da taxa de juro das Facilidades Permanentes de Absorção de Liquidez em 15 pontos base, de 0,55% para 0,70%;
- Aumento da taxa de juro das Facilidades Permanentes de Cedência de Liquidez em 25 pontos base, de 1,25% para 1,50%;
- Aumento da taxa de juro de Redesconto em 50 pontos base, de 2% para 2,50%, destinado a operações de caráter excecional, para fazer face às necessidades de liquidez;

- Manutenção do coeficiente de Reservas Mínimas de Caixa (DMC) nos atuais 10%, tendo em conta a manutenção da estabilidade do sistema financeiro nacional face às condições atuais do mercado e aos desafios que se colocam à atividade bancária;
- Fim do programa de financiamento de longo prazo.

2. A Caixa em 2023

2.1. Cultura Corporativa e Linhas Estratégicas

A Caixa Económica foi criada a 18 de maio de 1928 com a designação de "Caixa Económica Postal", integrada no serviço dos "Correios e telegráficos" sob a tutela do Ministério das Telecomunicações. Em dezembro de 1985, foi transformada numa instituição financeira autónoma, com a designação de Caixa Económica de Cabo Verde, tutelada pelo Ministério das Finanças. Em dezembro de 1993 foi transformada em banco universal. Desde então, a Caixa teve um crescimento notório a nível nacional, impulsionado pela reformulação da proposta de valor ao cliente, que passou pela amplificação da oferta de produtos e serviços, melhoria no relacionamento com o cliente e gestão qualificada da imagem.
Em 2012, a Caixa Económica de Cabo Verde tornou-se no 1º Banco em Cabo Verde com certificação internacional do Sistema de Gestão da Segurança de Informação e do Sistema de Gestão da Qualidade em conformidade com as normas internacionais ISO 27001:2013 e ISO 9001:2015, respetivamente, certificações que vêm sendo renovadas anualmente.

O capital social da Caixa em 2023 não sofreu qualquer alteração, perfazendo o valor de 1.392.000 mCVE, totalmente subscrito e realizado, representado por 1.392.000 ações, com o valor nominal de 1.000 escudos cada, estando a totalidade das ações cotadas em bolsa. No início de 2024 a Estado vendeu, através da Bolsa de Valores de Cabo Verde, a totalidade da sua participação direta no capital da Caixa Económica.

Entidade	Nº de Ações	Percentagem
Instituto Nacional de Previdência Social (INPS)	657 200	47,21%
Ministério Finanças - Estado de Cabo Verde	381 904	27,44%
Correios de Cabo Verde	210 749	15,14%
Outros Subscritores e Colaboradores	142 147	10,21%
Total	**1 392 000**	**100,00%**

No âmbito da sua atividade, a Caixa promove o cumprimento dos requisitos legais e regulamentares e procura desenvolver uma cultura organizacional forte, com base nos seguintes elementos estratégicos:



O objetivo global da Caixa assenta em manter um nível satisfatório e sustentável de rentabilidade, eficiência e solidez financeira, bem como a satisfação dos seus *stakeholders,* reforçando a eficácia e a capacidade institucional. Sendo assim, as atividades e iniciativas são ancoradas em 3 eixos principais, sobre as quais emergem os objetivos e pilares estratégicos: Sustentabilidade, Inovação e Desenvolvimento Institucional.

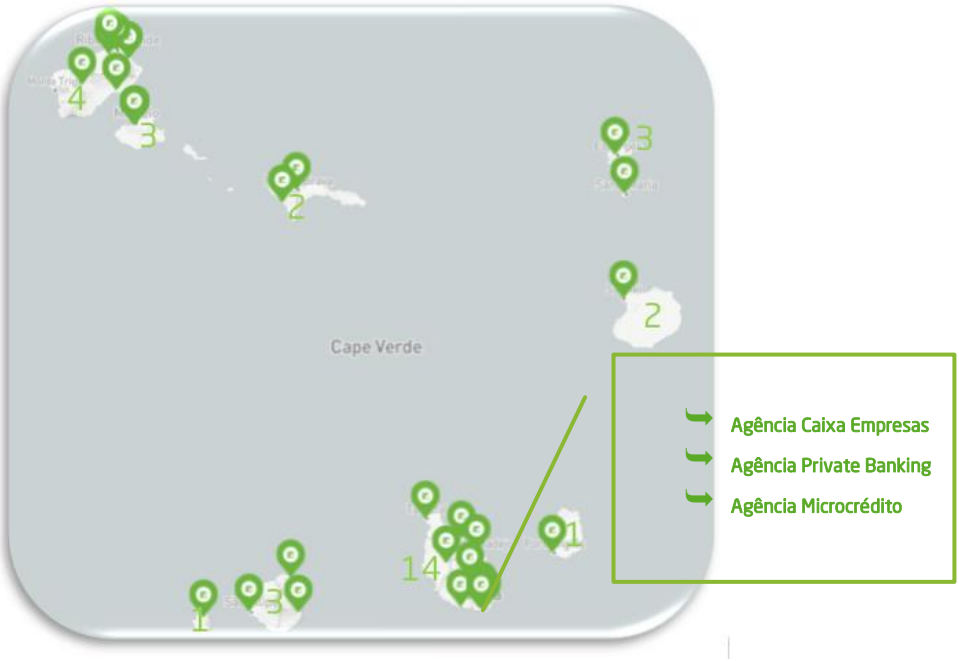
A atividade da Caixa está focada na Banca Comercial, com uma oferta integrada de produtos e serviços através de uma estratégia Omnicanal para uma melhor relação com o cliente e com aposta nas soluções digitais marcando um posicionamento de liderança em termos de Transformação Digital em Cabo Verde. No sistema bancário nacional, mantem uma posição de destaque, como uma das maiores instituições financeiras em Cabo Verde, que se traduz numa quota de mercado em termos de volume de negócio de 31,59%, um aumento de 0,12 p.p. face ao ano passado. É de salientar que no segmento emigrante apresenta uma quota de mercado de 41,51% nos depósitos, assumindo claramente uma liderança no mercado.

Rede de Cobertura

No final de 2023, a Caixa contava com 33 agências e 7 delegações, distribuídas pela região Norte e Sul, centrando a sua atividade em Cabo Verde. A Caixa está presente em todo o território Nacional, com uma rede comercial de 237 colaboradores num total de 376 colaboradores, sendo 228 do sexo feminino e 148 sexo masculino. Em termos de capacitação dos colaboradores, o índice de tecnicidade aumentou

face a 2022, atingindo o valor de 69%, o que revela o compromisso da Caixa na valorização dos seus recursos humanos, realizando um conjunto de iniciativas com vista a melhoria da eficácia comercial.
Na ilha de Santiago, a Caixa dispõe ainda de agências especializadas para atender as necessidades de diferentes segmentos: agência de Caixa Empresas com atendimento dedicado as empresas; agência de Private Banking dedicado aos clientes deste segmento; e a agência de Microcrédito para apoiar o empreendedorismo e a criação do próprio emprego, especialmente das mulheres. Não obstante, o atendimento pode ser feito as restantes ilhas por via dos Canais Digitais e das outras agências da Caixa.

Cobertura de Agências por Ilhas



A Caixa pôs ainda a disposição dos clientes, 47 caixas automáticas, aumentando mais 4 máquinas face ao ano passado, perfazendo uma quota de mercado de 21,56%. No total foram realizadas 4.219.952 operações nas ATM´s da Caixa, um montante total movimentando de 17.174.376 mCVE. Em termos de terminais de pagamento, o número de POS instalados aumentou para 2.853, com um crescimento de 348 terminais relativamente a 2022 e uma quota de mercado de 23,88%, onde foram realizadas 6.187.560 operações, um aumento de 17,69%.

Banca Digital da Caixa

Para além da rede de agências físicas, os clientes puderam contar com os canais digitais disponibilizados no âmbito da transformação digital. A Caixa acredita nas vantagens tecnológicas e na inovação e é neste sentido que oferece a mais avançada tecnologia da Banca Digital. Através do serviço da

Homebanking Caixanet e da APP Caixa Mobile permite aos clientes operarem quando e onde quiserem, de forma simples, cómoda e totalmente segura. A oferta digital também aumentou com a Plataforma de Crédito Digital e APP Caixa Microcrédito.





Homebanking Caixanet
App Caixa Mobile



App Caixa Microcrédito



Website da Caixa, Canal Youtube e Facebook Caixa Mobile



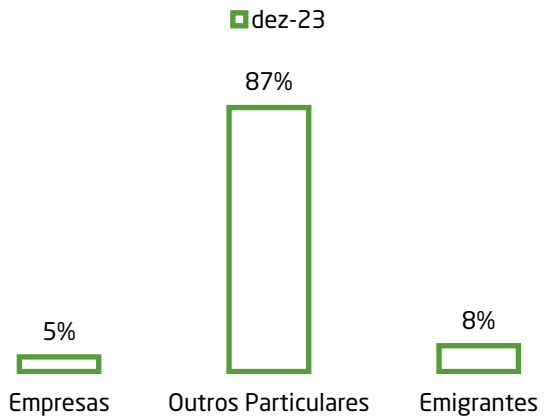
Crédito Digital

Desta forma, 2023 foi mais um ano de crescimento para o negócio digital, com um aumento de 18,26% nos contratos de adesão ao Serviço Caixanet, mais 13.781 clientes digitais, num total de 88.647 clientes digitais. A taxa de penetração dos canais digitais aumentou para 26,4%, num total de 336.163 clientes ativos (apresentados abaixo no gráfico por segmentos). O número de operações nos canais digitais também aumentou, atingindo 128.139.317 operações, com um crescimento de 37% face a 2022. Entre as transações mais realizadas destacam-se as consultas de saldo, transferências Intra bancárias, pagamento de serviços e carregamento telemóvel.

Clientes da Caixa

Para atender as necessidades específicas de cada cliente, a Caixa apresenta uma proposta de valor para cada segmento, de forma a adequar a sua oferta. Em 2023 a Caixa contava com 336.163 clientes distribuídos pelos segmentos de particulares e empresas. No segmento dos particulares, apresenta uma oferta de produtos e serviços para os clientes emigrantes e outros particulares residentes e não residentes, com uma oferta especial para os menores e jovens, micro empreendedores e produtores

individuais. No segmento das empresas apresenta uma oferta ajustada aos clientes empresas financeiras, empresas não financeiras privadas e entidades públicas.
A carteira de clientes engloba na sua maioria os particulares, com um peso de 95%, onde se incluem os emigrantes com um peso de 8%.



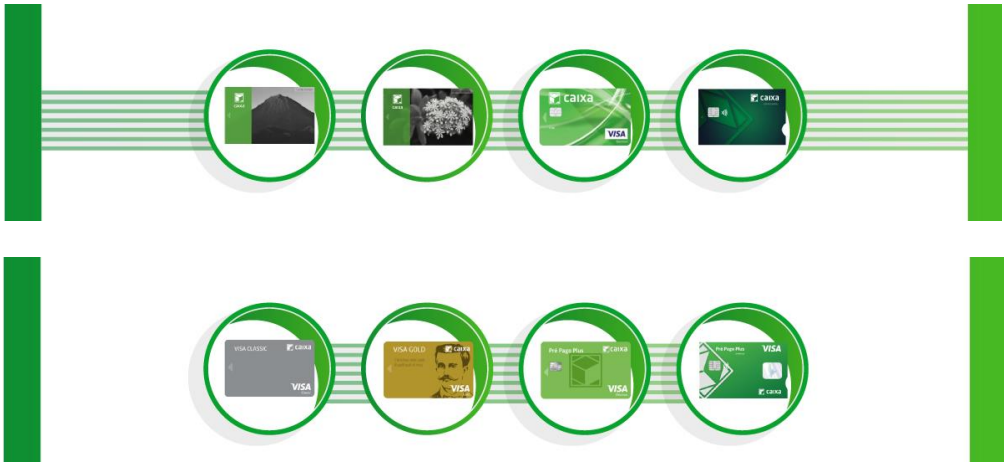
Gestão de Contas e Cartões

De acordo com cada segmento, a Caixa disponibiliza uma conta à ordem ao cliente para facilitar a gestão do seu dia-a-dia e através do qual tem acesso a diversos serviços, a plataforma de banca digital e produtos de crédito e poupança. Nesse sentido, para os particulares destaca-se a conta à ordem a emigrantes em moeda nacional e estrangeira, bem como a aposta nos segmentos mais jovens de particulares residentes, não residentes e emigrantes com a Continha da Caixa e Conta à ordem Jovem e os clientes de alto património com a conta à ordem Private Banking. De realçar também a conta Gestão Integrada Tesouraria para as empresas que lhes permite o acesso a pagamentos, transferências, financiamento de curto prazo, garantias bancárias, entre outros.
Para uma melhor gestão das contas, em 2023 manteve a reestruturação das mesmas, procedendo ao encerramento das contas inativas e que se encontravam sem saldo.

No que concerne a emissão de cartões em 2023, a Caixa disponibilizou um total de 65.624 cartões de débito e 423 cartões de crédito, com um incremento de 10,89% nos cartões de débito e uma redução de -4,08% nos cartões de crédito. O Cartão Rede Vinti4 apresentou o maior crescimento, com um incremento de mais 3.836 cartões face a 2022. A emissão dos cartões visa débito também apresentou uma evolução positiva de 22,79% para o Plus pré-pago e 55,05% para o Eletron. O Visa Pré-pago Plus continua a ter uma grande aceitação, tratando-se do cartão de eleição para os estudantes cabo-

verdianos no estrangeiro e para compras on-line, e quanto ao Visa Electron, tem uma grande aceitação para os pagamentos no exterior.

Cartões da Caixa



2.2. Destaques da Atividade em 2023



O ano de 2023 ficou marcado pela celebração dos 95 anos de "História da Caixa com Cabo Verde". Foi desenvolvida a Campanha com o lema "95 anos a Servir Cabo Verde com Inovação e inclusão" Ser Cliente Caixa é estar sempre à frente, e ter acesso a um serviço financeiro global de qualidade estando em Cabo Verde ou em qualquer outro país do mundo. Em 2023 a Caixa angariou mais 15.525 clientes.



Em 2023 manteve-se a aposta no segmento dos emigrantes, com a campanha CAIXA. SEMPRE AO SEU LADO. Com isso foi notório o crescimento do segmento nos depósitos e créditos.



A Caixa lançou uma nova funcionalidade no seu homebanking Caixanet que permite aos seus clientes efetuarem transferências interbancárias imediatas. Denominado Transferências Urgentes, esta funcionalidade permite creditar a conta do beneficiário de um outro Banco, em real-time, ficando o valor disponível num limite máximo de 30 minutos.

No financiamento automóvel, pelo terceiro ano consecutivo, a Caixa juntou-se a uma concessionaria auto para mais uma edição da Mega Feira Automóvel, com uma TAN especial de 6,05%.





Aposta na linha de crédito Caixa Microcrédito para financiamento de atividades geradoras de rendimentos e pequenos negócios nos vários setores com o objetivo de contribuir para o autoemprego e criação de postos de trabalho. Também com uma oferta digital, a app Caixa Microcrédito que permite receber e gerir os processos de microcrédito.

Com o compromisso de promover o desenvolvimento económico e social do país, a Caixa em 2023 disponibilizou aos seus clientes a Linha de Crédito Bonificado Energias Renováveis no âmbito do Protocolo com o Governo.





Para as empresas a Caixa reforçou a sua oferta de serviços com a melhoria do Caixanet Empresas, permitindo os seus clientes empresas acederem as suas contas em qualquer momento para realizar operações bancárias, consultar extratos, gerir cartões, pagar salários e transferências em lote. Igualmente a Caixa manteve a aposta nas Linhas de Crédito de Apoio a Retoma da Economia com Garantia do Estado, apoiando as empresas em determinados setores estratégicos.



Um marco importante para a Caixa em 2023 foi a reabertura da agência de Palmarejo em Santiago após remodelação, com uma imagem renovada, proporcionando maior conforto e comodidade aos seus clientes. A agência fica situada num local estratégico e promete um serviço diferenciado.

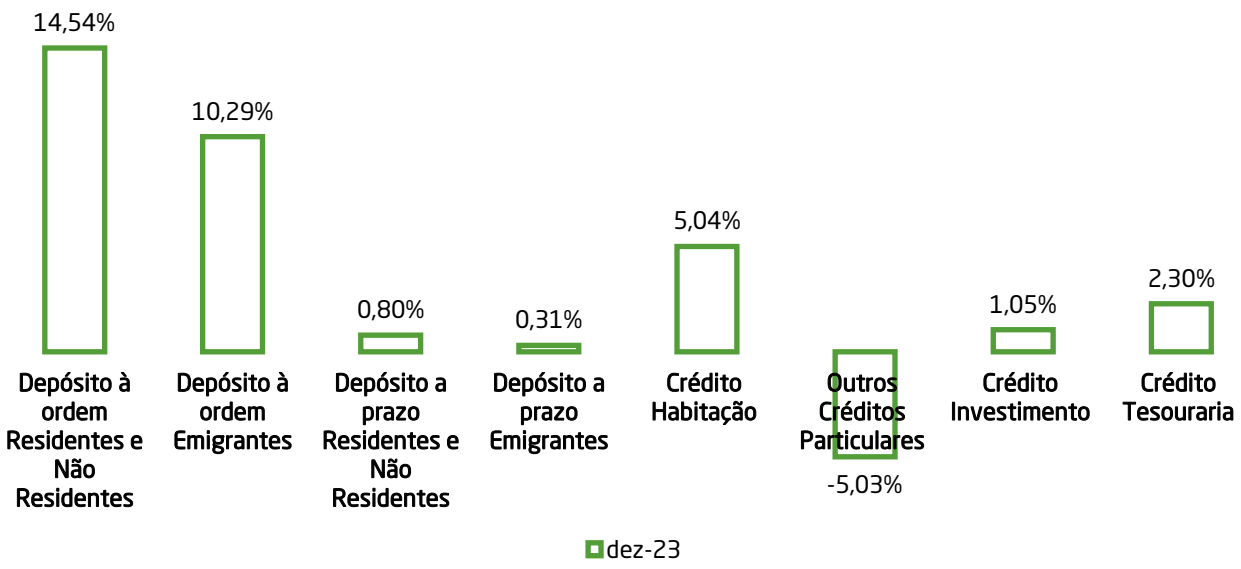
Também foi reaberta a Agência Aeroporto da Boa Vista, que esteve encerrada desde março de 2020, devido à pandemia de Covid-19, retomando as suas atividades e garantindo a continuidade dos serviços oferecidos à comunidade.

3. Desempenho da Caixa

3.1. Atividade e Negócio

Performance Comercial

Em 2023 a performance comercial da Caixa foi positiva, registando um crescimento do volume de negócios de 5,34%. O portfólio de produtos da Caixa, onde estão incluídos os produtos[6] de depósito e crédito, apresentou a seguinte evolução:



Depósitos de clientes

Os depósitos de clientes constituem a principal fonte de financiamento da Caixa, com um peso considerável nos recursos de clientes. Em 2023 a carteira de depósitos dos clientes totalizou 81.505.940 mCVE, incrementando 5.614.160 mCVE face a 2022 (7,44%). Mantem-se o maior peso dos depósitos do segmento dos particulares e o maior peso da modalidade de depósito à ordem com destaque para os produtos caixa particulares residentes e caixa emigrantes.

[6] Produtos de depósito (depósitos de clientes, instituições de crédito e não inclui outros recursos e juros) e crédito (carteira de crédito a clientes e não inclui crédito titulado e juros a receber, despesas de crédito, receitas e custos diferidos).

O segmento dos particulares apresentou um peso 62,27%, com uma carteira de 50.753.619 mCVE, aumentando 3,88%. As empresas apresentaram um peso de 37,73%, com uma carteira de 30.752.321 mCVE e um crescimento de 13,88%, superando os depósitos dos particulares, conforme indicado no quadro abaixo.

Depósito dos Clientes

Segmentos	dez-23		dez-22		Var. anual	
					mCVE	%
Particulares	50 753 619	62,27%	48 859 712	64,40%	**1 893 907**	**3,88%**
Empresas	30 752 321	37,73%	27 005 068	35,60%	**3 747 253**	**13,88%**
Total	**81 505 940**	**100,00%**	**75 864 780**	**100,00%**	**5 641 160**	**7,44%**

Nota: inclui depósitos de clientes e instituições de crédito, títulos do mercado secundário e não inclui outros recursos e juros.

Nos particulares, destacam-se os emigrantes com uma forte ligação com a Caixa, o que se traduz na representatividade que este segmento tem carteira de depósitos. A carteira de depósitos dos emigrantes cresceu 2,86%, 660.489 mCVE, com um peso de 29,14% e perfazendo uma carteira de 23.747.114 mCVE.

Depósitos dos Emigrantes, Residentes e Não Residentes

Segmentos	dez-23		dez-22		Var. anual	
					mCVE	%
Residentes e Não residentes	**57 758 826**	**70,86%**	**52 778 155**	**69,57%**	**4 980 672**	**9,44%**
Depósito à Ordem	38 009 590	46,63%	33 184 931	43,74%	4 824 660	14,54%
Depósito a Prazo	19 749 236	24,23%	19 593 224	25,83%	156 012	0,80%
Bilhetes Tesouro	-	-	-	-	-	-
Emigrantes	**23 747 114**	**29,14%**	**23 086 626**	**30,43%**	**660 489**	**2,86%**
Depósito à Ordem	6 513 715	7,99%	5 905 852	7,78%	607 864	10,29%
Depósito a Prazo	17 233 399	21,14%	17 180 774	22,65%	52 625	0,31%
Total	**81 505 940**	**100,00%**	**75 864 759**	**100,00%**	**5 641 161**	**7,44%**

Nota: inclui depósitos de clientes e instituições de crédito, títulos do mercado secundário e não inclui outros recursos e juros.

Nos produtos de depósitos, destaca-se o crescimento da modalidade de depósito à ordem dos residentes e não residentes de 14,54%, por conta dos depósitos das empresas.

Créditos a Clientes

A atividade creditícia da Caixa em 2023, considerando o crédito bruto onde estão incluídos os títulos *corporate* e dívida pública, apresentou um crescimento menos robusto do que os depósitos. A carteira de crédito (bruto) ascendeu a 62.934.867 mCVE, mais 1.630.677 mCVE (2,66%), face ao ano passado. Para esta evolução, contribuiu negativamente o abate de créditos em dezembro de 2023, no montante de 241.681 mCVE, sendo a maioria na carteira dos particulares, referente ao crédito habitação com 56,4% e crédito ao consumo e outros fins com 32,0%. A evolução dos títulos *corporate* também pesaram negativamente, com uma redução de -13,86%, aproximadamente 314.72 mCVE.

Contrariamente aos depósitos, no crédito o peso do segmento das empresas (64,39%) supera o segmento dos particulares (35,61%).

Crédito Bruto a Clientes

Segmentos	dez-23		dez-22		Var. anual	
					mCVE	%
Particulares	**22 410 139**	**35,61%**	**21 972 583**	**35,84%**	**437 556**	**1,99%**
Habitação	16 090 102	25,57%	15 317 821	24,99%	772 280	5,04%
Outros Fins	6 320 037	10,04%	6 654 762	10,86%	-334 726	-5,03%
Empresas	**40 524 728**	**64,39%**	**39 331 607**	**64,16%**	**1 193 121**	**3,03%**
Investimento[7]	17 397 917	27,64%	17 551 516	28,63%	-153 599	-0,88%
Tesouraria	6 664 608	10,59%	6 514 976	10,63%	149 632	2,30%
Títulos de Dívida Pública	16 462 203	26,16%	15 265 115	24,90%	1 197 088	7,84%
Total Créditos	**62 934 867**	**100,00%**	**61 304 190**	**100,00%**	**1 630 677**	**2,66%**

Nota: Inclui carteira de crédito e títulos *Corporate e* Tesouro, mas não inclui juros a receber, despesas de crédito, receitas e custos diferidos.

No crédito a particulares, o mercado de crédito habitação continuou a trajetória ascendente em 2023, com um crescimento de 772.281 mCVE (5,04%), atingindo uma carteira de 16.090.102 mCVE. Destaca-se o crédito habitação a emigrantes que cresceu 641.582 mCVE (19,6%), por conta de condições especiais dos juros nos empréstimos. Por outro lado, a produção de crédito ao consumo em 2023 teve um desempenho negativo, reduzindo -334.726 mCVE (-5,03%), destacando-se a redução no produto Credicaixa de -3,4%.

[7] Inclui os títulos *corporate.*

Para as empresas, o crédito total aumentou 1.193.121 mCVE (3,03%), por conta dos títulos dívida pública. O crédito às empresas investimento excluindo os títulos *corporate*, registou um crescimento 161.125 mCVE (1,05%), com um grande contributo da Linha de Retoma Investimento com Garantia do Estado, através do qual a Caixa apoia as empresas em determinados setores estratégicos. No financiamento de curto prazo às empresas e instituições, o crédito tesouraria aumentou 149.631 mCVE (2,3%), impulsionado pelo crédito ao setor público.

Qualidade da Carteira de Crédito

A carteira de crédito bruto, com exclusão dos títulos, juros a receber, despesas de crédito, receitas e custos diferidos, inclui os créditos em situação normal e em situação vencida (crédito em incumprimento superior a 30 dias). Em 2023 a carteira de crédito normal totalizou 40.967.826 mCVE, apresentando uma melhoria face a 2022 de 896.111 mCVE (2,24%) principalmente nos créditos de médio longo prazo, com uma fatia de 95,94% e com um incremento de 856.147 mCVE (2,23%).

Crédito Normal

Prazo	dez-23		dez-22		Var. anual	
					mCVE	%
Curto Prazo	1 664 665	4,06%	1 624 701	4,05%	39 964	2,46%
Médio e Longo Prazo	39 303 161	95,94%	38 447 014	95,95%	856 147	2,23%
Total	**40 967 826**	**100,00%**	**40 071 715**	**100,00%**	**896 111**	**2,24%**

Por sua vez, a carteira de crédito vencido da Caixa atingiu 3.548.175 mCVE, com um peso de 61,31% dos segmentos dos particulares e 38,69% das empresas.

Crédito Vencido

Créditos	dez-23		dez-22		Var. anual	
					mCVE	%
Particulares	**2 175 378**	**61,31%**	**2 345 204**	**63,45%**	**-169 826**	**-7,24%**
Habitação	1 599 689	45,08%	1 632 843	44,18%	-33 155	-2,03%
Outros Fins	575 689	16,22%	712 361	19,27%	-136 671	-19,19%
Empresas	**1 372 797**	**38,69%**	**1 350 771**	**36,55%**	**22 026**	**1,63%**
Investimento	781 768	22,03%	892 301	24,14%	-110 533	-12,39%
Tesouraria	591 029	16,66%	458 470	12,40%	132 559	28,91%
Total Créditos	**3 548 175**	**100,00%**	**3 695 975**	**100,00%**	**-147 800**	**-4,00%**

O rácio de crédito vencido, medido pelo crédito vencido sob o crédito bruto, perfez 7,97%, com uma redução de -0,47 p.p. face a 2022, que atingiu um rácio de 8,44%. Para essa evolução contou-se com o abate de crédito em dezembro de 2023, medidas de reestruturação e dação de créditos.

Rácio de Crédito Vencido (milhares de escudos)

Segmentos	dez-23				dez-22			
	Normal	Vencido	Total	% Vencido	Normal	Vencido	Total	% Vencido
Particulares	**20 234 760**	**2 175 378**	**22 410 138**	**9,71%**	**19 627 380**	**2 345 204**	**21 972 584**	**10,67%**
Habitação	14 490 413	1 599 689	16 090 102	9,94%	13 684 978	1 632 843	15 317 821	10,66%
Outros Fins	5 744 347	575 689	6 320 037	9,11%	5 942 402	712 361	6 654 762	10,70%
Empresas	**20 733 066**	**1 372 797**	**22 105 863**	**6,21%**	**20 444 336**	**1 350 771**	**21 795 106**	**6,20%**
Investimento	14 659 487	781 768	15 441 255	5,06%	14 387 829	892 301	15 280 130	5,84%
Tesouraria	6 073 579	591 029	6 664 608	8,87%	6 056 507	458 470	6 514 977	7,04%
Total	**40 967 826**	**3 548 175**	**44 516 001**	**7,97%**	**40 071 715**	**3 695 975**	**43 767 690**	**8,44%**

Nota: carteira de crédito não titulado. Não inclui, Dívida Pública e *Corporate*, Juros a Receber, Despesas de crédito, Receitas e Custos diferido.

O segmento dos particulares apresentou a maior carteira e o maior rácio de crédito vencido, atingindo 9,71% e com uma carteira de 2.175.378 mCVE. Quanto aos tipos de créditos, o crédito habitação apresenta o maior rácio, de 9,94%, com destaque para o crédito habitação rendimento. Por sua vez, o segmento das empresas apresenta um rácio de 6,21%, com uma carteira de 1.372.797 mCVE. O crédito investimento apresentou a maior carteira de crédito vencido embora o maior rácio de vencido seja do crédito tesouraria.

Ativos Financeiros

Nos últimos anos a Caixa vem mantendo níveis de liquidez adequados aos compromissos da Instituição, em resultado da sua ampla e diversificada base de depositantes, bem como da qualidade dos seus ativos, não tendo necessidade de recorrer ao mercado monetário interbancário.

Em 2023, as operações do mercado aberto limitaram-se a emissão de Títulos de Regulação Monetária (TRM) e Títulos de Intervenção Monetário (TIM). A Caixa teve uma participação de 100% nos leilões de TRM, aplicando 363.000 mCVE, representando cerca de 30,25% do valor total das emissões, uma diminuição em relação ao período homólogo de 1.000 mCVE (364.000 mCVE em 2022). Em relação aos TIM, a participação foi de 99% dos leilões, em que foram aplicados 5.725.000 mCVE, 46% dos totais das emissões, um aumento de 91.000 mCVE (5.634.000 mCVE em 2022).

Relativamente as Depósitos Overnigth, em 2023 a Caixa conseguiu aplicar 2.861.800.000 mCVE, um aumento de 1.444.800.000 mCVE, em relação a 2022 (1.417.000.000 mCVE).

Quanto ao mercado primário, foram realizados um total de 26 emissões (- 18 face a 2022), dos quais 7 bilhetes do tesouro, 17 obrigações do tesouro e 2 obrigações *corporate*. O valor total das emissões perfez 16.526.934 mCVE (- 32% em relação a 2022), sendo 11.736.700 mCVE em obrigações do tesouro, 4.163.300 mCVE em bilhetes do tesouro e 626.934 mCVE em obrigações *corporate*. A Caixa teve uma participação bastante positiva nos leilões realizados, subscrevendo 5.785.539 mCVE em títulos, dos quais 1.882.931 mCVE bilhetes de tesouro (45,23% do total das emissões), 3.675.674 mCVE obrigações do tesouro (31,92% das emissões) e obrigações *corporate* a Caixa subscreveu 226.934 mCVE.

Em dezembro de 2023 a Caixa detinha uma carteira de títulos no valor total de 18.418.865 mCVE, com um aumento de 882.365 mCVE face a 2022 (17.536.501 mCVE). A carteira de títulos em dezembro de 2023 era composta por:

- Bilhetes de Tesouro com 1.206.568 mCVE;
- Obrigações do Tesouro com 15.255.636 mCVE;
- Obrigações *Corporate* com 1.956.662 mCVE.

Intermediação Financeira

A Caixa realiza o serviço de intermediação de valores mobiliários na Bolsa de Valores de Cabo Verde como Operador de Bolsa, através do qual os clientes podem investir em Ações, Obrigações e Títulos do Tesouro. Igualmente, a Caixa mantém a custodia dos títulos e é responsável pelo pagamento dos juros ou dividendos. Os lançamentos das ordens são efetuados no programa Sifox e na plataforma da Bolsa de Valores de Cabo Verde. Através do Sifox Deal são transacionadas as operações do mercado secundário, ou seja, títulos já existentes no mercado e livremente transacionados entre investidores e na plataforma da BVC são transacionados os títulos do mercado primário, emitidos pela primeira vez no mercado, mas também algumas transações do mercado secundário.

Em 2023 no mercado primário, através da Caixa, foram subscritos títulos do tesouro de particulares no valor de 100.702 mCVE (90.702 mCVE obrigações do tesouro e 10.000 mCVE obrigações *corporate*). Relativamente ao mercado secundário, foram lançadas no total 65 ordens, das quais 4 foram canceladas/rejeitadas, 34 ordens executadas e/ou parcialmente executadas no sistema Sifox Deal/Blu-x (28 ordens de compra e 6 ordens de vendas). Em termos de valores, ordens de vendas ascenderam a 10.750 mCVE e de compras 16.580 mCVE.

Relações e Negócios Internacionais

A gestão diária da posição e exposição cambial na Caixa visa a maximização dos ganhos cambiais, gestão da rede de correspondentes e das parcerias e gestão de linhas de crédito internacionais. A subida das taxas de juro para controle da inflação em 2023 trouxe também a retoma de algumas aplicações financeiras que se encontravam descontinuadas abrindo portas para novas oportunidades. Assim, verificou-se uma tendência crescente dos influxos financeiros para o país, ainda que algo modesto, na ordem dos 2%, enquanto os outfluxos decresceram -9%, em termos de montantes.

Nas operações financeiras, obteve-se um resultado líquido no montante de 95.190 mCVE, um crescimento de 0,7% face a 2022, resultado de ganhos brutos no valor de 265.675 mCVE em contrapartida das perdas de 170.485 mCVE. A carteira em dólares (USD) registou o maior ganho, contribuindo com 80.089 mCVE para o resultado líquido anual realizado, o equivalente a 84% do resultado. A carteira em franco suíço (CHF) foi a segunda com maior contributo para os resultados, registando 11.256 mCVE, representando 11,8%. Por outro lado, a carteira em coroas norueguesas (NOK) foi a que registou maiores perdas, no montante de -159 mCVE. A carteira de divisas registou maiores ganhos, com cerca de 80,6% comparativamente a valor de 19,4% da carteira de notas.

3.2. Áreas de Suporte ao Negócio

Gestão de Qualidade

Com a ambição de ser uma referência no sistema financeiro e prestar um serviço de qualidade, em 2003 a Caixa criou o Gabinete de Organização de Estudos e Projetos. O Gabinete é responsável pela implementação do Sistema de Gestão de Qualidade cujos requisitos são baseados na ISO 9001:2015. Assim sendo, em 2012 a Caixa obteve a certificação ISO 9001:2015, uma referência internacional em termos de gestão de qualidade. Desde então, é realizado anualmente auditoria externa de acompanhamento ao Sistema de Gestão de Qualidade da Caixa, nos termos da norma.

O Sistema de Gestão de Qualidade da Caixa tem como base os seguintes compromissos:

- Melhoraria e inovação contínua no serviço prestado ao cliente;
- Apresentação ao cliente de propostas competitivas, à medida dos seus negócios e expetativas;
- Construir parcerias duradouras e de valor com clientes e fornecedores, contribuindo para a dinâmica e bom desempenho das suas atividades e negócios;

- Disponibilização ao cliente de canais tecnológicos complementares da rede comercial;
- Estruturação e consolidação dos processos internos, promovendo a celeridade da prestação do serviço ao cliente, onde quer que ele se encontre, e promovendo a eficiência e melhoria continua;
- Gestão de forma prudente e criteriosa dos riscos inerentes a atividade;
- Garantir valor para o acionista;
- Construir e manter equipas sólidas, motivadas e eficientes, que possam disponibilizar ao cliente produtos e serviços de qualidade.

Em 2023 foi realizada mais uma vez a auditoria externa de acompanhamento para a manutenção da certificação ISO 9001:2015, com o registo de zero não conformidades. Ainda, no âmbito da gestão do Sistema de Gestão de Qualidade, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Recolha, registo e análise mensal dos indicadores de desempenho dos processos;
- Controlo de documentos e registos internos e externos;
- Acompanhamento da implementação e avaliação da eficácia das ações de melhorias empreendidas no âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade, visando a melhoria continua dos processos internos e foco no cliente.

No que concerne aos projetos com foco no cliente e na melhoria continua dos processos internos, destacam-se os projetos: Via Verde, que consistiu em reforçar o atendimento nas agências, mediante recrutamento de estagiários para o desempenho da função de atendimento pivot, visando um melhor encaminhamento dos clientes e maior rapidez no atendimento das solicitações que demandam menos tempo; Caix@gile com a revisão do produto Credicaixa, com o propósito de definir prazos para cada fase e intervenientes no "workflow" deste crédito em particular; e Nova Intranet e DIGITALDOCS, prosseguimos com o desenvolvimento de novos módulos, e melhoria dos já existentes nas plataformas. Relativamente ao processo de Gestão Reclamações de Clientes, é feita de acordo com as diretrizes do Banco de Cabo Verde, com vista não só à identificação de eventuais fragilidades de controlo e promoção do cumprimento contínuo dos procedimentos internos, como também, a melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados. Em 2023 deram entrada 33 reclamações nos diferentes canais de receção, que foram identificados, encaminhados e registados no portal do BCV. Face a 2022, o número de

reclamações reduziu em -18, mantendo a tendência decrescente nos últimos 3 anos. O tempo médio de respostas às reclamações também apresentou melhorias com uma redução em dois dias corridos. As reclamações relacionadas com a qualidade de atendimento reduziram para 1, o que demonstra uma evolução positiva na qualidade do serviço prestada aos clientes.

Gestão de Recursos Humanos

A aposta na capacitação e desenvolvimento dos Colaboradores continua a ser o eixo estratégico na Gestão dos Recursos Humanos. A Caixa aposta numa cultura que promove a diversidade, a inclusão e o emprego pleno e produtivo.

Em 2023 a estrutura do quadro de pessoal em termos de número total diminui -2% (menos nove colaboradores) em relação a 2022. Registou-se uma diminuição do número de efetivos em -3%, o número de contratados cresceu 11% e o número de colaboradores em situação de licença sem vencimento reduziu -14%.

Assim, no final de 2023 a Caixa contava com um total de 376 colaboradores, com 364 colaboradores no ativo e 12 colaboradores em licença sem vencimento. Relativamente a distribuição por género, contou-se com 228 colaboradores do género feminino e 148 do género masculino. O peso das mulheres aumentou para 61% (59% em 2022) e peso dos homens reduziu para 39% (41% em 2022).



Em termos de admissão de pessoal, em 2023 foram admitidos 7 novos colaboradores e em termos de integração foram integrados no quadro de pessoal da Caixa 3 colaboradores.

A idade média dos colaboradores na Caixa manteve-se nos 44 anos, o que continua a refletir um efetivo ainda jovem, mas com alguma experiência acumulada. A idade máxima passou de 69 para 70 anos e a mínima aumentou para 24 anos. Alguns trabalhadores já entraram na idade de reforma, mas preferem continuar no ativo.

A área comercial continuou a absorver a maior parte dos recursos humanos (63%) e o seu peso em relação ao ano 2022 manteve-se.

Liderança e Capacitação

A equipa de liderança em 2023 reduziu em relação a 2022, constituída por 63 Colaboradores, sendo 49% homens e 51% mulheres. A Caixa apresentou mais mulheres em cargos de liderança em 2023. O rácio de enquadramento (média de colaboradores por chefia) manteve-se em 4,9 e a taxa de chefia (medida pelo número de chefia/total de colaboradores) alterou de 16,88% em 2022 para 16,76% em 2023.

O índice de tecnicidade, que mede o número de técnicos superiores em relação ao total de colaboradores, em 2023 aumentou para 69%. Revelando o compromisso da Caixa na valorização dos seus recursos humanos, de modo que os colaboradores continuem o seu aprendizado e adquirirem novas competências, tornando-se em melhores profissionais. Em termos de qualificações, 69% dos colaboradores possuíam formação superior, sendo que 58% correspondia ao grau de Licenciatura.

Em 2023 as ações de formação foram ministradas na sua maioria através do serviço Web – plataformas de formação e destacou-se uma forte aposta na formação externa no país, com um peso de 78% (72% em 2022), principalmente no aproveitamento das oportunidades de formação apresentadas pelo Banco de Cabo Verde e pela ATTF Luxembourg (House of Training). A formação interna representou 23% das ações do plano de formação, com uma redução de 25% em relação a 2022.

Durante o ano de 2023 foram realizadas no total 40 ações de formação, abrangendo um universo de 1.308 colaboradores (nesse caso contabilizado mais do que uma vez os colaboradores que receberam mais de que uma ação de formação). O volume de formação foi de 8.798 horas e um investimento de 8.933 mCVE.

Desenvolvimento Profissional e Remuneração

O desenvolvimento profissional dos colaboradores da Caixa efetua-se através da promoção, progressão, mudança de carreira, entre outros. O bom desempenho, entre outros critérios, permite o acesso a evolução na carreira. Assim, em 2023 o total de 161 colaboradores foram progredidos/promovidos, com

a taxa de cobertura das promoções (número de efetivos promovidos/ progredidos sob o número total de efetivos) atingindo 43%, o que corresponde a uma taxa de progressão/promoção de 88%.
Com o objetivo de fazer corresponder o enquadramento profissional do trabalhador à exigência da função efetivamente exercida e a habilitação académica do trabalhador, foram enquadrados como técnicos superiores 6 colaboradores.
Relativamente a remuneração, em 2023 registou-se a atualização salarial com aumento de 3%, com o aumento da massa salarial em 6,23% em termos líquidos e 6,77% em termos brutos, comparativamente a 2022. Quanto ao salário médio mensal aumentou em 6,8% (em termos brutos) e 6,2% (em termos líquidos) face a 2022.

Saúde e Bem-estar

A Caixa enquanto entidade patronal, continua a ser reconhecida pelo seu elevado comprometimento com o bem-estar dos colaboradores em diversas áreas, abaixo evidenciados:

- Saúde: acordos e parcerias com clínicas de prestação de serviço de saúde e plafond para reembolsos das despesas de saúde (colaboradores e agregado familiar), subsídio para a saúde mental dos colaboradores e subsídio de ginástica;
- Financiamentos: linhas de crédito para os funcionários com taxa especiais;
- Estudo: subsídio de estudo para os colaboradores e os filhos.

Recursos Tecnológicos e Informáticos

A área de Recursos Tecnológicos e Informáticos, em alinhamento com a política de qualidade e no âmbito da transformação digital, está orientada para as soluções digitais, sem descurar da Cibersegurança. Assim, em 2023 manteve-se a aposta no desenvolvimento interno de ferramentas e funcionalidades digitais, com destaque para a entrada da versão 2.0 da *Digitaldocs* com módulos inovadores, colocando a disposição dos colaboradores um *Workflow* completamente dinâmico e parametrizável, que veio permitir maior celeridade no tratamento dos processos dos clientes, bem como a criação de demais processos transversais, desmaterializando assim muitas das atividades que eram desenvolvidas em papel e de forma pouco eficiente. Destacam-se também os projetos que permitiram uma facilidade de execução e a simplificação operativa na prestação do serviço ao cliente como a disponibilização à área comercial de declarações e fichas dos clientes de forma automática, a interligação com a PDEX permitindo a validação de documentos online, por intermédio do CNI e implementação da ferramenta SmartBot, com recurso a Inteligência Artificial, permitindo fazer questões ao Manual de Produtos e

Serviços da Caixa, com respostas rápidas e assertivas, apoiando os colaboradores no atendimento bancário.

Igualmente, deu-se a continuidade a atividades no âmbito da modernização tecnológica e fortalecimento da segurança informática, de forma que a Caixa seja mais eficiente e realizando um melhor desempenho: manutenções preventivas e corretivas; folow-up dos processos de auditoria interna e externa; conclusão do projeto de upgrade de redes; renovação de licenciamentos como Microsoft, Office, HP, McAfee, RPA, Apple/Google entre outros; implementação da E-fatura, permitindo a faturação de valores que estavam pendentes de liquidação; implementação no Western Union Canais de número móvel, whatsapp e viber, facilitando a interação com clientes; aquisição e substituição de servidores pela equipa de administração de sistemas e testes de continuidade de negócio; formação dos técnicos de segurança eletrónica e atualização em sistemas de segurança eletrónica; projeto de nova Central de Riscos; implementação de sistemas de segurança, entre outros.

Marketing e Comunicação

Em 2023, a Caixa manteve o foco na sua comunicação online e ofertas digitais, promovendo a notoriedade da marca no mercado cabo-verdiano e reafirmando o posicionamento de liderança em matéria de Transformação Digital em Cabo Verde. Igualmente, apostou na melhoria e atualização dos produtos e serviços existentes, adaptando-os às novas tendências e necessidades dos clientes. Além disso, foram criados produtos de crédito, como a Linha de crédito Bonificado Energias Renováveis. Em simultâneo, destaca-se também a atualização do preçário, com o objetivo de tornar a oferta mais competitiva para atrair e fidelizar clientes, com destaque para o crédito habitação e crédito pessoal.

Para complementar, a Caixa continua a utilizar os meios tradicionais, como a TV interativa nas agências e nos aeroportos da Praia, Mindelo e Espargos, assim como, painéis em locais estratégicos, como polidesportivos e escolas. Durante o ano 2023, a Caixa manteve a sua participação em eventos presenciais, como o Kriol Jazz Festival e o patrocínio à Federação Cabo-verdiana de Basquetebol na primeira participação nos Jogos Olímpicos, marco importante para Cabo Verde. Essas ações demonstram a importância de utilizar os canais tradicionais em simultaneo com canais os digitais para atingir e impactar o público-alvo de forma eficaz. Todos esses canais são essenciais para garantir que a Caixa esteja sempre presente junto dos seus clientes e parceiros.

A comunicação digital tornou-se numa das áreas do Marketing mais importante da Caixa, tendo em conta o papel que tem desempenhado na educação e na informação dos clientes. Ela tem desempenhado um papel fundamental no posicionamento da Caixa, contribuindo significativamente para o sucesso da

instituição nesse setor. Nesse sentido, a estratégia de comunicação adotada tem sido eficaz, impactando no aumento do número de utilizadores dos canais digitais da Caixa e na disseminação da mensagem sobre as vantagens e facilidades de utilizar os serviços digitais do banco. Isso demonstra o comprometimento da instituição em oferecer uma experiência digital diferenciada aos seus clientes, acompanhando as tendências e necessidades do mercado. Em última análise, a importância da comunicação na consolidação da Caixa como referência no mundo digital é incontestável e essencial para a sua contínua evolução e sucesso no mundo da transformação digital.

A criação de suportes gráficos, campanhas e ações direcionadas para os diversos segmentos de clientes têm sido essenciais para demonstrar a facilidade e vantagens de utilizar os serviços digitais do banco. O aumento do número de operações/transações efetuadas no homebanking Caixanet e na aplicação Caixa Mobile ao longo dos anos é um reflexo do sucesso da estratégia de comunicação adotada.

3.3. Gestão de Risco

Sistema de Gestão de Riscos

A Caixa adota um sistema de gestão global de riscos, consubstanciado num conjunto integrado de processos de caráter permanente que assegurem uma compreensão apropriada da natureza e da magnitude dos riscos adjacentes a atividade desenvolvida, possibilitando assim, uma implementação adequada da estratégia e o seu cumprimento. Neste contexto, a Instituição dedica um esforço contínuo nas ações de gestão de riscos, tendo em vista uma gestão adequada e eficaz do risco assente na identificação, avaliação e monitorização da exposição dos riscos de crédito, mercado, liquidez, operacionais, entre outros.

Assim, no sentido de nortear a implementação do Sistema de Gestão de Riscos, a Caixa define os princípios orientadores, que são alinhados com os requisitos e normas regulatórias dos reguladores e com as melhores práticas do setor. O Sistema de Gestão de Riscos da Caixa implica os seguintes processos: identificação dos riscos, avaliação dos riscos, acompanhamento os riscos e controles dos riscos.

Modelo de Governação

Tendo por base o modelo de governo e a estrutura orgânica da Instituição, assim como a necessidade de garantir uma correta implementação da Política de Risco, a Caixa adota um modelo de governação e responsabilidades que contempla a participação dos seguintes órgãos: Conselho de Administração; Comissão Executiva; Direção de Gestão de Risco; Gabinete de Auditoria Interna; Gabinete de Compliance;

Comités de Risco; Comité ALCO - Gestão de Ativos e Passivos. Não obstante, a Gestão de Riscos é responsabilidade de todos os colaboradores e deve ser aplicada a toda a instituição, nas suas várias áreas e níveis, a qualquer momento, bem como as funções, atividades e projetos específicos.

Apetência ao Risco

No âmbito da Política de Risco, a Caixa adota a Framework de Apetite ao Risco (RAF sigla em inglês) que pretende quantificar o nível de risco que uma instituição está preparada para aceitar na prossecução dos seus objetivos estratégicos. O RAF é complementado pela declaração de apetite ao risco (RAS sigla em inglês) e pela Política de Risco.

Na estrutura da Caixa, cabe ao Conselho de Administração (CA) aprovação da Declaração de Apetite ao Risco (RAS) que deverá ter por base um envolvimento alargado da Comissão Executiva (CE), da Direção de Gestão de Risco (DGR) e dos Diretores/Coordenadores de outras áreas funcionais e de negócio, estando prevista a sua revisão anualmente. Por sua vez, a sua monotorização e reporte está confiada à Direção de Gestão de Risco.

No âmbito da sua Declaração de Apetite ao Risco (RAS), a Caixa define quais os níveis de risco que está disposta a assumir tendo em consideração a sua estratégia de risco e de negócio, pelo que inclui métricas quantitativas e declarações qualitativas. O RAS é constituído por um conjunto de indicadores considerados relevantes e representativos dos riscos classificados como materiais no processo de identificação dos riscos. Para cada um dos indicadores / métricas estão estabelecidos até 4 parâmetros:

- Objetivo - nível de risco ótimo estabelecido a nível do planeamento, por forma a cumprir com os objetivos estratégicos;
- Tolerância – nível de risco considerado preocupante e relevante para a Caixa, que pode resultar na definição de medidas corretivas;
- Limite – indica um nível de risco que representa uma ameaça séria ao negócio e por isso requer uma ação imediata;
- Trigger – representa um nível de risco associado à necessidade de lançamento de medidas extraordinárias ou do Plano de Recuperação.

Identificação e Gestão dos Riscos

O Sistema de Gestão de Riscos da Caixa estabelece como prioritário os seguintes riscos: risco de crédito, risco de alavancagem excessiva, risco de mercado, riscos de taxa de juro e câmbio, risco de liquidez, risco operacional, risco de *compliance*, risco dos sistemas de informação, risco de estratégia e de reputação,

bem como outros riscos que se possam revelar materiais. De acordo com o aviso nº4/2017 do Banco de Cabo Verde, apresentamos abaixo alguns dos conceitos dos riscos mais relevantes para a Caixa.

Risco de crédito: risco resultante da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respetivas obrigações financeiras nos termos contratados, à desvalorização de contrato de crédito decorrentes da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Risco de mercado e liquidez: na sua atividade a Caixa pautou-se pela política de risco da instituição, pela estratégia e objetivos definidos para o período, bem como as normas prudenciais. Os indicadores constantes da declaração de apetite ao risco são monitorizados mensalmente de modo a verificar qualquer desvio aos parâmetros estabelecidos.

Risco Operacional: risco resultante da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externo. O processo de gestão do risco operacional adotado pela Caixa é assente no modelo das três linhas de defesa, que consiste em identificar e atribuir responsabilidades específicas às Unidades Orgânicas, de forma que as tarefas essenciais de gestão do risco operacional sejam realizadas de forma integrada e coordenada. A Caixa monitoriza o comportamento dos indicadores chaves de risco e os limites a exposição, com métricas quantitativas, incluindo a definição de níveis de tolerância sustentados em informações históricas.

Gestão de Riscos em 2023

Na sua estratégia e política de gestão de risco de crédito a Caixa se apoia em normas e procedimentos internos, dos órgãos reguladores e pelas boas práticas internacionais, sendo que a análise das operações ativas e extrapatrimonial está suportada numa análise de qualidade da operação proposta, tais como finalidade, prazo, garantia, para além de uma análise qualitativa e quantitativa do cliente. Na sua gestão a Caixa tem tido uma gestão assente numa política de provisionamento tendo por base o cálculo das imparidades via análise coletiva e individual dos créditos. Para o efeito são definidos os conceitos, princípios e regras a serem observados durante a vida do crédito, incluindo na fase de recuperação. São ainda considerados na avaliação específica do risco a concentração da exposição, os limites aos grandes riscos na perspetiva prudencial. Foram introduzidos através da política de risco e da declaração de apetite ao risco, indicadores e limites, de modo a ter um maior controle e mitigação dos riscos que a Caixa está exposta, indicadores estes que são monitorizados mensalmente e comunicados aos órgãos competentes trimestralmente.

Em dezembro de 2023 o total de imparidades de créditos não titulados a clientes perfez 4.096.995 mCVE, apresentando um decréscimo de -87.088 mCVE (-2,08%) comparativamente a dezembro 2022. A carteira de imparidades encontrava-se na sua maioria no stage III com um peso de 83,47% e um crescimento de 1,39% comparativamente a dezembro 2022. Quanto ao stage II apresentou um peso de 9,10% (reduziu -15,54% face a 2022) e o stage I o peso de 7,43% (reduziu em -17,75%). Por tipologia de análise, 65,89% do cálculo de imparidade foi efetuado através da análise individual e 34,11 através da análise coletiva. Comparativamente a dezembro de 2022, a imparidade coletiva decresceu em -199.056 mCVE (-12,47%) e a imparidade individual cresceu em 111.968 mCVE (4,33%). Em termos de segmento, os segmentos que apresentaram maiores níveis de imparidade são as empresas com 67,72% e particulares no crédito habitação com 18,48% e consumo com 7,67%.

Em 2023, os indicadores da categoria de risco de crédito mantiveram resultados confortáveis e dentro dos limites estabelecidos, sendo que somente o indicador de concentração dos 10 maiores devedores apresentaram um pequeno desvio relativamente ao limite.

O rácio de crédito vencido comportou-se dentro dos limites propostos e em média apresentou o valor de 11%, por conta do impacto do fim das moratórias e atual conjuntura. O rácio de solvabilidade tem sido sempre crescente e acima do limite mínimo do apetite ao risco e o mesmo vem se apresentando acima da média do sector.

A concentração é um dos principais fatores de risco a estabilidade financeira. O indicador de concentração dos dez maiores depositantes da Caixa, tem estado sempre no limite, sendo que ultrapassou o limite nos últimos dois meses de 2023. Quanto a concentração de risco de crédito esteve sempre dentro dos limites propostos.

O crédito vencido/ativo líquido tem se comportando sempre dentro dos limites, sendo que o mesmo melhorou comparativamente a dezembro 2022. Quanto ao rácio de cobertura crédito vencido, incluindo títulos, tem estado sempre acima do mínimo recomendado, em média 95,09%, mas em dezembro cresceu para valores mais consistentes com os anos anteriores.

A atividade relativa ao risco mercado e liquidez pautou-se pela política de risco da Instituição, pela estratégia e objetivos definidos para o período, pelas normas prudenciais nacionais e internacionais. Sendo que os principais indicadores evoluíram favoravelmente, comparativamente ao ano anterior e ao sector bancário nacional. Não obstante a conjuntura desfavorável, os indicadores de liquidez foram consistentes com o apetite ao risco da instituição e do mercado.

Os eventos de risco operacional caraterizam-se pela ocorrência de incidentes que podem provocar perdas financeiras a Caixa e são classificados em várias categorias. No decorrer do ano 2023, foram identificados e monitorizados 189 eventos, sendo a categoria de evento mais registado a Gestão de

Processos. A análise e avaliação dos eventos de risco operacional permitiu construir a matriz de risco da Caixa, através da qual foi possível concluir que os incidentes identificados e analisados têm um baixo grau de severidade. Em 2023, foram identificados e registados menos eventos operacionais do que em 2022, uma redução de -16,7%.

Riscos de Sustentabilidade

No âmbito da sua Política de Sustentabilidade, a Caixa compromete-se a incorporar riscos de sustentabilidade de uma forma holística, integrando-os nos processos de ferramentas de gestão de risco. Para cumprir e operacionalizar este compromisso, assume os seguintes princípios:

- Implementar uma política de gestão de riscos de sustentabilidade, que define a abordagem da Caixa para a gestão de cada fator de risco de sustentabilidade;
- Adaptar a forma de gestão de risco para avaliar os riscos de sustentabilidade nas operações da Caixa;
- Selecionar investimentos ou créditos atuais e futuros em conformidade com uma política de exclusão e de condicionalismos a setores específicos;
- Integrar os riscos de sustentabilidade no processo de avaliação e de decisão de risco para apoiar o alinhamento com a estratégia de negócio;
- Desenvolver indicadores chave para os riscos de sustentabilidade que permitam a respetiva monitorização;
- Integrar e definir, de forma clara e transparente, as funções e responsabilidades atribuídas à supervisão, monitorização e gestão de riscos de sustentabilidade nas três linhas de defesa.

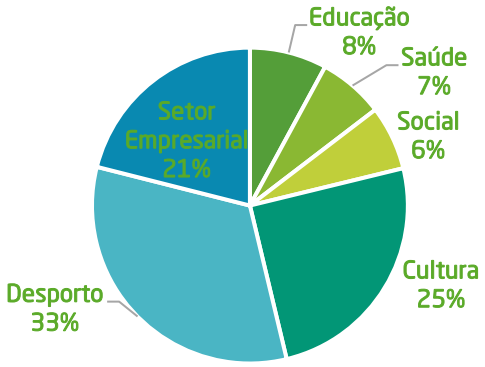
3.4. Caixa e Responsabilidade Social

A Caixa no âmbito da sua Política de Responsabilidade Social, destacou o seu propósito de desenvolver um modelo de negócio eficiente, sustentável e responsável, caracterizado por um forte compromisso social, económico e ambiental, alinhado com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).
A Política de Sustentabilidade da Caixa, aprovado em 2023, tem como referência as melhores práticas previstas nas convenções e protocolos internacionais, códigos de conduta e orientações internacionais aplicáveis em matéria de sustentabilidade, tanto a nível social como a nível ambiental. Igualmente, a Caixa apoiará os seus clientes particulares e empresas e parceiros, a transitar para uma economia mais

sustentável e de baixo carbono, gerando simultaneamente um impacto positivo na sociedade e contribuindo para o crescimento socialmente sustentável e inclusivo, destacando-se a este propósito a disponibilização da Linha de Crédito Bonificado para as Energias Renováveis.

Na elaboração do seu orçamento anual, reserva parte para apoiar a sociedade em diferentes áreas de intervenção, que define como prioritárias, onde se destacam as áreas de Educação, Setor Empresarial, Desporto, Cultura, Bem-estar social e Saúde. Assim, em 2023 concedeu-se apoios e patrocínios no valor total de 16.859 mCVE, conforme indicado abaixo, com um incremento de 105% face ao ano passado.

Apoios e Patrocínios concedidos em 2023



Na prossecução da sua missão, a Caixa promoveu e realizou diversas ações e programas socialmente responsáveis e sustentáveis para o desenvolvimento do bem-estar e qualidade de vida dos seus funcionários e suas famílias, acionistas, parceiros e sociedade em geral.

Integração das Atividades e Negócios nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	
Inclusão Financeira	A Caixa promove a bancarização e a inclusão financeira de todos os cabo-verdianos através do acesso a contas à ordem sem custos de manutenção (se as mesmas permanecerem ativas) e facilita o acesso as mesmas através dos canais digitais. Desenvolve produtos e serviços para os clientes de baixo rendimento e ainda transmite conceitos e ensinamentos de gestão de pequenos negócios, poupança e investimentos. Contribui para o desenvolvimento das comunidades locais, através do microcrédito, que carateriza-se por pequenos empréstimos concedidos as pessoas de baixo rendimento e sem acesso ao crédito bancário tradicional, destinados a promover as suas atividades geradoras de rendimento.

Saúde e Bem-Estar	Atribui a cada colaborador um plafond para despesas de saúde e consultas para os mesmos e familiares com destaque para o novo subsídio de promoção de mente saudável, promovendo o bem-estar emocional dos colaboradores. Promove também palestras e eventos com temas chave, como a Palestra sobre o tema "Inteligência Emocional - Equilíbrio entre a vida pessoal e profissional" em 2023.
Literacia Financeira	Promover a educação financeira tem sido um assunto de maior importância e um dos objetivos estratégicos da Caixa, enquanto entidade preocupada com a inclusão financeira. Nesta medida, entre várias outras iniciativas em prol da promoção da literacia e educação financeira, destaca-se a gestão da página Educação Financeira, que visa transmitir informações pertinentes aos clientes e ao público em geral, contribuindo para uma vida financeira mais saudável. Em 2023, no mês em que se comemora o Dia Mundial da Poupança, a Caixa promoveu a Campanha Poupança combina comigo, com intuito de reforçar seu comprometimento com a promoção da Educação Financeira e a conscientização sobre a importância da poupança, além de aproveitar a ocasião para apresentar as soluções que a Caixa tem para os seus clientes.
Igualdade de género	A Caixa promove a igualdade do género e ambiente de trabalho inclusivo. Recorre a práticas de recrutamento não discriminatórias, promovendo a aprendizagem na instituição e a igualdade remuneratória em termos de carreira para homens e mulheres. Constitui um dos objetivos de o microcrédito contribuir para a melhoria da situação socioeconómica de agregados familiares liderados por mulheres, incentivando a criação e melhoria dos seus negócios, criação de autoemprego, além de promover a inclusão financeira. Em relação à distribuição dos microcréditos por género, os clientes de sexo feminino representam mais de 50% do total. Em 2023, no mês em que se celebra o Dia da Mulher Cabo-verdiana foi desenvolvida uma Campanha, com objetivo de promover a inclusão financeira e sucesso pessoal e profissional das mulheres.
Energia limpa e acessível	A Caixa compromete-se através da adoção de medidas de gestão ambiental interna, reduzir o impacto negativo direto das suas atividades sobre o ambiente. Eficiência Energética do edifício Sede da Caixa com painéis solares instalados, permitindo uma energia limpa e renovável e previsto alargamento da implementação de painéis solares para outras agências; Redução do uso de papel, privilegiando o digital com as ferramentas Digital Docs e Nova Intranet da Caixa. Igualmente incentiva a transição verde, disponibilizando aos seus clientes Linhas de Crédito como Energias Renováveis para a aquisição de equipamentos que reduzem o

	consumo energético e que protegem o meio ambiente e Crédito Renovação Táxi com taxas atrativas para viaturas elétricas ou mistas. Disponibiliza também, cartões 24 e visa feitos com material reciclado, de forma a reduzir a pegada ambiental e apoiar a transição verde. Em 2023, em parceria com a Câmara Municipal de São Lourenço do Órgãos, a Caixa realizou uma **Caminhada Verde, seguida de plantação de árvores,** reforçando o compromisso assumido na preservação do meio ambiente. O Natal de 2023 foi celebrado na Caixa sob o signo da sustentabilidade, com uma decoração alinhada com os princípios da sustentabilidade e os valores da Caixa, em que foi montada uma Árvore de Natal "sustentável" no exterior da Sede em Santiago, feita inteiramente com materiais reciclados.
Desenvolvimento dos Colaboradores	Aos seus colaboradores atribui um subsídio de estudo e o estatuto de trabalhador-estudante promovendo a igualdade de oportunidades e acesso a educação. Prática uma política de remuneração competitiva. Anualmente ministra ações de formação em áreas relevantes promovendo a capacitação dos seus colaboradores, aquisição e aperfeiçoamento de competências.
Desenvolvimento institucional	A Caixa aposta num modelo de governação baseado num conjunto claro de regras, procedimentos e processos, de forma a defender a ética e a conduta empresarial, bem como o compromisso com a sustentabilidade. Através do Gabinete de Função Compliance, a Caixa analisa e controla os riscos de compliance e garante a conformidade na implementação das normas e leis vigentes no mercado financeiro e da segurança da informação (ISO27001). Apoia na prevenção da lavagem de capitais e no combate ao financiamento do terrorismo, no alerta à prevenção de fraude e outros ilícitos financeiros, promovendo a redução dos fluxos financeiros ilegais. Na gestão de riscos, está em fase de implementação a inclusão dos riscos de sustentabilidade.
Parcerias e meios de implementação	A Caixa realiza parcerias globais para implementação dos objetivos no âmbito da sua missão. Em 2023 acolheu o lançamento do Fintech Islandz Hub, marcando um avanço significativo para a inovação financeira em Cabo Verde, como o primeiro espaço totalmente dedicado ao desenvolvimento e promoção do sector fintech no país, com o objetivo de reunir diversos atores do sistema financeiro numa plataforma de comunicação e partilha. A Caixa, além de fornecer infraestrutura, também disponibilizará dados e informações essenciais para ajudar as fintechs a desenvolver e implementar soluções inovadoras, bem como financiar soluções que se mostrem inovadoras e de interesse para a banca.

4. Informação Financeira

4.1. Resultado

A Caixa em 2023 obteve um resultado e rendimento integral do exercício de 1.503.179 milhares de escudos (mCVE), um incremento de 273.760 mCVE (22,3%) face ao montante alcançado no ano passado. Esta evolução é explicada pelo seguinte:

- O produto bancário aumentou 295.051 mCVE (8,5%) decorrente do crescimento da margem complementar em 74,6% (277.304), ascendendo a 648.960 mCVE;
- Os custos operativos aumentaram 42.501 mCVE (2,6%), mas com um desvio favorável face ao orçamentado;
- As provisões e imparidades líquidas do exercício apresentaram uma variação negativa de -119.154 mCVE (-27,5%);

Evolução dos Resultados

RUBRICAS	2023	2022	Var. anual	
			mCVE	%
Juros e rendimentos similares	3 996 414	3 975 935	20 479	0,5%
Juros e encargos similares	898 034	895 302	2 732	0,3%
Margem Financeira	**3 098 380**	**3 080 633**	**17 747**	**0,6%**
Rendimentos e instrumentos de capital	48 733	29 243[8]	19 490	66,6%
Rendimentos de serviços e comissões (liq.)	112 096	108 197	3 899	3,6%
Resultados em operações financeiras	95 190	94 499	691	0,7%
Resultados de alienação de ativos	0	36 078	-36 078	-100,0%
Outros resultados de exploração	392 941	103 640	289 301	279,1%
Margem Complementar	**648 960**	**371 656**	**277 304**	**74,6%**
Produto Bancário	**3 747 341**	**3 452 290**	**295 051**	**8,5%**
Gastos com Pessoal	935 480	913 195	22 285	2,4%
Gastos Gerais Administrativos	595 563	579 100	16 464	2,8%
Amortizações	118 159	114 406	3 752	3,3%
Total Custos Operativos	**1 649 202**	**1 606 701**	**42 501**	**2,6%**
Provisões e Imparidade (liq.)	314 776	433 930	-119 154	-27,5%
Resultado antes de impostos	**1 783 363**	**1 411 659**	**371 704**	**26,3%**
Impostos correntes	302 774	220 727	82 047	37,2%
Impostos diferidos	-22 591	-38 487	15 896	-41,3%
Imposto sobre lucros	**280 183**	**182 240**	**97 943**	**53,7%**
Resultado Líquido	**1 503 179**	**1 229 419**	**273 760**	**22,3%**
Cash Flow do Exercício	1 936 113	1 777 755	158 358	8,9%

8 Reclassificação da rubrica Resultados em empresas associadas para efeito comparativo em 2023

Produto Bancário

O produto bancário da Caixa em 2023 foi composto pela margem financeira em 82,7% e margem complementar em 17,3%. O crescimento do produto bancário deveu-se principalmente ao aumento significativo na margem complementar, que se situou nos 648.960 mCVE, evidenciando um aumento de 277.304 mCVE (74,6%) face ao ano anterior.

A evolução da margem complementar é explicada essencialmente pelos outros resultados de exploração que aumentaram 289.301 mCVE, (279,1%). Os resultados das participações em empresas associadas, ainda que de forma menos expressiva, contribuíram também positivamente para os Resultados, ao atingirem os 48.733 mCVE, um aumento de 19.490 mCVE (66,6%) em relação 2022.

Relativamente à margem financeira, aumentou 17.747 mCVE (0,6%) essencialmente por conta das comissões associadas ao crédito aos clientes.

Custos Operativos

Os custos operativos aumentaram 42.501 mCVE (2,6%):

- os custos com o pessoal (peso 56,7%) aumentaram 22.285 mCVE (2,4%) por conta do aumento e atualização das remunerações dos colaboradores;
- os gastos gerais administrativos (peso de 36,1%) aumentaram 16.464 mCVE (2,8%);
- as amortizações (peso 7,2%) aumentaram 3.752 mCVE (3,3%).

Provisões e Imparidades

As provisões e imparidades líquidas do exercício totalizaram 314.776 mCVE, uma redução de -119.154 mCVE (-27,5%), essencialmente por conta das perdas por imparidade que atingiram 1.910.052 mCVE em 2023 comparativamente a 3.071.299 mCVE em 2022, na medida que se atingiu um nível satisfatório de cobertura de crédito por imparidades.

Provisões e Imparidade Líquidas	2023		2022		Var. anual	
					mCVE	%
Crédito a Clientes	314 776	100,00%	380 889	87,78%	-66 113	-17,36%
Imóveis	-	-	53 041	12,22%	-53 041	-100,00%
Diversos	-	-	-	-	-	-
Total	314 776	100,00%	433 930	100,00%	-119 154	-27,46%

Os resultados parcelares (amortizações, provisões, imparidades e resultados) conduziram a um aumento do Cash-Flow do Exercício em 158.358 mCVE (8,9%), fixando-se nos 1.936.113 mCVE.

4.2. Balanço e Atividade

Ativo Líquido

Em 2023, o ativo líquido total cifrou-se em 91.295.459 mCVE, aumentando 6.626.841 mCVE (7,83%) face a 2022. Para esta evolução contribuíram principalmente o aumento das aplicações em instituição de crédito e do crédito total líquido:

- o crédito total líquido em 2023 representou 64,2% do ativo líquido, registando um crescimento de 1.732.498 mCVE (3,05%), atingindo 58.592.315 mCVE. Para o crescimento do crédito, destacam-se o aumento no crédito a clientes e no crédito titulado;
- as aplicações em instituição de crédito aumentaram 6.104.138 mCVE (50,44%) determinado pelo aumento das aplicações a muito curto prazo (*overnight*) em 65,2% face a dezembro de 2022.

Outros componentes como os outros ativos e propriedades de investimento, embora com peso reduzido no ativo líquido, reduziram -4,1%, -58.306 mil escudos face a dezembro 2022, explicado essencialmente pela rubrica ativos por impostos correntes que passou para o passivo e pela redução nas rubricas bonificações de -74.399 mil esc. e outros devedores diversos de -48.067 mil escudos, bem como o aumento da imparidade registada nos imoveis recebidos em recuperação de crédito. Os outros ativos incorporam essencialmente os bens recebidos em recuperação de crédito próprio (peso 75,2%) e as Bonificações a receber do Estado (peso 23,2%). Por sua vez, os bens recebidos em dação aumentaram em 123.076 mil escudos.

Passivo

O passivo registou uma evolução positiva, aumentando 5.737.533 mCVE (7,44%) em relação a 2022, por conta do aumento dos recursos de clientes e outros empréstimos. Os recursos de clientes e outros empréstimos, atingiram 81.882.098 mCVE, registando um aumento de 5.706.644 mCVE(7,49%), determinado pelo aumento dos depósitos de clientes que representam 99,2% da rubrica. Por sua vez, os recursos de outras instituições de crédito que apresentam pouca expressão na Caixa, aumentaram 22.177 mCVE (8,69%), face ao período homólogo.

4.3. Indicadores Financeiros e Prudenciais

Rendibilidade e eficiência

Os principais indicadores de rendibilidade refletem em certa medida o desempenho da Caixa em 2023. Neste sentido a rendibilidade do ativo (ROA) atingiu 1,71%, aumentando 0,2 p.p. face ao período homólogo e a rendibilidade do capital próprio (ROE) aumentou em 1,68 p.p., atingindo o valor de 18,91%, apresentando valores satisfatórios.

Por sua vez, rácio de *cost-to-income*, indicador da eficiência da instituição, atingiu o seu valor mais baixo desde 2018, reduziu para 44,01%, -2,53 p.p. face ao valor atingido em 2022, por conta do produto bancário. Assim, a produtividade dos colaboradores, medida pelo produto bancário sob o número médio de colaboradores ativos, passou de 9.305 mCVE em 2022 para 10.197 mCVE em 2023.

Indicadores de Rendibilidade e Eficiência	2023	2022	Var. anual	
			mCVE/p.p.	%
Resultado do Exercício/ Recursos Próprios Médios (ROE) (%)	18,91	17,23	+1,68 p.p	
Resultado do Exercício/ Ativo Líquido Médio (ROA) (%)	1,71	1,51	+0,20 p.p	
Cash Flow do Exercício/ Recursos Próprios Médios (%)	24,35	24,92	-0,57 p.p	
Cash Flow do Exercício/ Ativo Líquido Médio (%)	2,20	2,18	+0,02 p.p	
Margem Complementar/Custo Com Pessoal (%)	69,37	40,70	+28,67 p.p	
Custos Operativos/ Produto Bancário (Cost to Income) (%)	44,01	46,54	-2,53 p.p	
Produto Bancário/ Nº Médio Trabalhadores (mCVE)	10 197	9 305	892	9,58%
Cash Flow do Exercício/ Nº Médio Trabalhadores (mCVE)	5 268	4 792	476	9,95%

Solvabilidade

No que respeita a solidez e sustentabilidade financeira, a Caixa tem cumprido os parâmetros prudenciais estabelecidos pelo Banco de Cabo Verde, com todos os rácios a situarem acima dos mínimos exigidos. Os fundos próprios da instituição atingiram 7.824.739 mCVE, exibindo um acréscimo de 798.906 mCVE (11,37%) comparativamente ao período homólogo. Assim, o rácio de solvabilidade situou-se nos 24,63%, evidenciando um acréscimo de 1,71 p.p. e o rácio de cobertura de imobilizado por sua vez alcançou 362,79%, acima em 26,22 p.p. face a 2022.

Rácios Prudenciais	2023	2022	Var. anual	
			mCVE/p.p.	%
Fundos Próprios (mCVE)	7 824 739	7 025 833	798 906	11,37%
Rácio de Solvabilidade (%)	24,63	22,92	1,71	
Rácio Fundos Próprios/Imobilizado Líquido (%)	362,79	336,57	26,22	

Qualidade dos ativos

O rácio do crédito vencido situou-se em 7,97%, reduzindo -0,47 p.p. face a dezembro de 2022, com uma cobertura por imparidades de 122,83%, acima do valor de alcançado em dezembro de 2022 de 121,04%. O rácio indicador qualidade de crédito perfez 5,39%, abaixo em -0,13 p.p. em comparação com o ano passado e o crédito em risco reduziu para 32,91%.

Créditos e Juros vencidos	2023	2022	Var. anual	
			mCVE/p.p	%
Créditos e Juros vencidos*	3 645 307	3 754 578	-109 271	-2,91%
Imparidade para Créditos e Juros vencidos**	4 096 995	4 184 082	-87 088	-2,08%
Créditos vencidos / Crédito Total	7,97%	8,44%	-0,47 p.p	
Créditos e Juros vencidos / Crédito Total***	7,83%	8,14%	-0,32 p.p	
Crédito em Incumprimento (Circular Serie A nº 198 de 20181221)	11,22%	10,02%	1,20 p.p	
Crédito em Risco (Circular Serie A nº 198 de 20181221)	32,91%	34,29%	-1,38 p.p	
Imparidade Créditos e Juros venc/Créditos e Juros venc	112,39%	111,44%	0,95 p.p	

Notas: *não inclui as despesas vencidas, ** não inclui imparidade para títulos, *** Títulos Corporate incluídos.

Liquidez

O rácio de liquidez geral passou de 31,64% em dezembro de 2022 para 35,35% em 2023 e por sua vez e o rácio de conversão depósitos de clientes em crédito c/títulos reduziu de 81,08% para 77,48%. Quanto ao rácio de transformação, medido pela relação do crédito face aos depósitos, situou-se em 65,0%, -3,38% p.p. face a 2022 por conta da evolução dos depósitos, bastante superior ao crédito.

5. Eventos Subsequentes

O acionista Estado de Cabo Verde lançou uma da OPV realizada entre o dia 11 de janeiro de 2024 e o dia 23 de fevereiro de 2024 e colocou o remanescente das ações em mercado secundário, no âmbito do processo de alienação da participação detida na CAIXA, num total de 381.904 (trezentos oitenta e um mil, novecentos e quatro) ações, representativas de 27,44% (vinte e sete vírgula quarenta e quatro por cento) do capital social da CAIXA, tendo por base a Resolução n.º 104/2022, de 16 de novembro, que aprova a nova agenda de empresas do Setor Empresarial do Estado passíveis de privatização, alienação parcial, concessão ou parceria público-privada.

Esta operação teve como resultado, com efeitos a partir de 6 de maio de 2024, a seguinte estrutura acionista:

Entidade	Nº Ações	%
Instituto Nacional de Previdência Social	657 200	47,21%
Correios de Cabo Verde	210 749	15,14%
Outros subscritores e trabalhadores	524 051	37,65%
	1 392 000	100,00%

6. Proposta de Aplicação dos Resultados

Considerando:

i) que o Resultado Líquido do exercício de 2023 ascendeu ao valor de 1.503.179.360$00;

ii) que a Instituição se encontra cotada na Bolsa de Valores de Cabo Verde e a importância da política de dividendos como sinal para o mercado;

iii) a necessidade de o Banco manter um nível de Fundos Próprios adequado para fazer face às necessidades de capital resultantes do seu plano de expansão de negócio, das novas exigências regulamentares em termos de Rácio de Solvabilidade e suportar o eventual impacto dos ativos recebidos em pagamento;

Os riscos e incertezas associados ao e aos feitos da prolongação da guerra na Ucrânia e guerra no medio oriente;

v) os indicadores económicos e financeiros do Banco;

O Conselho de Administração apresenta a seguinte proposta afetação dos resultados

Reservas Obrigatórias (10%)	150.317.936$00
Resultados Transitados (40%)	601.181.424$00
Dividendos (540$00 por ação)	751.680.000$00
Total	1.503.179.360$00

7. Notas Finais

O ano 2023 ficará marcado pela desaceleração do crescimento económico, na sequência da retoma iniciada em 2021 e do crescimento histórico verificado em 2022.

O desempenho da Caixa no exercício económico 2023 esteve em linha como o dos anos anteriores, tendo contribuído para o reforço da sua robustez como instituição de referência no sistema financeiro nacional.

A Instituição continua a registar níveis históricos para alguns indicadores importantes, nomeadamente o crescimento da carteira de depósitos, o rácio de crédito vencido, o resultado líquido, etc.

Os resultados alcançados, devem-se, essencialmente, à confiança dos nossos clientes e Parceiros, que inquestionavelmente, contribuíram para o desempenho da instituição, para o seu engrandecimento e a consolidação da sua posição no sistema financeiro, na economia e sociedade cabo-verdiana, pelo que manifestamos o nosso agradecimento.

O Conselho de Administração agradece, ainda, especialmente:

Às autoridades oficiais, pelo exercício da sua missão governativa em prol do desenvolvimento de Cabo Verde e do seu sistema financeiro, num contexto de risco e de grandes incertezas;

Ao Banco de Cabo Verde, pelo profissionalismo, competência, rigor, compreensão no exercício da sua atividade de supervisão e pela manutenção das medidas excecionais tomadas no contexto da crise económica enfrentada;

Aos senhores acionistas, pela confiança, apoio e compreensão demonstrados;

Aos membros do Conselho Fiscal, pela ação engajada e atenta desenvolvida no acompanhamento da atividade da instituição;

A todos os colaboradores, pelo empenho e dedicação que dispensaram no desempenho das suas atribuições, ao longo do exercício, contribuindo decisivamente para os resultados alcançados.

8. Demonstrações Financeiras

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

mCVE

ATIVO	2023			2022	Variação	
	Ativo Bruto	Prov., Imparid. e Amort.	Ativo líquido	Ativo líquido	Abs.	%
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	7 890 662	0	7 890 662	8 639 868	-749 207	-8,67%
Disponibilidades em outras instit.de crédito	2 944 196	0	2 944 196	3 434 505	-490 310	-14,28%
Ativos financeiros disponíveis para venda	4 023	200	3 823	3 823	0	0,00%
Aplicações em instituições de crédito	18 204 821	0	18 204 821	12 100 684	6 104 138	50,44%
Crédito Clientes	63 009 987	4 417 672	58 592 315	56 859 817	1 732 498	3,05%
Propriedades de investimento	3 589	2 638	952	980	-28	-2,90%
Outros ativos tangíveis	4 169 132	2 183 442	1 985 691	1 944 628	41 062	2,11%
Ativos intangíveis	335 133	325 135	9 998	13 903	-3 905	-28,09%
Investimentos em filiais, associadas e emp. conjunto	167 308	0	167 308	139 030	28 278	20,34%
Ativos por impostos diferidos	131 489	0	131 489	108 899	22 591	20,74%
Outros ativos	2 391 647	1 027 443	1 364 204	1 422 482	-58 277	-4,10%
TOTAL DO ATIVO	99 251 988	7 956 529	91 295 459	84 668 618	6 626 841	7,83%

PASSIVO	2023	2022	Variação	
			Abs.	%
Recursos de outras instituições de crédito	277 291	255 114	22 177	8,69%
Recursos de clientes e outros empréstimos	81 882 098	76 175 454	5 706 644	7,49%
Provisões	58 623	58 623	0	0,00%
Passivos por impostos correntes	158 522	134 724	23798	17,66%
Outros passivos	523 682	538 767	-15 085	-2,80%
TOTAL DO PASSIVO	82 900 215	77 162 682	5 737 533	7,44%
Capital	1 392 000	1 392 000	0	0,00%
Outras reservas e resultados transitados	5 500 064	4 884 518	615 547	12,60%
Resultado do exercício	1 503 179	1 229 419	273 761	22,27%
TOTAL CAPITAIS PRÓPRIOS	8 395 244	7 505 936	889 307	11,85%
TOTAL DO PASSIVO + CAPITAL	91 295 459	84 668 618	6 626 841	7,83%

DEMOSTRAÇÃO DE RESULTADOS

mCVE

DEMOSTRAÇÃO DE RESULTADOS	2023	2022	Variação	
			Abs.	%
Juros e rendimentos similares	3 996 414	3 975 935	20 479	0,51%
Juros e encargos similares	898 034	895 302	2 732	0,31%
Margem financeira	**3 098 380**	**3 080 633**	**17 747**	**0,6%**
Rendimentos de instrumentos de capital	48 733	29 243	19 490	66,65%
Rendimentos de serviços e comissões	285 661	255 432	30 229	11,83%
Encargos com serviços e comissões	173 565	147 235	26 329	17,88%
Resultados de reavaliação cambial	95 190	94 499	691	0,73%
Resultados de alienação de outros ativos	0	36 078	-36 078	-100,00%
Outros resultados de exploração	392 941	103 640	289 301	279,1%
Produto bancário	**3 747 341**	**3 452 290**	**295 051**	**8,55%**
Custo com pessoal	935 480	913 195	22 285	2,44%
Gastos gerais administrativos	595 563	579 100	16 464	2,84%
Amortizações do exercício	118 159	114 406	3 752	3,28%
Imparidade outros activos financ. liq. rever. e recup.	314 776	380 889	-66 113	-17,36%
Imparidade outros activos liq. reversões e recuperaç	0	53 041	-53 041	-100,00%
Resultado antes de impostos	**1 783 363**	**1 411 659**	**371 704**	**26,33%**
Impostos				
Correntes	302 774	220 727	82 047	37,17%
Diferidos	-22 591	-38 487	15 896	-41,30%
Resultados após impostos	**1 503 179**	**1 229 419**	**273 760**	**22,27%**

O Conselho de Administração

Presidente - Jailson da Conceição Teixeira de Oliveira

Vice-Presidente - Orlanda Maria Duarte Santos Ferreira

Vogal - António Carlos Moreira Semedo

Vogal - Célia Maria Barreto dos Santos

Vogal - Antão Miguel de Morais Lima Chantre

Vogal - Yara Helena Semedo Craveiro Miranda Semedo

Vogal - Domingos Veiga Mendes

Parte II – ANEXOS, RELATÓRIOS E PARECERES ÀS CONTAS

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Relatório dos Auditores Externos

Anexo às Demonstrações Financeiras

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas,

Relatório da Atividade do Conselho Fiscal

Nos termos do Código das Sociedades Comerciais, dos Estatutos e dos Normativos do Banco de Cabo Verde, cumpre ao Conselho Fiscal emitir o relatório sobre a atividade de fiscalização desenvolvida e dar parecer sobre o Relatório do Conselho de Administração, incluindo a Proposta de aplicação de resultados, e as Demonstrações Financeiras da Caixa Económica de Cabo Verde, S.A. (Caixa), relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos possível e adequada, a evolução da atividade da Caixa, nomeadamente:

(i) tomámos conhecimento das principais decisões do Conselho de Administração, lavradas em atas de reuniões desse órgão, com vista a garantir a observância da lei e dos estatutos;
(ii) verificámos a razoabilidade dos registos e documentação contabilística relevante numa base regular, com especial atenção para o processo de cálculo de imparidade e impacto do fim das moratórias relacionadas com a pandemia de COVID-19;
(iii) verificámos o cumprimento das obrigações fiscais e parafiscais;
(iv) analisámos o processo de controlo orçamental e de execução do plano de atividades;
(v) procedemos a uma análise de alto nível da razoabilidade e eficácia do sistema de controlo interno relevante;
(vi) analisámos os relatórios emitidos pelo Gabinete de Auditoria Interna e Gabinete de Função Compliance;
(vii) participámos da reunião do Conselho de Administração que apreciou o Relatório e Contas referente ao exercício de 2023;
(Viii) analisámos a troca de correspondência com o Banco de Cabo Verde no âmbito do processo de supervisão;
(ix) acompanhámos os trabalhos realizados pelos auditores externos;
(x) verificámos a independência dos auditores externos;
(xi) em resultado de encontros com a Comissão Executiva, Direção Financeira e Internacional, Direção de Gestão de Riscos, Direção de Informática, Comunicação e Segurança, Gabinete de Função Compliance, Gabinete de Auditoria Interna e com os auditores externos, obtivemos todos os esclarecimentos que entendemos necessários e relevantes.

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal procedeu à análise do Relatório do Conselho de Administração, incluindo a Proposta de aplicação de resultados, e as Demonstrações Financeiras que compreendem o Balanço, a Demonstração de Resultados, a Demonstração de Fluxos de Caixa, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e o Anexo, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Constatámos um desempenho muito positivo da Caixa em 2023, destacando-se:

(i) um resultado líquido de 1.503.179 milhares de escudos positivos em 2023, um aumento significativo de 22% face a 2022, influenciado sobretudo (a) pelo aumento da Margem Complementar, refletindo essencialmente o aumento dos Outros resultados de exploração, mas também (b) pela redução do reforço das imparidades do crédito. O nível de cobertura do risco de crédito por imparidades continua, no entanto, a ser considerado satisfatório;
(ii) aumentos de Recursos de clientes, mas também doAtivo Líquido, em particular do Crédito a clientes e sobretudo dos Depósitos em outras instituições de crédito face a dezembro de 2022;
(iii) Aumento da liquidez geral, mantendo-se a um nível confortável;
(v) ligeira melhoria do indicador cost to income (custos operativos / produto bancário) que reduziu de 47% para 45%;
(vi) melhoria dos principais rácios prudenciais, nomeadamente os Fundos Próprios que registaram um aumento de 11%, comparativamente ao ano de 2022 e a Solvabilidade que aumentou de 23% para 25%.

Entendemos, no entanto, que a incerteza quanto às tensões geopolíticas e evolução da inflação em virtude do conflito na Ucrânia, mantém-se relevantes e continuam a merecer especial atenção e acompanhamento.

Apreciámos ainda o relatório de auditoria emitido pelos auditores externos, Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A., com o qual concordamos. Verificámos que apresenta duas matérias relevantes de auditoria relativas à (a) Imparidade para Crédito de clientes que devido à materialidade e ao grau de subjetividade e complexidade dessa estimativa (complexidade dos modelos e o facto de requerer o tratamento de um volume significativo de dados cuja disponibilidade e qualidade podem ser condicionadas) e (b) valorização dos imóveis recebidos em dação por recuperação de crédito que é baseado em metodologias que requerem a utilização de pressupostos e julgamentos.

No desenvolvimento da nossa função fiscalizadora, verificámos que:

(i) as Demonstrações Financeiras permitem uma adequada compreensão da situação financeira da empresa e dos seus resultados;
(ii) as políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados são adequados;
(iii) o Relatório do Conselho de Administração é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da Caixa, evidenciando os aspetos mais significativos;
(iv) a proposta de aplicação de resultados encontra-se em conformidade com as disposições legais e estatutárias, bem como as recomendações da autoridade de supervisão.

Entendemos que a análise efetuada proporciona uma base aceitável para expressar o nosso parecer sobre os documentos a serem apresentados pelo Conselho de Administração à Assembleia Geral.

Nestes termos, somos do parecer que:

(i) seja aprovado o Relatório do Conselho de Administração;
(ii) sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras;
(iii) seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados.

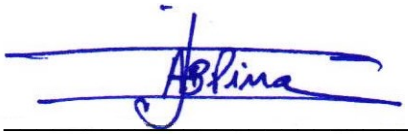
Cidade da Praia, 10 de junho de 2024

O Presidente do Conselho Fiscal



Bruno Miguel Delgado Gomes Lopes

O Vogal do Conselho Fiscal



João Augusto Barros de Pina

A Vogal do Conselho Fiscal



Sandra Marisa Semedo Monteiro Tavares

Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Sucursal em Cabo Verde
Edifício Santa Maria – Complexo Atlântico
Apartamento 305 – 3.º Andar
Avenida Cidade de Lisboa
Praia – Santiago

Relatório do Auditor Independente

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Caixa Económica de Cabo Verde, S.A. (a "Caixa"), que compreendem a demonstração de posição financeira em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 91.295.459 milhares de escudos de Cabo Verde (CVE) e um total de capital próprio de 8.395.244 milhares de CVE, incluindo um resultado líquido de 1.503.179 milhares CVE), a Demonstração dos Resultados e do Rendimento Integral, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Caixa Económica de Cabo Verde, S.A. em 31 de dezembro de 2023, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Cabo Verde para o setor bancário.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" deste relatório. Somos independentes da Caixa de acordo com os requisitos do Código de Ética da Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados, o qual foi elaborado em respeito aos princípios e normas do Código de Ética para Contabilistas e Auditores, editada pela Comissão Internacional de Normas de Ética para Contabilistas e Auditores (IESBA), e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na nossa auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da nossa opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

1. Imparidade para crédito a clientes

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
Em 31 de dezembro de 2023, a Caixa tem registadas perdas acumuladas por imparidade sobre a carteira de crédito no montante de 4.096.995 milhares de CVE. O detalhe da imparidade para crédito a clientes e as políticas contabilísticas, metodologias, conceitos e pressupostos utilizados são divulgados nas notas às demonstrações financeiras (Notas 2.2 d), 8 e 18). A imparidade representa a melhor estimativa do órgão de gestão da Caixa sobre a perda esperada nas exposições de crédito concedido a clientes com referência a 31 de dezembro de 2023. Para o cálculo desta estimativa, o órgão de gestão estabeleceu pressupostos, recorreu a modelos matemáticos para calcular parâmetros,	A nossa abordagem de auditoria para a imparidade para crédito a clientes incluiu (i) uma resposta global com efeito na forma como a auditoria foi conduzida e (ii) uma resposta específica que se traduziu no desenho, e subsequente execução, de procedimentos de auditoria que incluíram, designadamente: ► entendimento, avaliação do desenho do processo de quantificação das perdas por imparidade para crédito a clientes; ► testes de revisão analítica sobre a evolução do saldo da imparidade para crédito a clientes, comparando-o com o período homólogo e com as expetativas formadas, dos quais são de destacar o entendimento das

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
interpretou conceitos e dados históricos e concebeu um modelo de cálculo da perda esperada. Para exposições relevantes em base individual, a imparidade é determinada tendo por base julgamentos de especialistas da Caixa na avaliação de risco de crédito e o conhecimento da realidade e situação financeira dos clientes e das garantias associadas às operações em questão. Para além da complexidade dos modelos de quantificação de perdas por imparidade da carteira de crédito, a sua utilização requer o tratamento de um volume significativo de dados, cuja disponibilidade e qualidade podem estar condicionadas. Em face do grau de subjetividade e complexidade que a estimativa de imparidade envolve, a utilização de abordagens, modelos ou pressupostos alternativos pode ter um impacto material no valor da imparidade estimada, o que, juntamente com a materialidade do seu valor, faz com que consideremos este tema como matéria relevante de auditoria.	variações ocorridas na carteira de crédito e alterações dos pressupostos e metodologias de imparidade; ► seleção de uma amostra de clientes objeto de análise individual de imparidade para avaliação dos pressupostos utilizados pelo órgão de gestão na quantificação da imparidade. Esta análise incluiu a informação sobre a situação económico-financeira dos devedores e os relatórios de avaliação dos colaterais, assim como indagações aos especialistas da Caixa para entender a estratégia de recuperação definida e os pressupostos usados; ► através do envolvimento dos nossos especialistas em matéria de gestão de risco, testámos a razoabilidade dos parâmetros utilizados no cálculo da imparidade coletiva, destacando-se: i) o entendimento da metodologia formalizada e aprovada pelo órgão de gestão e comparação com a efetivamente utilizada; ii) a apreciação das alterações aos modelos para determinar parâmetros para refletir a perda esperada; iii) a análise das alterações realizadas durante o exercício aos parâmetros de risco (PD, LGD e EAD); iv) o seguimento das medidas corretivas de deficiências anteriormente identificadas no modelo de imparidade coletiva; v) o teste por amostragem à classificação das operações nos *stages* 1, 2 e 3; e vi) avaliação da razoabilidade dos ajustamentos realizados, em particular aqueles para responder às áreas de julgamento adicionais resultantes das moratórias e apreciação do processo de gestão associado a esses ajustamentos. ► análise das divulgações incluídas nas notas explicativas às demonstrações financeiras, tendo por base os requisitos das normas internacionais de relato financeiro e os registos contabilísticos.

2. Imparidade para imóveis recebidos por recuperação de crédito

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
Em 31 de dezembro de 2023, a imparidade acumulada registada para os imóveis recebidos por recuperação de crédito, registados na rubrica de Outros Ativos, ascende a 1.024.954 milhares de CVE (Nota 15). Estas perdas por imparidade são determinadas de acordo com a metodologia descrita na Nota 2.2 f)). Periodicamente, a Caixa solicita a peritos avaliadores externos, registados no Banco Central de Cabo Verde ("BCV") e/ou realiza avaliações internas dos imóveis recebidos por recuperação de crédito. Caso o valor da avaliação, deduzido de custos estimados a incorrer com a venda do imóvel, seja inferior ao valor da demonstração da posição financeira, são registadas perdas por imparidade. A avaliação dos imóveis considera um conjunto de pressupostos julgamentais que dependem das características específicas de cada ativo e da estratégia da Caixa para a sua comercialização. Os pressupostos acerca de acontecimentos futuros poderão não ocorrer ou, mesmo que ocorram, os resultados reais poderão ser diferentes. A título de exemplo, podem verificar-se alterações ao nível das expectativas do mercado imobiliário, de variáveis macroeconómicas relevantes ou ao nível de características intrínsecas do próprio imóvel e da envolvente física circundante. A consideração desta matéria como relevante para a auditoria teve por base a sua materialidade nas demonstrações financeiras e o facto do uso de diferentes técnicas de valorização e pressupostos poder originar diferentes estimativas de justo valor.	A nossa abordagem de auditoria sobre a imparidade de imóveis recebidos por recuperação de crédito incluiu uma resposta específica que se traduziu no desenho, e subsequente execução, de procedimentos de auditoria que incluíram, designadamente: ► entendimento dos procedimentos de controlo interno existentes no processo de mensuração dos imóveis recebidos por recuperação de crédito concedido; ► testes de revisão analítica sobre o valor dos imóveis incluídos em "Outros ativos", comparando-o com o período homólogo e com a expetativa formada, dos quais são de destacar o entendimento das variações ocorridas e alterações dos pressupostos e metodologias; ► para uma amostra de imóveis, apreciação da razoabilidade da metodologia e dos pressupostos utilizados pelos peritos avaliadores externos e internos e respetiva confirmação do seu registo no BCV. Para estes imóveis, analisámos, quando aplicável, contratos promessa de compra e venda ou ofertas vinculativas recebidas e certidões de teor da conservatória do registo predial; e ► análise das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras, tendo por base os requisitos das normas internacionais de relato financeiro e os registos contabilísticos.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Caixa de acordo com os princípios geralmente aceites em Cabo Verde para o sector bancário e pelo controlo interno que determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o órgão de gestão é responsável por avaliar a capacidade da Caixa se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o órgão de gestão tenha intenção de liquidar a Caixa ou cessar as operações ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de relato financeiro da Caixa.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e em emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Caixa;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Caixa para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Caixa descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e

- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

OUTRA INFORMAÇÃO

Sobre o relatório de gestão

O órgão de gestão é responsável pela preparação de outra informação. Esta outra informação compreende o Relatório de Gestão, que não inclui as demonstrações financeiras e o nosso relatório sobre as mesmas e que obtivemos antes da data do nosso relatório.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a informação constante no Relatório de Gestão e não expressamos qualquer tipo de garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura do Relatório de Gestão e, em consequência, considerar se a informação nele contida é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras, com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria, ou se aparenta estar materialmente distorcida.

Se, com base no trabalho efetuado sobre a outra informação que obtivemos antes da data do nosso relatório, concluirmos que existe uma distorção material no Relatório de Gestão, exige-se que relatemos sobre esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

7 de junho de 2024

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.
Sucursal em Cabo Verde
Representada por:

Assinado por: **Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto**
Num. de Identificação: 08539023
Data: 2024.06.07 22:00:02+01'00'

CHAVE MÓVEL

Ana Salcedas
Diretora Geral

Assinado por: **SÍLVIA MARIA TEIXEIRA DA SILVA**
Num. de Identificação: 11891850
Data: 2024.06.07 15:59:19+01'00'

CHAVE MÓVEL

Silvia Silva
Partner

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

DEMONSTRAÇÕES DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

ATIVO	Notas	2023	2022
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	5	7 890 662	8 639 868
Disponibilidades em outras instituições de crédito	5	2 944 196	3 434 505
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	6	3 823	3 823
Ativos financeiros ao custo amortizado			
Aplicações em instituições financeiras	7	18 204 821	12 100 684
Crédito a clientes	8	40 351 455	39 480 863
Títulos de dívida	9	18 240 860	17 378 953
Propriedades de investimento	10	952	980
Outros ativos tangíveis	11	1 985 691	1 944 628
Outros ativos intangíveis	12	9 998	13 903
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	13	167 308	139 030
Ativos por impostos diferidos	14	131 489	108 899
Outros ativos	15	1 364 204	1 422 482
Total do ativo		**91 295 459**	**84 668 619**
PASSIVO			
Recursos de outras instituições financeiras	16	277 290	255 114
Recursos de clientes e outros empréstimos	17	81 882 098	76 175 454
Provisões	18	58 623	58 623
Passivos por impostos correntes	14	158 522	134 101
Outros passivos	19	523 682	538 767
Total do passivo		**82 900 215**	**77 162 059**
CAPITAIS PRÓPRIOS			
Capital	20	1 392 000	1 392 000
Outras reservas e resultados transitados	21	5 500 064	4 884 518
Resultado do exercício	21	1 503 179	1 229 419
Total do capital próprio		**8 395 244**	**7 505 936**
Total do passivo e do capital próprio		**91 295 459**	**84 668 619**

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS E DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

	Notas	2023	2022
Juros e rendimentos similares	22	3 996 414	3 975 935
Juros e encargos similares	23	(898 034)	(895 302)
MARGEM FINANCEIRA		3 098 380	3 080 633
Rendimentos de instrumentos de capital	13	48 733	0
Rendimentos de serviços e comissões	24	285 661	255 432
Encargos com serviços e comissões	24	(173 565)	(147 235)
Resultados de reavaliação cambial	25	95 190	94 499
Resultados de alienação de outros ativos	26	0	36 078
Outros resultados de exploração	27	392 941	132 883
PRODUTO BANCÁRIO		3 747 341	3 452 290
Custos com pessoal	28	(935 480)	(913 195)
Gastos gerais administrativos	29	(595 563)	(579 100)
Amortizações do exercício	10/11/12	(118 159)	(114 406)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	18	(314 776)	(380 889)
Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	18	-	(53 041)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		1 783 363	1 411 659
Impostos			
Correntes	14	(302 774)	(220 727)
Diferidos	14	22 591	38 487
		(280 183)	(182 240)
Resultado e outro rendimento integral do exercício		1 503 179	1 229 419
Número médio de ações ordinárias emitidas		1 392 000	1 392 000
Resultado por ações		1,08	0,88

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

		2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais	Notas		
Recebimento de juros e comissões	22/7/8/9	4 282 075	4 231 367
Pagamento de juros e comissões	23/16/17	(971 086)	(1 042 537
Outros recebimentos / (pagamentos) da atividade operacional		488 402	198 139
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	28/29	(1 572 902)	(1 492 295
Pagamentos de impostos sobre o rendimento	14	(312 292)	(162 686
Pagamentos relativos a locações		(33 312)	(15 287
Resultados operacionais antes das alterações nos ativos operacionais		1 854 015	1 716 701
(Aumentos) diminuições nos ativos operacionais:			
Aplicações em instituições de crédito	7	(6 108 597)	(2 300 460
Créditos sobre clientes	8	(1 673 165)	(4 684 756
Outros ativos	15	(130 687)	181 355
		(7 912 449)	(6 803 861
Aumentos (diminuições) nos passivos operacionais:			
Recursos de outras instituições financeiras	16	22 176	2 575
Recursos de clientes	17	5 606 132	5 806 211
Outros passivos	19	(72 487)	(245 674
		5 555 821	5 563 112
Caixa líquida das atividades operacionais		(502 613)	475 952
Fluxos de caixa de atividades de investimento			
(Aumentos) diminuições nos ativos de investimento:			
Dividendos de associadas e empreendimentos conjuntos	13	20 455	9 980
Ativos intangíveis	12	(1 127)	(13 949
Outros ativos tangíveis	11	(142 088)	4 673
Receitas de venda de ativos tangíveis	11	(271)	36 078
Caixa líquida das atividades de investimento		(143 031)	36 782
Fluxos de caixa de atividades de financiamento			
Dividendos distribuídos	21	(613 872)	(484 416
Caixa líquida das atividades de financiamento		(613 872)	(484 416
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	4	(1 239 517)	28 319
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	4	12 074 374	12 046 055
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	4	10 834 857	12 074 374

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

	Notas	Capital	Reserva legal	Outras reservas	Resultado do exercício
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**20**	**1 392 000**	**785 359**	**3 615 720**	**967 854**
Aplicação do resultado do exercício de 2021:					
Incorporação em reservas	21		96 785	386 653	(483 438)
Distribuição de dividendos	21				(484 416)
Rendimento integral do exercício					
Resultado líquido do exercício	21				1 229 419
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**20**	**1 392 000**	**882 144**	**4 002 373**	**1 229 419**
Aplicação do resultado do exercício de 2022:					
Incorporação em reservas	21		122 942	492 605	(615 547)
Distribuição de dividendos	21				(613 872)
Rendimento integral do exercício					
Resultado líquido do exercício	21				1 503 179
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**1 392 000**	**1 005 086**	**4 494 978**	**1 503 179**

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

NOTA INTRODUTÓRIA

A Caixa Económica de Cabo Verde, S.A. (Caixa) é uma instituição bancária e de crédito, a qual dispõe de uma rede de 38 agências para a realização das suas operações, tendo por objeto o exercício de todas as atividades bancárias e operações legalmente autorizadas aos bancos, podendo ainda adquirir participações em sociedades reguladas por leis especiais e em agrupamentos complementares de empresas.

A Caixa foi transformada em sociedade anónima pelo Decreto-Lei nº 54/93 de 31 de agosto, no âmbito do processo de privatização das instituições financeiras e sociedades financeiras com capitais públicos, conforme a resolução nº 46/99, de 27 de setembro, do Conselho de Ministros. Neste processo, o Agrupamento constituído pela Caixa Económica Montepio Geral S.A., pela IMPAR – Companhia Cabo-verdiana de Seguros, S.A.R.L. e por um Grupo Local, constituído por um conjunto de 51 empresários e quadros nacionais, deteve a maioria do capital social da Caixa até setembro de 2009.

A partir desta data, a Geocapital, Gestão de Participações, S.A., adquiriu as participações da Caixa Económica Montepio Geral S.A. e Montepio Geral – Associação Mutualista. Em 2017, o Instituto Nacional de Previdência Social adquiriu as participações da IMPAR – Companhia Cabo-verdiana de Seguros, S.A.R.L. e de um grupo de acionistas privados, num total 200.211 ações, passando a deter 47,21% do capital da Caixa (Nota 20).

Em dezembro de 2019 o Estado de Cabo Verde adquiriu, através do Ministério das Finanças, a totalidade de ações da Geocapital, Gestão de Participações, S.A., passando assim o Estado a assumir, direta, ou indiretamente o controlo acionista da instituição. Apesar de o capital social da Caixa em 2023 não ter sofrido qualquer alteração, no início de 2024 o Estado vendeu, através da Bolsa de Valores de Cabo Verde, a totalidade da sua participação direta no capital da Caixa Económica

O capital social da Caixa está representado por 1.392.000 ações, com valor nominal de 1.000 escudos cada, as quais se encontram integralmente admitidas à cotação na Bolsa de Valores de Cabo Verde.

A Caixa tem por objeto o exercício de todas as atividades bancárias e operações legalmente autorizadas aos bancos, podendo ainda adquirir participações em sociedades com objeto diferente do acima referido, em sociedades reguladas por leis especiais e em agrupamentos complementares de empresas.

1. BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Caixa foram preparadas com base nos livros e registos contabilísticos mantidos nos termos do Aviso n.º 2/2007, de 19 de novembro, emitido pelo Banco de Cabo Verde, baseados nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF) exceto no que se refere ao cálculo da imparidade para crédito a clientes, a qual não poderá ser inferior ao que for estabelecido por aviso ou instrução específica do Banco de Cabo Verde, em cada momento, como quadro mínimo de referência para a constituição de provisões específicas e genéricas.

As NIRF incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respetivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de escudos, arredondados ao milhar mais próximo, e foram preparadas de acordo com o princípio da continuidade das operações e do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente outros ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral. A Caixa não tem projetos ou intenções de ações que possam pôr em causa a continuidade das suas operações.

As políticas contabilísticas utilizadas pela Caixa na preparação das demonstrações com referência a 31 de dezembro de 2023 são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras com referência a 31 de dezembro de 2022. As políticas contabilísticas materiais são descritas na Nota 2.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que a Caixa efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impacto sobre as atuais estimativas e julgamentos.

As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras, encontram-se analisadas na Nota 3.

Os Instrumentos Financeiros mensurados ao custo amortizado foram reapresentados em 2023 de modo a ser efetuada uma representação mais fiel dos instrumentos financeiros classificados ao custo amortizado.

As demonstrações financeiras da Caixa em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 31 de março de 2024, e estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral. No entanto, o Conselho de Administração da Caixa admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS MATERIAIS

a) Especialização de exercícios

Os custos e proveitos são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

b) Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos em Escudos de Cabo Verde ao *fixing* do BCV no último dia útil de cada mês. As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são refletidas em resultados do exercício, com exceção das originadas por instrumentos financeiros não monetários, tal como ações, classificados como ao justo valor através de outro rendimento integral, que são registadas em capital próprio até à sua alienação.

Nos exercícios de 2023 e 2022, o câmbio do Escudo de Cabo Verde face ao Euro manteve-se fixo em 1 Euro/110,265 Escudos de Cabo Verde. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o câmbio (*fixing*) face ao Dólar Norte-Americano (USD) era de 99,213 e 103,633, respetivamente.

c) Ativos financeiros

A IFRS 9 prevê a classificação dos ativos financeiros segundo três critérios:

1. O modelo de negócio sob o qual os ativos financeiros são geridos;
2. O tipo de instrumentos financeiros isto é (i) instrumentos financeiros derivados, (ii) instrumentos de capital próprio ou (iii) instrumentos financeiros de dívida; e
3. As características dos fluxos de caixa contratuais dos instrumentos financeiros de dívida (que representem apenas pagamentos de capital e juros).

Neste contexto, as principais categorias de ativos financeiros previstas na IFRS 9 resumem-se da seguinte forma:

- Um instrumento financeiro de dívida que (i) seja gerido sob um modelo de negócio cujo objetivo passe por manter os ativos financeiros em carteira e receber todos os seus fluxos de caixa contratuais e (2) tenha fluxos de caixa contratuais em datas específicas que correspondam exclusivamente ao pagamento de capital e juros sobre o capital em dívida – deve ser mensurado ao custo amortizado, a menos que seja designado ao justo valor por resultados sob a opção de justo valor – "*Hold to Collect*".

- Um instrumento financeiro de dívida que (i) seja gerido sob um modelo de negócio cujo objetivo é

alcançado quer através do recebimento dos fluxos de caixa contratuais quer através da venda dos ativos financeiros e (2) contemplem cláusulas contratuais que dão origem a fluxos de caixa que correspondam exclusivamente ao pagamento de capital e juros sobre o capital em dívida - deve ser mensurado ao justo valor através de outro rendimento integral ("FVTOCI"), a menos que seja designado ao justo valor por resultados sob a opção de justo valor – "*Hold to Collect & Sale*".

- Todos os restantes instrumentos financeiros de dívida devem ser mensurados ao seu justo valor por contrapartida de resultados ("FVTPL").

No que respeita aos restantes instrumentos financeiros, em concreto os instrumentos de capital próprio e derivados, estes por definição, são classificados ao justo valor através de resultados. Para os instrumentos de capital próprio, existe a opção irrevogável de designar que todas as variações de justo valor sejam reconhecidas em outro rendimento integral, sendo que neste caso, apenas os dividendos são reconhecidos em resultados, pois os ganhos e perdas não são reclassificados para resultados mesmo aquando do seu desreconhecimento/venda.

Os instrumentos de dívida detidos pela Caixa são mensurados ao custo amortizado dado que são geridos sob um modelo de negócio de "*Hold to Collect*" e que apresentam fluxos de caixa que representam apenas capital e juros.

Ativos financeiros ao custo amortizado são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado ativo. Esta categoria inclui o crédito a clientes (incluindo crédito titulado a empresas), valores a receber de outras instituições de crédito e outros saldos a receber registados em "Outros ativos". Inclui ainda os títulos de dívida emitidos pelo Estado de Cabo Verde uma vez que foram adquiridos em mercado primário pela Caixa essencialmente para detenção até à maturidade, e que não existe mercado secundário ativo.

No reconhecimento inicial, estes ativos são registados ao custo, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efetiva, e acrescido de todos os custos incrementais diretamente atribuíveis à transação. Subsequentemente, estes ativos são mensurados em balanço ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Reconhecimento de juros

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efetiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efetiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor atual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

Crédito e vencido e anulações de capital e juros

Os juros de créditos são anulados no próprio dia da data de vencimento da operação ou da primeira prestação em atraso. Os juros não registados, sobre os créditos acima referidos, apenas são reconhecidos no exercício em que venham a ser cobrados, exceto em circunstâncias excecionais se existirem evidências concretas quanto ao seu recebimento, sendo registados na rubrica "Juros e rendimentos similares".

De acordo com as políticas em vigor na Caixa, a totalidade do capital em dívida de operações com prestações em atraso é classificado em crédito vencido 30 dias após o seu vencimento, com exceção de operações em que as prestações em atraso sejam apenas de juros.

Desreconhecimento de ativos financeiros

a) A Caixa desreconhece um ativo financeiro quando, e apenas quando:
   - os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram; ou
   - transfere o ativo financeiro tal como definido nas alínea b) e c) abaixo e a transferência satisfaz as condições para o desreconhecimento de acordo com a alínea d)

b) A Caixa transfere um ativo financeiro se, e apenas se, se verificar uma das situações seguintes:
   - transferir os direitos contratuais de receber os fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro; ou
   - retiver os direitos contratuais de receber os fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro, mas assumir uma obrigação contratual de pagar os fluxos de caixa a um ou mais destinatários num acordo que satisfaça as condições previstas na alínea c).

c) Quando a Caixa retém os direitos contratuais de receber os fluxos resultantes de caixa de um ativo financeiro (o «ativo original»), mas assume uma obrigação contratual de pagar esses fluxos de caixa a uma ou mais entidades (os «destinatários finais»), o Banco trata a transação como uma transferência de um ativo financeiro se, e apenas se, todas as três condições que se seguem forem satisfeitas:

   - A Caixa não tem qualquer obrigação de pagar quantias aos destinatários finais a menos que receba quantias equivalentes resultantes do ativo original. Os adiantamentos a curto prazo pela entidade com o direito de total recuperação da quantia emprestada acrescida dos juros vencidos às taxas de mercado não violam esta condição;

   - A Caixa está proibido pelos termos do contrato de transferência de vender ou penhorar o ativo original que não seja como garantia aos destinatários finais pela obrigação de lhes pagar fluxos de caixa; e

   - A Caixa tem uma obrigação de remeter qualquer fluxo de caixa que receba em nome dos destinatários finais sem atrasos significativos. Além disso, não tem o direito de reinvestir esses fluxos de caixa, exceto no caso de investimentos em dinheiro ou seus equivalentes (tal como definido na IAS 7 Demonstrações dos Fluxos de Caixa) durante o curto período de liquidação entre a data de recebimento e a data da entrega exigida aos destinatários finais, e os juros recebidos como resultado desses investimentos são passados aos destinatários finais.

d) Quando a Caixa transfere um ativo financeiro (ver alínea b) acima), deve avaliar até que ponto retém os riscos e benefícios decorrentes da propriedade desse ativo. Neste caso:

   - se a Caixa transferir substancialmente todos os riscos e benefícios decorrentes da propriedade do ativo financeiro, desreconhece o ativo financeiro e reconhece separadamente como ativos ou passivos quaisquer direitos e obrigações criados ou retidos com a transferência;

   - se a Caixa retém substancialmente todos os riscos e benefícios decorrentes da propriedade do ativo financeiro, continua a reconhecer o ativo financeiro;

   - se a Caixa não transferir nem retiver substancialmente todos os riscos e benefícios decorrentes da propriedade do ativo financeiro, deve determinar se reteve o controlo do ativo financeiro. Neste caso:

     - se a Caixa não reteve o controlo, deve desreconhecer o ativo financeiro e reconhecer separadamente como ativos ou passivos quaisquer direitos e obrigações criados ou retidos com a transferência;

     - se a Caixa reteve o controlo, deve continuar a reconhecer o ativo financeiro na medida do seu envolvimento continuado no ativo financeiro.

e) A transferência dos riscos e benefícios referida no ponto anterior é avaliada por comparação da exposição da Caixa, antes e depois da transferência, à variabilidade das quantias e momentos de ocorrência dos fluxos de caixa líquidos resultantes do ativo transferido.

f) A questão de saber se a Caixa reteve ou não o controlo (ver alínea d) acima) do ativo transferido depende da capacidade daquele que recebe a transferência para vender o ativo. Se aquele que recebe a transferência tiver capacidade prática para vender o ativo na sua totalidade a um terceiro não relacionado e for capaz de exercer essa capacidade unilateralmente e sem necessitar de impor restrições adicionais à transferência, considera-se que a entidade não reteve o controlo. Em todos os outros casos, considera-se que a entidade reteve o controlo

Crédito abatido ao ativo

A Caixa reconhece um crédito abatido ao ativo quando não tem expetativas razoáveis de recuperar um ativo na sua totalidade ou parcialmente. Este registo ocorre após todas as ações de recuperação desenvolvidas pelo Banco se revelarem infrutíferas. Os créditos abatidos ao ativo são registados em contas extrapatrimoniais.

Periodicamente, a Caixa abate ao ativo os créditos considerados incobráveis por utilização da imparidade constituída, após análise específica por parte dos órgãos de estrutura que têm a seu cargo o acompanhamento e recuperação dos créditos e aprovação do Conselho de Administração. Eventuais recuperações de créditos abatidos ao ativo são refletidas na demonstração de resultados na rubrica "Outros Resultados de Exploração".

Comissões

As comissões relativas a operações de crédito, que correspondem essencialmente a comissões de abertura e gestão do crédito, são reconhecidas pela aplicação do método da taxa efetiva ao longo do período da vida das operações, independentemente do momento em que são cobradas ou pagas, sendo registadas na rubrica "Juros e rendimentos similares – Comissões recebidas associadas ao custo amortizado".

As comissões associadas a garantias prestadas, créditos documentários e anuidades de cartões, são objeto de diferimento linear ao longo do correspondente período.

As comissões por serviços prestados são reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se corresponderem a uma compensação pela execução de atos únicos.

Ativos ao justo valor através de outro rendimento integral

Os ativos mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral, que correspondem a ações de empresas, deverão ser mensurados ao justo valor. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados diretamente em capitais próprios, em "Reservas de reavaliação". No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício, sendo registados nas rubricas "Resultados de ativos justo valor através de outro rendimento integral" ou "Imparidade de outros ativos financeiros, líquida de reversões e recuperações", respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os ativos ao justo valor através de outro rendimento integral correspondem a ativos não cotados, e cujo justo valor não foi possível de ser mensurado com fiabilidade, pelo que a Caixa manteve o valor existente (Nota 7).

Os dividendos e outros rendimentos de instrumentos de capital classificados nesta categoria são registados

como proveitos na rubrica "Rendimentos de instrumentos de capital" quando é estabelecido o direito da Caixa ao seu recebimento.

d) Imparidade de ativos financeiros

Empréstimos e contas a receber

A IFRS 9 determina que o conceito de imparidade baseado em perdas esperadas, seja aplicado a todos os ativos financeiros exceto os ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados e os instrumentos de capital próprio mensurado ao justo valor através de outro rendimento integral. Encontram-se também abrangidos pelo conceito de perdas esperadas da IFRS 9 os ativos financeiros ao custo amortizado, instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral, exposições extrapatrimoniais, locações financeiras, outros valores a receber, garantias financeiras e compromissos de crédito não valorizados ao justo valor.

Os ativos financeiros sujeitos as imparidades são classificadas por diferentes *stages* consoante a evolução do seu risco de crédito desde a data de reconhecimento inicial e não em função do risco de crédito à data de reporte:

- *Stage 1*: os ativos financeiros são classificados em *stage 1* sempre que não se verifique um aumento significativo do risco de crédito desde a data do seu reconhecimento inicial. Para estes ativos é reconhecida a perda esperada de imparidade de crédito resultante de eventos de incumprimento a ocorrer durante os 12 meses posteriores à data de relato;
- *Stage 2*: incorpora os ativos financeiros em que se tenha verificado um aumento significativo do risco de crédito desde a data do seu reconhecimento inicial. Para estes ativos financeiros são reconhecidas perdas esperadas de imparidade de crédito ao longo da vida dos ativos ("*lifetime*");
- *Stage 3*: os ativos classificados neste *stage 3* apresentam na data de reporte evidência objetiva de imparidade, em resultado de um ou mais eventos já ocorridos que resultem numa perda. Neste caso, a perda esperada de imparidade de crédito é reconhecida em resultados do exercício durante a vida residual expetável dos ativos financeiros.

Principais drivers no cálculo das perdas esperadas

Para os ativos financeiros classificados em *stages* 1 e 2, a mensuração de perdas esperadas é o resultado do produto entre (i) a probabilidade de *default* (PD) do instrumento financeiro, (ii) a perda, dado o *default* (LGD) e (iii) a exposição na data do *default* (EAD), descontado à taxa de juro efetiva do contrato até à data de reporte. Para os ativos financeiros classificados em *stage* 3, a mensuração de perdas esperadas é o resultado do produto entre (i) a LGD do instrumento financeiro e (ii) a EAD.

Como mencionado anteriormente, a principal diferença entre as perdas de imparidade mensuradas para ativos financeiros classificados nos *stages 1* e *2* é o respetivo horizonte temporal no cálculo da PD. As perdas esperadas para os ativos financeiros em *stage 1* são calculadas com recurso a uma PD a 12 meses, enquanto as perdas esperadas em *stage 2* utilizam uma PD *lifetime*.

As PD utilizadas na mensuração das perdas esperadas da carteira de crédito são estimadas com recurso a informação histórica da ocorrência de *defaults* (*through-the-cycle*) e são ajustadas de modo a refletir o ponto atual do ciclo económico (*point-in-time*).

AS LGD utilizadas na mensuração das perdas esperadas da carteira de crédito são estimadas com recurso a informação histórica de perdas nos eventos de *default*.

Na mensuração das perdas esperadas da carteira de títulos mensurados ao custo amortizado são utilizadas PD e LGD de mercado disponibilizadas por agências de notação de risco internacionais.

Aumento significativo do risco de crédito e definição de default

A avaliação do aumento significativo do risco de crédito requer a aplicação de uma forte componente de julgamento. A passagem dos ativos financeiros do *stage 1* para *o stage 2* ocorre no momento que o seu risco de crédito aumenta significativamente quando comparado com o risco de crédito na data do seu reconhecimento inicial. O aumento significativo do risco de crédito é determinado através da análise de indicadores quantitativos e qualitativos internos utilizados pela Caixa na gestão de risco de crédito, verificando-se assim o alinhamento dos requisitos contabilísticos com as políticas de gestão de risco de crédito instituídas pela Caixa.

A IFRS 9 assume como pressuposto refutável que os ativos financeiros com pelo menos 30 dias de atraso devem estar classificados em *stage 2*, isto é, evidenciando a ocorrência de um aumento significativo do risco de crédito desde a data do seu reconhecimento inicial. A Caixa não refuta este pressuposto.

A Caixa identifica o aumento significativo do risco de crédito através dos seguintes critérios:

- Atraso superior a 30 dias;
- Reestruturações por dificuldades financeiras;
- Saldos irregulares na Central de Risco de Crédito do Banco de Cabo Verde que representem mais de 20% da exposição do cliente;
- As operações/ clientes que tenham sido classificadas em stage 3 à data de relato anterior; e
- Contágio de operações;

Na carteira de títulos mensurados ao custo amortizado a Caixa identifica o aumento significativo do risco de crédito através de degradações significativas do *rating* da contraparte entre a data de originação e a data de reporte dos títulos.

As transições de ativos financeiros do *stage 2* para o *stage 3* ocorrem quando estes se encontrem em *default*.

A IFRS 9 não apresenta uma definição objetiva de *default*, contudo, assume um pressuposto refutável de que o *default* ocorre no momento em que uma exposição apresenta mais de 90 dias de atraso. A Caixa não refuta este pressuposto, sendo que a definição de *default* do Caixa contempla os seguintes critérios:

- Atraso superior a 90 dias;
- Capital abatido;
- Múltiplas reestruturações;
- Contágio de operações.

Estimativa das perdas de crédito esperadas – Análise individual

São objeto de análise individual os Clientes que se encontrem numa das seguintes condições:

- Entidades com EAD global (incluindo todos os contratos) superiores a 30.000.000 CVE;
- Entidades com EAD em stage 3 (incluindo todos os contratos em stage 3) superior a 15.000.000 CVE;

Estimativa das perdas de crédito esperadas – Análise coletiva

As operações que não são sujeitas a análise individual de imparidade são agrupadas tendo em conta as suas características de risco e sujeitas a análise coletiva de imparidade. A carteira de crédito da Caixa encontra-se dividida por graus de risco internos e de acordo com os seguintes segmentos

Informação Forward-looking

A mensuração das perdas de crédito esperadas para cada *stage* e a avaliação do aumento significativo do

risco de crédito deve considerar não só informação sobre acontecimentos passados, mas também as condições atuais e previsões fundamentadas e razoáveis sobre eventos e condições económicas futuras (i.e. informação *forward-looking*).

Não existe estudo pelo facto de apenas terem sido identificadas variáveis macroeconómicas de Cabo Verde com informação anual, não existindo assim informação com uma periodicidade que permita realizar uma análise robusta (e.g. mensal ou trimestral)

Contabilidade de cobertura
O novo modelo de contabilidade de cobertura da IFRS 9 visa não só simplificar o processo de criação e manutenção das relações de cobertura, mas também alinhar a contabilização destas relações com as atividades de gestão de risco de cada instituição, alargar a elegibilidade de um maior número de instrumentos cobertos e de cobertura, mas também tipos de risco.

A nova norma ainda não contempla regras para a contabilização de coberturas denominadas de *macro-hedging*, sendo que estas se encontram a ser definidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Em virtude desta limitação da IFRS 9, e no que se refere à contabilidade de cobertura, é permitido às instituições optarem por manter os princípios contabilísticos da IAS 39 (apenas para a contabilidade de cobertura) até à conclusão do projeto de *macro-hedging* pelo IASB.

A Caixa não aplica contabilidade de cobertura, pelo que nesta componente os novos requisitos da IFRS 9 não irão originar qualquer impacto nas demonstrações financeiras da Caixa.

Operações de Recompra

Títulos vendidos com acordo de recompra por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são desreconhecidos do Balanço. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar.

A diferença entre o valor da renda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efetiva.

e) Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem essencialmente os recursos de clientes.

Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva.

A Caixa procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados, extintos ou expiram.

f) Ativos recebidos por recuperação de créditos

A IFRS 5 – Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas é aplicável a ativos não correntes isolados, a grupos de ativos não correntes detidos para venda (grupos de ativos em conjunto com os respetivos passivos, que incluem pelo menos um ativo não corrente) e a operações descontinuadas. Estes ativos são classificados como detidos para venda quando existe a intenção de alienar os referidos ativos e passivos e os ativos ou grupos de ativos estão disponíveis para venda imediata, sujeita aos termos de venda habitualmente aplicáveis a estes tipos de ativos e a sua venda seja

altamente provável, de acordo com o definido na IFRS 5.

No decurso da sua atividade corrente de concessão de crédito, o Grupo incorre no risco de não conseguir que todo o seu crédito seja reembolsado. No caso de créditos com colateral, o Grupo procede à execução desses bens em dação/adjudicação para liquidação do crédito concedido.

Estes ativos são registados, no seu reconhecimento inicial, pelo menor de entre o seu justo valor deduzido dos custos esperados de venda e o valor de balanço do crédito concedido objeto de recuperação. Subsequentemente, estes ativos são mensurados ao menor de entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda e não são amortizados.

Sempre que o justo valor líquido dos custos de venda e manutenção (incluindo *haircuts* definidos pelo Banco Central de Cabo Verde) apurado seja inferior ao valor pelo qual o mesmo está reconhecido nas Demonstrações Financeiras da Caixa, é registada uma perda por imparidade no montante do decréscimo de valor apurado. As perdas de imparidade são registadas por contrapartida de resultados do exercício. Caso o justo valor líquido dos custos de venda, em momento posterior ao reconhecimento de imparidades, indique um ganho, a Caixa poderá refletir esse ganho até ao montante máximo da imparidade que tenha sido constituída sobre esse ativo. Até 2013 para imóveis adquiridos na determinação da imparidade, a Caixa considerava ainda a antiguidade dos imóveis em carteira.

As avaliações periódicas dos imóveis são realizadas por peritos avaliadores independentes especializados neste tipo de serviços

g) Locações

- Contratos de locação – identificação dos ativos

No início do contrato, avalia-se se um contrato é ou contém uma locação, devendo este verificar cumulativamente três condições fundamentais:

1. o contrato identifica um, ou mais, bens locados;
2. a entidade obtém a maioria dos benefícios económicos decorrentes da utilização do ativo locado; e
3. a entidade detém o direito de controlar o ativo subjacente, durante o período de vigência do contrato, por contrapartida do pagamento.

- Como Locatário

Enquanto locatário, a Caixa procede ao registo de um ativo de direito de uso e um passivo de locação na data de início da respetiva operação:

1. O passivo de locação - é mensurado pelo valor presente do das rendas futuras a incorrer com o contrato, descontando os pagamentos pela taxa de desconto implícita no contrato, caso a mesma seja determinável. Quando a taxa implícita não esteja disponível ou possa ser mensurada, deverá ser utilizada uma taxa de juro incremental.
   Os pagamentos considerados no apuramento do passivo de locação são: (i) pagamentos fixos, (ii) pagamentos variáveis dependentes de um índice ou taxa (caso os pagamentos considerados variáveis não dependam de um índice ou taxa, os mesmos devem ser reconhecidos na demonstração de resultados no momento em que são incorridos), e (iii) o montante relativo ao exercício da opção de compra, caso seja razoavelmente certo que a Caixa o irá exercer.

   O passivo é remensurado sempre que ocorra a alteração de uma das seguintes variáveis: (i) alteração do valor dos pagamentos variáveis dependentes de um índice ou taxa (unicamente para o período em questão), (ii) alteração da avaliação quanto à decisão de exercer, ou não, a opção de compra sobre o ativo subjacente, (iii) alteração do valor residual do ativo, ou (iv) alteração do termo do contrato. Caso se verifique uma

alteração do prazo do contrato ou uma alteração da avaliação do exercício da opção de compra (pontos (ii) e (iv)), uma nova taxa de desconto deverá ser apurada para a remensuração do passivo.

Quando o passivo de locação é reavaliado, a respetiva diferença proveniente da reavaliação é efetuada por contrapartida do ativo de direito de uso, ou é registado em resultados se o valor contabilístico do ativo de direito de uso tiver sido reduzido para zero.

2. Ativo de direito de uso - O ativo relativo ao direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, correspondendo ao valor inicial do passivo de locação, ajustado por eventuais pagamentos ocorridos até a data de início, adicionado de quaisquer custos diretos iniciais incorridos e uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo subjacente ou para restaurar o ativo subjacente ou o local no qual está localizado, menos quaisquer incentivos de locação recebidos.

   Posteriormente o ativo de direito de uso é depreciado usando o método linear, desde a data de início até ao fim da vida útil do ativo de direito de uso ou o término do prazo da locação. Adicionalmente, o ativo do direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por imparidade, se aplicável, e ajustado caso sejam efetuadas remensurações ao passivo de locação.

Expedientes práticos – Locações de curto prazo, baixo valor e separação de componentes

Estão previstos na norma um conjunto de expedientes práticos, nomeadamente para locações de baixo valor ou de curto prazo (até 1 ano), os quais não implicam o reconhecimento do respetivo passivo de locação e direito de uso. A Caixa reconhece diretamente ao custo (rendas) um aluguer de um espaço no valor de 7 mCve mensal, como locação de baixo custo.

Como Locador

Como locador, as operações de locação são classificadas entre financeiras e operacionais com base na avaliação quanto à transferência, ou não, dos riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente.

h) Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Esta rubrica inclui as participações em empresas em que a Caixa tem uma influência significativa, mas sobre as quais não exerce um controlo efetivo sobre a sua gestão (“associadas”). Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação da Caixa se situa entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto ou, se inferior a 20%, a Caixa faça parte do órgão de gestão e tenha influência direta na definição das políticas relevantes da empresa.

Estes ativos são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações são inicialmente valorizadas pelo custo de aquisição, o qual é posteriormente ajustado com base na percentagem efetiva da Caixa nas variações do capital próprio (incluindo resultados) das associadas.

Estes ativos são sujeitos a testes periódicos de imparidade. As perdas por imparidade são registadas na rubrica “Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações” da demonstração de resultados.

i) Impostos sobre lucros

A Caixa está sujeita ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRPC) à taxa de 22% e a uma taxa de incêndio de 2% sobre o imposto apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 22,44%.

Impostos correntes
O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria coletável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Impostos diferidos
O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os impostos diferidos ativos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Apesar disto, não são registados impostos diferidos relativos a diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de ativos e passivos em transações que não afetem o resultado contabilístico ou o lucro tributável.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

j) Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data de relato.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As provisões para outros riscos destinam-se a fazer face a contingências fiscais e outras resultantes da atividade da Caixa.

k) Benefícios dos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – "Benefícios dos empregados".

Os benefícios de curto prazo, incluindo os prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu

desempenho, são refletidos em "Custos com pessoal" no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

Adicionalmente, a Caixa não assumiu quaisquer responsabilidades quanto ao pagamento de pensões de reforma ou outros benefícios pós-emprego aos seus empregados, os quais se encontram abrangidos pelo regime geral da Segurança Social.

l) Valores recebidos em depósito

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos de clientes, encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais ao valor nominal.

m) Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, a Caixa considera como "Caixa e seus equivalentes" o total das rubricas "Caixa e disponibilidades em bancos centrais" e "Disponibilidades em outras instituições de crédito".

3. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As IFRS estabelecem diversos tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efetue julgamentos e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Caixa são discutidos nesta Nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados do Grupo e a sua divulgação.

Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Caixa é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras.

Considerando que, em algumas situações, existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Caixa poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido.

O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Caixa e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

a) Instrumentos Financeiros – IFRS 9

- *Classificação e mensuração*

  A classificação e mensuração dos ativos financeiros depende dos resultados do teste *SPPI* (análise das características dos fluxos de caixa contratuais, para concluir se os mesmos correspondem unicamente a pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida) e do teste do modelo de negócio.

  A Caixa determina o modelo de negócio tendo em consideração a forma como os grupos de ativos financeiros são geridos em conjunto para atingir um objetivo de negócio específico. Esta avaliação requer julgamento, na medida em que têm de ser considerados, entre outros, os seguintes aspetos: (i) a forma como o desempenho dos ativos é avaliada; e os riscos que afetam o desempenho dos ativos e a forma como esses riscos são geridos.

  A Caixa monitoriza os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral que sejam desreconhecidos antes da sua maturidade, para perceber os motivos subjacentes à sua alienação e determinar se são consistentes com o objetivo do modelo de negócio definido para esses ativos. Esta monitorização insere-se no processo de avaliação contínua da Caixa do modelo de negócio dos ativos financeiros que permanecem em carteira, para determinar se o mesmo é adequado e, caso não seja, se houve uma alteração do modelo de negócio e consequentemente uma alteração prospetiva da classificação desses ativos financeiros

- *Determinação de perdas por imparidade em crédito concedido*

  As perdas por imparidade em crédito concedido são determinadas de acordo com a metodologia descrita na Nota 2.2. d). Deste modo, a determinação da imparidade em ativos analisados individualmente resulta de uma avaliação específica efetuada pela Caixa com base no conhecimento da realidade dos clientes e nas garantias associadas às operações em questão.

  A IFRS 9 determina que o conceito de imparidade baseado em perdas esperadas, seja aplicado a todos os ativos financeiros exceto os ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados e os instrumentos de capital próprio mensurado ao justo valor através de outro rendimento integral. Encontram-se também abrangidos pelo conceito de perdas esperadas da IFRS 9 os ativos financeiros ao custo amortizado, instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral, exposições extrapatrimoniais, locações financeiras, outros valores a receber, garantias financeiras e

compromissos de crédito não valorizados ao justo valor.

Os ativos financeiros sujeitos as imparidades são classificadas por diferentes *stages* consoante a evolução do seu risco de crédito desde a data de reconhecimento inicial e não em função do risco de crédito à data de reporte:

- *Stage 1*: os ativos financeiros são classificados em *stage 1* sempre que não se verifique um aumento significativo do risco de crédito desde a data do seu reconhecimento inicial. Para estes ativos é reconhecida a perda esperada de imparidade de crédito resultante de eventos de incumprimento a ocorrer durante os 12 meses posteriores à data de relato;
- *Stage 2*: incorpora os ativos financeiros em que se tenha verificado um aumento significativo do risco de crédito desde a data do seu reconhecimento inicial. Para estes ativos financeiros são reconhecidas perdas esperadas de imparidade de crédito ao longo da vida dos ativos ("lifetime");
- *Stage 3*: os ativos classificados neste *stage 3* apresentam na data de reporte evidência objetiva de imparidade, em resultado de um ou mais eventos já ocorridos que resultem numa perda. Neste caso, a perda esperada de imparidade de crédito é reconhecida em resultados do exercício durante a vida residual expetável dos ativos financeiros.

Imparidade de ativos recebidos em recuperação de crédito

As perdas por imparidade em ativos recebidos em recuperação de crédito são determinadas de acordo com a metodologia descrita na Nota 2.2. f). Deste modo, a determinação da imparidade nestes ativos resulta de uma avaliação efetuada pela Caixa com base no conhecimento do mercado imobiliário e na informação prestada por peritos avaliadores internos e externos.

4. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2023	2022
Caixa	2 588 260	2 388 519
Depósitos à ordem no Banco de Cabo Verde	5 302 401	6 251 350
	7 890 662	**8 639 868**

Comparando os anos de 2023 e 2022, houve uma redução no total de valores em caixa e depósitos à ordem. Em 2023, o total de mCve 7.890.662 representa uma diminuição de mCve 749.206 (8,7%) em relação ao total de mCve 8.639.868 em 2022. Essa redução foi causada pelo aumento das aplicações em instituições de crédito.

Os depósitos à ordem constituídos no Banco de Cabo Verde visam satisfazer as exigências de disponibilidades mínimas de caixa, bem como os compromissos com a compensação interbancária. De acordo com as disposições do Banco de Cabo Verde, o coeficiente de disponibilidades mínimas de caixa manteve-se nos 10% da média das responsabilidades efetivas em moeda nacional e estrangeira, para com residentes, não residentes e emigrantes.

Os depósitos à ordem junto do Banco de Cabo Verde não são remunerados.

5. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rúbrica apresenta a seguinte composição:

	2023	2022
Depósitos à ordem:		
Em instituições de crédito no estrangeiro		
Novo Banco SA	153 395	131 687
Montepio Geral	1 368 950	2 581 730
Caixa Geral de Depósitos	210 781	97 040
Natixis Banques Populaires	146 756	71 160
Bank of China, Macau Branch	10 359	10 381
BPI	938 632	415 464
Outras	28 401	22 496
	2 857 274	3 329 958
Valores a cobrar:		
Sobre o país	85 467	103 281
Sobre o estrangeiro	1 455	1 267
Valores a cobrar:	86 921	104 548
	2 944 196	3 434 505

Em 2023 houve uma diminuição nos depósitos à ordem em instituições de crédito no estrangeiro, passando de mCve 3.329.958 para mCve 2.857.274, essencial justificados pela redução no depósito do Montepio Geral. Este efeito foi compensado pelo ligeiro aumento nos depósitos nas instituições da Caixa Geral de Depósitos e do BPI.

Em relação aos valores a cobrar e outras disponibilidades, houve uma diminuição de mCve de 104.548 em 2022 para mCve 86.921 em 2023, essencialmente justificado pela diminuição nos valores a cobrar sobre o país. Os valores a cobrar correspondem a cheques sobre clientes de outros bancos enviados para compensação. Estes valores são cobrados nos primeiros dias do exercício subsequente.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as disponibilidades em instituições de créditos, por moeda, têm a seguinte de composição:

Depósitos à ordem:	**2023**	**2022**
Dólares Norte-Americanos	705 600	187 204
Libras esterlinas	13 507	14 755
Coroa Sueca	13 399	1 288
Dólar Canadiano	6 227	15 905
Franco Suiço	44 540	53 004
Euros	2 069 648	3 054 508
Outras divisas	4 352	3 294
	2 857 274	3 329 958
Valores a cobrar e outras disponibilidades:		
Escudos de Cabo Verde	85 467	40 112
Euros	1 052	8 109
Dólares Norte-Americanos	298	1 756
Outras divisas	105	104
	86 921	50 081
	2 944 196	3 380 039

Observa-se uma redução nas disponibilidades de 2023 em relação a 2022, de um valor de mCve 435.843. A maior redução foi nas reservas em euros, com uma diferença de mCve 984.860 (32%). Por outro lado, houve um aumento nas disponibilidades em dólares norte-americanos, com um acréscimo de mCve 518.396.

6. ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os instrumentos de capital e de dívida classificados na categoria de ativos ao justo valor através de outro rendimento integral apresentam a seguinte composição:

Depósitos à ordem:	**2023**	**2022**
Fundo de Garantia Regional para a Africa Ocidental (Fundo G.A.R.I)	3 823	3 823
	3 823	3 823

7. ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO – APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2023	2022
Aplicações em instituições de crédito no país:		
No Banco de Cabo Verde		
A Prazo	14 700 000	8 900 000
Títulos de intervenção monetária	3 441 000	3 150 000
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro:		
Depósitos para caução	70 243	52 646
Juros acrescidos	2 881	265
Proveitos diferidos	(9 303)	(2 227)
	18 204 821	12 100 684

Em 2023 houve um aumento significativo nas aplicações em instituições de crédito, no montante de mCve 6.104.138, representando um crescimento de aproximadamente 50,4% em relação ao período homólogo, demonstrando uma maior liquidez da Caixa para aplicações financeiras.

Os depósitos para caução existentes em instituições de crédito no estrangeiro referem-se exclusivamente ao BPI, os quais são remunerados quando aplicados em USD dólares, e reembolsáveis apenas com a extinção das respetivas garantias bancárias associadas.

8. ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO – CRÉDITOS A CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rúbrica tem a seguinte composição:

		2023	2022
Crédito interno a curto prazo:			
	Descontos comerciais	550 811	850 377
	Empréstimos	613 701	610 915
	Descobertos em depósitos à ordem	507 473	240 219
Crédito interno a médio e longo prazo:			
	Empréstimos	35 784 096	34 825 583
	Outros créditos	1 802 913	1 754 121
	Crédito ao Pessoal	1 319 351	1 364 760
		40 578 345	39 645 973
	Crédito Não Residente	389 482	425 742
		40 967 827	40 071 715
Juros a receber			
	Juros Crédito	107 404	110 008
	Custos diferidos	642	735
	Receitas diferidas Crédito	(323 842)	(319 242)
	Crédito Vencido	3 548 175	3 695 975
	Juros Vencidos	148 244	105 755
		3 480 623	3 593 230
		44 448 449	43 664 946
Imparidade			
	Crédito a Clientes	(4 096 995)	(4 183 229)
		40 351 455	39 481 717

Em 2023 podemos observar um aumento no total de crédito interno de mCve 896.111 (2%), essencialmente explicado pelo aumento do crédito interno a médio e longo prazo, bem como decorrente da reestruturação de uma operação de crédito classificada em *stage 3,* a qual resultou no aumento de crédito de 287 mCve para o qual foi registada imparidade (detalhe adicional na nota 27), no montante de mCve 961.897 (3%) (empréstimos), efeito que foi compensado pela redução significativa do crédito interno a curto prazo, no montante de mcve 29.526 (2%), em particular nos descontos comerciais.

Além disso, em 2023, os outros créditos e valores a receber (titulados) também aumentaram em mCve 882.365 (5%), especialmente nos títulos de dívida pública. Os juros a receber tiveram uma redução de 10.739 (4%), assim como a imparidade nos créditos a clientes uma redução de mCve 72.251 (2%).

A rúbrica Crédito ao Pessoal refere-se aos empréstimos concedidos aos colaboradores da instituição em 31 de dezembro de 2023 e 2022 que são remunerados a taxas de juro reduzidas, de acordo com a política de empréstimos a colaboradores da Caixa.

Crédito às Empresas e aos Particulares

Créditos	2023		2022		Variação 2023	
	Valor	%	Valor	%	Absoluta	Relativa
Particulares	22 410 138	50,34%	21 972 584	50,20%	437 555	1,99%
Habitação	16 090 102	36,14%	15 317 821	35,00%	772 280	5,04%
Outros Fins	6 320 037	14,20%	6 654 762	15,20%	-334 726	-5,03%
Empresas	22 105 863	49,66%	21 795 106	49,80%	310 757	1,43%
Investimento	15 441 255	34,69%	15 280 130	34,91%	161 125	1,05%
Tesouraria	6 664 608	14,97%	6 514 977	14,89%	149 631	2,30%
Total Créditos	44 516 001	100,00%	43 767 690	100,00%	748 311	1,71%

O total de crédito concedido a empresas e particulares em 2023, o qual não inclui juros e comissões diferidas, totaliza mCve 44.516.001, representando um aumento de 1,71% em relação a 2022, destacando-se os seguintes efeitos:

- Os particulares representam 50,34% do total de créditos em 2023 (+1,99%).
- Os créditos para habitação representam 36,14% do total em 2023 (+5,04%).
- Os créditos para outros fins representam 14,20% do total em 2023 (-5,03%)

Rácio Crédito Vencido

Créditos	2023				2022			
	Normal	Vencido	Total	% Vencido	Normal	Vencido	Total	% Vencido
Particulares	20 234 760	2 175 378	22 410 138	9,71%	19 627 380	2 345 204	21 972 584	10,67%
Habitação	14 490 413	1 599 689	16 090 102	9,94%	13 684 978	1 632 843	15 317 821	10,66%
Outros Fins	5 744 347	575 689	6 320 037	9,11%	5 942 402	712 361	6 654 762	10,70%
Empresas	20 733 066	1 372 797	22 105 863	6,21%	20 444 336	1 350 771	21 795 106	6,20%
Investimento	14 659 487	781 768	15 441 255	5,06%	14 387 829	892 301	15 280 130	5,84%
Tesouraria	6 073 579	591 029	6 664 608	8,87%	6 056 507	458 470	6 514 977	7,04%
Total Créditos	40 967 827	3 548 175	44 516 001	7,97%	40 071 715	3 695 975	43 767 690	8,44%

O total de crédito vencido concedido a empresas e particulares em 2023, o qual não inclui juros e comissões diferidas, totaliza mCve 3.548.175, representando uma redução de 8.44% em relação a 2022.

Créditos por Segmento

Créditos	2023	2022	Var 2022/2023	%
Habitação	12 005 489	11 892 223	113 266	0,95%
Outros fins	5 787 304	6 109 758	-322 454	-5,28%
Total Residentes	17 792 793	18 001 981	-209 188	-1,16%
Não Residentes				
Habitação	161 959	144 527	17 432	12,06%
Outros fins	119 091	70 001	49 090	70,13%
Total Não Residentes	281 050	214 528	66 522	31,01%
Emigrantes				
Habitação	3 922 654	3 281 071	641 582	19,55%
Outros fins	413 641	475 003	-61 362	-12,92%
Total Emigrantes	4 336 295	3 756 074	580 221	15,45%
Total Particulares				
Habitação	16 090 102	15 317 821	772 280	5,04%
Outros fins	6 320 037	6 654 762	-334 726	-5,03%
Total Particulares (1)	22 410 138	21 972 584	437 555	1,99%
Empresas Residentes				
Investimento	14 917 492	14 724 235	193 258	1,31%
Tesouraria	6 276 587	6 091 005	185 582	3,05%
Total Empresas Residentes	21 194 079	20 815 240	378 839	1,82%
Empresas Não Residentes				
Investimento	523 763	555 895	-32 132	-5,78%
Tesouraria	388 021	423 971	-35 950	-8,48%
Total Empresas Não Residentes	911 784	979 866	-68 083	-6,95%
Empresas				
Investimento	15 441 255	15 280 130	161 125	1,05%
Tesouraria	6 664 608	6 514 977	149 631	2,30%
Total Empresas (2)	22 105 863	21 795 106	310 757	1,43%
Total Créditos (1+2)=3	44 516 001	43 767 690	748 311	1,71%

Os créditos para habitação dos residentes aumentaram em 0,95% em 2023 em comparação com 2022, totalizando mCve 12.005.489. Enquanto isso, os créditos para outros fins dos residentes diminuíram em 5,28%, totalizando mCve 5.787.304.

Para os não residentes, os créditos para habitação aumentaram significativamente em 12,06%, atingindo mCve 161.959, enquanto os créditos para outros fins aumentaram em 70,13%, totalizando mcve 119.091.

Já para os emigrantes, os créditos para habitação aumentaram em 19,55%, atingindo mCve 3.922.654, enquanto os créditos para outros fins diminuíram em 12,92%, totalizando mcve 413.641.

No total, os créditos para habitação dos particulares aumentaram em 5,04% e os créditos para outros fins diminuíram em 5,03%, totalizando mCve 22.410.138.

No caso das empresas, os créditos para investimento das empresas residentes aumentaram em 1,31%, totalizando mCve 14.917.492, enquanto os créditos para tesouraria aumentaram em 3,05%, totalizando mCve 6.276.587. Para as empresas não residentes, os créditos para investimento diminuíram em 5,78%, totalizando mCve 523.763, e os créditos para tesouraria diminuíram em 8,48%, totalizando mCve 388.021. No total, os créditos para investimento das empresas aumentaram em 1,05% e os créditos para tesouraria aumentaram em 2,30%, totalizando mCve 22.105.863.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o detalhe da exposição patrimonial de crédito a qual inclui exposição de crédito e juros corridos e Juros e despesas vencidas) e respetiva imparidade constituída por segmento é a seguinte:

(em milhares de escudos)

	Exposição 31.12.2023								Imparidade 31.12.2023					
Segmento	Exposição Total Patrimonial	Exposição Total Extra Patrimonial	EAD	Stage 1	Stage 2	Do qual reestruturado	Stage 3	Do qual reestruturado	Imparidade Total	Stage 1	Stage 2	Do qual reestruturado	Stage 3	Do qual reestruturado
Habitação	16 147 898	912 100	16 147 898	13 108 559	1 213 121	172 245	1 826 219	212 639	757 131	30 527	29 778	5 317	696 827	78 886
Outros Particulares	5 733 071	598 119	5 734 321	4 494 203	762 176	8 775	476 692	64 667	361 768	25 517	45 593	202	290 659	46 599
Corporate	13 038 573	3 084 386	13 207 567	7 177 809	1 465 879	78 651	4 394 885	1 651 718	1 770 231	139 756	277 840	6 259	1 352 635	571 688
Construção e CRE	4 564 482	1 763 272	4 644 189	692 916	168 612	96 576	3 702 954	2 664 303	1 004 418	39 041	8 106	6 006	957 271	660 627
Produtores Individuais	594 627	25 743	594 627	163 228	258 067	2 697	173 332	37 777	84 528	1 742	10 533	65	72 253	18 783
Setor Público	4 640 983	1 642 069	4 640 983	4 640 983	-	-	-	-	67 805	67 805	-	-	-	-
Outros	51 228	333	51 228	117	881	-	50 231	-	51 112	-	881	-	50 231	-
Total	44 770 863	8 026 022	45 020 813	30 277 815	3 868 736	358 945	10 624 312	4 631 105	4 096 994	304 388	372 730	17 849	3 419 876	1 376 582

(em milhares de escudos)

	Exposição 31.12.2022								Imparidade 31.12.2022					
Segmento	Exposição Total Patrimonial	Exposição Total Extra Patrimonial	EAD	Stage 1	Stage 2	Do qual reestruturado	Stage 3	Do qual reestruturado	Imparidade Total	Stage 1	Stage 2	Do qual reestruturado	Stage 3	Do qual reestruturado
Habitação	15 367 277	860 813	15 367 277	11 774 308	1 491 576	244 036	2 101 393	684 475	872 797	27 038	64 119	7 062	781 640	255 122
Outros Particulares	5 989 224	510 825	5 990 474	4 474 876	859 106	77 779	655 242	301 540	501 278	25 083	18 481	2 528	457 714	205 530
Corporate	9 826 479	3 162 957	9 983 790	4 466 459	1 883 185	1 078 760	3 476 835	1 822 469	1 615 368	198 422	183 613	106 310	1 233 333	706 516
Construção e CRE	4 134 339	2 230 424	4 245 493	475 005	1 599 489	176 077	2 059 846	1 286 266	899 503	5 946	142 077	29 621	751 480	451 737
Produtores Individuais	680 505	24 341	680 505	141 447	377 093	78 914	161 966	92 464	126 122	1 069	43 358	4 105	81 694	38 831
Setor Público	7 937 747	1 435 221	7 948 110	7 937 747	-	-	-	-	121 862	121 862	-	-	-	-
Outros	47 347	405	47 347	195	1 131	-	46 021	-	47 152	-	1 131	-	46 021	-
Total	43 982 919	8 224 986	44 262 997	29 270 037	6 211 579	1 655 566	8 501 302	4 187 213	4 184 082	379 420	452 780	149 626	3 351 883	1 657 736

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o detalhe do stage e dias de atraso da exposição patrimonial de crédito (a qual inclui exposição de crédito e juros corridos e Juros e despesas vencidas) e respetiva imparidade constituída por segmento é a seguinte:

(em milhares de escudos)

Segmento	Exposição Total	Stage 1	Stage 2			Stage 3			Imparidade Total	Stage 1	Stage 2			Stage 3		
			Dias de atraso ≤ 30	Dias de atraso > 30	Sub-total	Dias de atraso ≤ 90	Dias de atraso > 90	Sub-total			Dias de atraso ≤ 30	Dias de atraso > 30	Sub-total	Dias de atraso ≤ 90	Dias de atraso > 90	Sub-total
Habitação	16 147 898	13 108 559	1 129 146	83 975	1 213 121	380 469	1 445 750	1 826 219	757 131	30 527	25 736	4 042	29 778	65 489	631 338	696 827
Outros Particulares	5 733 071	4 494 203	711 203	50 973	762 176	112 540	364 152	476 692	361 757	25 506	43 048	2 545	45 593	55 120	235 539	290 659
Corporate	13 038 573	7 177 809	1 430 592	35 287	1 465 879	3 072 108	1 322 777	4 394 885	1 763 432	138 767	274 161	3 623	277 784	677 647	669 234	1 346 881
Construção e CRE	4 564 482	692 916	167 369	1 243	168 612	2 163 611	1 539 343	3 702 954	985 713	30 317	7 474	130	7 604	334 543	613 248	947 792
Produtores Individuais	594 627	163 228	255 613	2 454	258 067	40 760	132 571	173 332	84 528	1 742	10 482	51	10 533	10 579	61 674	72 253
Setor Público	4 640 983	4 640 983	-	-	-	-	-	-	67 805	67 805	-	-	-	-	-	-
Outros	51 228	117	881	-	881	50 231	-	50 231	51 112	-	881	-	881	50 231	-	50 231
Total	44 770 863	30 277 815	3 694 803	173 932	3 868 736	5 819 718	4 804 594	10 624 312	4 071 479	294 664	361 781	10 391	372 172	1 193 610	2 211 033	3 404 643

(em milhares de escudos)

Segmento	Exposição Total	Stage 1	Stage 2			Stage 3			Imparidade Total	Stage 1	Stage 2			Stage 3		
			Dias de atraso ≤ 30	Dias de atraso > 30	Sub-total	Dias de atraso ≤ 90	Dias de atraso > 90	Sub-total			Dias de atraso ≤ 30	Dias de atraso > 30	Sub-total	Dias de atraso ≤ 90	Dias de atraso > 90	Sub-total
Habitação	15 367 277	11 774 308	1 445 464	46 111	1 491 576	556 790	1 544 603	2 101 393	872 797	27 038	62 160	1 959	64 119	94 476	687 164	781 640
Outros Particulares	5 989 224	4 474 876	799 323	59 782	859 106	144 643	510 599	655 242	501 267	25 072	15 284	3 197	18 481	67 804	389 910	457 714
Corporate	9 826 479	4 466 459	1 842 125	41 060	1 883 185	2 225 031	1 251 804	3 476 835	1 608 526	197 432	173 259	4 502	177 760	616 039	617 295	1 233 333
Construção e CRE	4 205 568	475 093	1 594 126	5 363	1 599 489	820 375	1 310 611	2 130 986	883 411	5 937	136 142	608	136 750	147 257	593 466	740 723
Produtores Individuais	680 505	141 447	361 128	15 965	377 093	53 435	108 531	161 966	126 122	1 069	41 210	2 148	43 358	10 510	71 184	81 694
Setor Público	7 937 747	7 937 747	-	-	-	-	-	-	121 711	121 711	-	-	-	-	-	-
Outros	449 938	22 056	9 895	14 152	24 048	51 983	351 852	403 834	47 152	-	1 131	-	1 131	46 021	-	46 021
Total	44 456 739	29 291 987	6 052 062	182 434	6 234 496	3 852 256	5 078 000	8 930 256	4 160 985	378 259	429 187	12 413	441 600	982 106	2 359 019	3 341 126

Detalhe da carteira de crédito por segmento e por ano de produção (a qual inclui exposição de crédito e juros corridos e Juros e despesas vencidas) no ano de 2023 é a seguinte

(em milhares de escudos)

Ano de produção	Habitação			Outros Particulares			Corporate			Construção e CRE		
	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade
2009 e anos anteriores	1 223	1 732 100	203 533	3 252	100 625	25 862	35	70 780	24 217	10	136 347	20 906
2010	264	627 480	81 100	363	69 932	34 787	17	45 110	17 202	4	8 230	4 244
2011	255	696 929	64 554	309	7 184	320	16	30 850	12 213	2	54 732	29 815
2012	220	602 176	33 484	209	3 523	494	5	12 367	5 855	2	580 540	45 193
2013	150	402 827	17 907	191	32 124	1 158	8	51 012	3 108	1	1 900	892
2014	196	520 484	40 786	181	10 499	6 483	11	233 577	63 465	3	28 257	10 110
2015	213	607 305	27 741	221	88 489	57 101	12	81 598	6 546	6	63 677	20 415
2016	246	755 774	29 310	207	48 693	36 425	20	318 388	106 132	6	238 252	90 044
2017	340	1 184 234	103 666	431	144 949	47 470	49	755 666	225 982	7	250 517	26 654
2018	361	1 156 246	31 898	571	137 111	37 958	48	350 161	82 898	12	152 604	48 806
2019	355	1 192 447	19 459	1 760	214 903	12 759	105	4 335 676	408 274	13	361 183	72 166
2020	300	1 075 904	23 609	2 331	488 049	13 652	154	936 833	176 105	24	1 206 650	442 738
2021	377	1 443 502	14 831	4 044	1 047 040	17 335	1 041	1 439 054	205 729	65	492 314	64 384
2022	409	1 739 554	52 369	4 659	1 483 303	23 312	349	1 119 779	37 506	33	451 511	81 931
2023	488	2 410 937	12 884	4 846	1 856 644	46 641	331	3 257 723	388 201	33	537 768	27 414
Total	5 397	16 147 898	757 131	23 575	5 733 071	361 757	2 201	13 038 573	1 763 432	221	4 564 482	985 713

Ano de produção	Produtores Individuais			Setor Público			Outros			Total		
	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade
2009 e anos anteriores	38	4 784	4 320	9	95 424	1 394	23	6 110	6 110	4 590	2 146 170	286 341
2010	6	1 056	21	2	22 529	329	11	2 031	2 031	667	776 367	139 715
2011	9	12 542	2 771	7	366 499	5 355	7	1 692	1 692	605	1 170 428	116 720
2012	-	-	-	-	-	-	43	5 202	5 202	479	1 203 809	90 228
2013	-	-	-	2	54 555	797	30	8 494	8 494	382	550 911	32 356
2014	2	3 247	3 247	-	-	-	23	2 932	2 890	416	798 995	126 981
2015	9	53 193	12 827	1	32 251	471	22	2 874	2 800	484	929 389	127 900
2016	7	16 882	4 386	4	52 968	774	40	3 618	3 618	530	1 434 574	270 688
2017	50	12 019	2 360	2	88 796	1 297	68	5 454	5 454	947	2 441 636	412 885
2018	32	75 194	21 866	2	94 731	1 384	38	2 937	2 937	1 064	1 968 984	227 747
2019	26	12 936	2 160	3	357 460	5 222	25	2 288	2 288	2 287	6 476 893	522 328
2020	36	43 561	2 636	3	63 521	928	11	889	889	2 859	3 815 407	660 557
2021	42	24 982	2 746	7	539 591	7 883	3	547	547	5 579	4 987 030	313 456
2022	82	157 279	14 547	9	1 657 727	24 219	17	1 230	1 230	5 558	6 610 383	235 115
2023	81	176 951	10 642	6	1 214 932	17 750	90	4 930	4 930	5 875	9 459 887	508 463
Total	420	594 627	84 528	57	4 640 983	67 805	451	51 228	51 112	32 322	44 770 863	4 071 479

Detalhe da carteira de crédito por segmento e por ano de produção (a qual inclui exposição de crédito e juros corridos e Juros e despesas vencidas) no ano de 2022 é a seguinte:

(em milhares de escudos)

Ano de produção	Habitação			Outros Particulares			Corporate			Construção e CRE		
	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade
2009 e anos anteriores	1 438	2 036 601	226 927	3 471	105 932	28 361	39	123 008	35 680	17	81 086	15 613
2010	276	696 078	84 466	368	74 059	34 328	15	48 254	17 921	5	8 426	3 194
2011	269	828 229	122 606	294	12 201	4 610	18	32 381	12 436	5	56 178	30 630
2012	226	656 199	34 904	213	3 729	545	10	591 001	61 364	2	586 742	46 092
2013	169	449 437	24 908	203	38 265	2 164	10	60 150	3 386	2	2 029	966
2014	203	566 896	40 518	187	14 707	6 791	13	239 809	65 634	5	33 346	12 034
2015	220	654 372	31 547	193	95 278	57 917	14	101 931	6 634	5	69 453	22 343
2016	260	837 273	28 802	231	58 329	37 660	28	356 663	100 134	6	239 936	69 634
2017	358	1 279 650	120 732	539	225 322	94 845	63	1 462 985	369 501	23	309 373	21 058
2018	387	1 266 890	31 839	1 764	277 195	49 757	81	947 040	155 669	16	166 241	30 114
2019	365	1 316 941	23 158	2 913	569 531	23 177	125	1 197 771	313 484	18	611 076	207 073
2020	311	1 157 088	22 809	3 333	893 692	15 030	195	1 225 997	196 586	25	987 655	315 272
2021	388	1 541 064	17 233	4 847	1 526 323	19 002	1 154	1 825 974	205 215	80	668 543	62 400
2022	478	2 080 560	62 348	5 362	2 094 661	127 081	379	1 613 513	64 883	41	385 486	46 988
Total	5 348	15 367 277	872 797	23 918	5 989 224	501 267	2 144	9 826 479	1 608 526	250	4 205 568	883 411

Ano de produção	Produtores Individuais			Setor Público			Outros			Total		
	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade
2009 e anos anteriores	43	7 664	5 490	10	105 082	1 535	23	6 110	6 110	5 041	2 465 484	319 715
2010	5	1 594	30	2	36 568	534	11	2 031	2 031	682	867 009	142 503
2011	10	25 724	5 260	5	216 048	3 156	7	1 671	1 671	608	1 172 432	180 369
2012	4	8 389	5 787	-	-	-	47	5 614	5 614	502	1 851 675	154 306
2013	1	0	0	2	59 377	867	33	8 749	8 449	420	618 007	40 740
2014	3	12 159	10 345	-	-	-	26	3 224	3 070	437	870 141	138 392
2015	11	55 555	14 083	2	51 529	753	22	10 943	2 515	467	1 039 062	135 791
2016	10	27 216	11 618	4	59 269	866	48	31 724	4 243	587	1 610 409	252 957
2017	58	87 084	22 328	2	95 026	1 388	483	354 582	5 912	1 526	3 814 023	635 764
2018	53	107 450	16 674	2	131 743	1 925	64	12 539	3 182	2 367	2 909 099	289 159
2019	42	48 095	8 273	8	4 025 289	64 550	36	5 828	2 227	3 507	7 774 530	641 941
2020	48	57 849	5 366	6	280 612	4 100	18	2 906	985	3 936	4 605 798	560 149
2021	83	43 827	3 605	11	895 018	13 076	8	2 366	432	6 571	6 503 113	320 963
2022	97	197 899	17 263	11	1 982 186	28 960	19	1 652	712	6 387	8 355 957	348 235
Total	468	680 505	126 122	65	7 937 747	121 711	845	449 938	47 152	33 038	44 456 739	4 160 985

Detalhe do valor de exposição bruta de crédito (a qual inclui exposição de crédito e juros corridos e Juros e despesas vencidas) e imparidade avaliada individualmente e coletivamente, por segmento e setor

(em milhares de escudos)

2023

Segmento	Avaliação individual		Avaliação coletiva		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Habitação	200 870	107 208	15 947 029	649 923	16 147 898	757 131
Outros Particulares	291 636	234 107	5 441 435	127 650	5 733 071	361 757
Corporate	5 107 926	1 379 994	7 930 647	383 438	13 038 573	1 763 432
Construção e CRE	3 681 691	931 895	882 792	53 818	4 564 482	985 713
Produtores Individuais	70 286	22 465	524 341	62 063	594 627	84 528
Setor Público	-	-	4 640 983	67 805	4 640 983	67 805
Outros	-	-	51 228	51 112	51 228	51 112
Total	9 352 409	2 675 670	35 418 455	1 395 809	44 770 863	4 071 479

(em milhares de escudos)

2022

Segmento	Imparidade individual		Imparidade coletiva		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Habitação	306 751	192 856	15 060 526	679 942	15 367 277	872 797
Outros Particulares	301 112	243 124	5 688 113	258 143	5 989 224	501 267
Corporate	4 754 002	1 259 233	5 072 477	349 292	9 826 479	1 608 526
Construção e CRE	3 448 606	835 957	756 962	47 454	4 205 568	883 411
Produtores Individuais	179 965	35 097	500 540	91 024	680 505	126 122
Setor Público	-	-	7 937 747	121 711	7 937 747	121 711
Outros	170 498	-	279 440	47 152	449 938	47 152
Total	9 160 933	2 566 267	35 295 805	1 594 717	44 456 739	4 160 985

Detalhe por segmento e colateralização (a qual inclui exposição de crédito e juros corridos e Juros e despesas vencidas)

(em milhares de escudos)

	Exposição 31.12.2023				Imparidade 31.12.2023			
Segmento	**Stage 1**	**Stage 2**	**Stage 3**	**Total**	**Stage 1**	**Stage 2**	**Stage 3**	**Total**
Habitação								
Com colateral associado	13 073 200	1 212 562	1 804 107	16 089 869	30 372	29 774	685 920	746 066
Sem colateral associado	35 359	559	22 111	58 029	155	3	10 907	11 065
Outros Particulares								
Com colateral associado	4 347 944	735 590	464 837	5 548 371	23 543	44 914	280 845	349 302
Sem colateral associado	146 259	26 586	11 854	184 699	1 963	678	9 814	12 455
Corporate								
Com colateral associado	7 171 368	1 465 267	4 385 318	13 021 953	138 547	277 718	1 340 254	1 756 519
Sem colateral associado	6 441	612	9 567	16 620	220	66	6 627	6 913
Construção e CRE								
Com colateral associado	691 826	168 467	3 524 489	4 384 781	30 257	7 591	906 535	944 383
Sem colateral associado	1 091	145	178 465	179 701	60	13	41 257	41 329
Produtores Individuais								
Com colateral associado	162 539	257 999	171 692	592 230	1 724	10 529	71 388	83 641
Sem colateral associado	689	68	1 639	2 397	19	4	865	888
Sector Público								
Com colateral associado	4 042 381	-	-	4 042 381	59 059	-	-	59 059
Sem colateral associado	598 603	-	-	598 603	8 746	-	-	8 746
Outros								
Com colateral associado	-	-	-	-	-	-	-	-
Sem colateral associado	117	881	50 231	51 228	-	881	50 231	51 112
Total	30 277 815	3 868 736	10 624 312	44 770 863	294 664	372 172	3 404 643	4 071 479

(em milhares de escudo

	Exposição 31.12.2022				Imparidade 31.12.2022			
Segmento	**Stage 1**	**Stage 2**	**Stage 3**	**Total**	**Stage 1**	**Stage 2**	**Stage 3**	**Total**
Habitação								
Com colateral associado	11 744 315	1 491 035	2 091 020	15 326 370	27 007	64 115	777 813	868 935
Sem colateral associado	29 993	541	10 373	40 907	31	4	3 827	3 862
Outros Particulares								
Com colateral associado	1 209 738	167 684	381 505	1 758 927	5 721	4 222	273 747	283 689
Sem colateral associado	3 265 139	691 421	273 737	4 230 297	19 362	14 259	183 967	217 588
Corporate								
Com colateral associado	3 412 955	908 742	3 342 659	7 664 356	139 362	82 888	1 175 588	1 397 838
Sem colateral associado	1 053 505	974 443	134 176	2 162 124	59 060	100 725	57 745	217 530
Construção e CRE								
Com colateral associado	468 154	1 566 174	1 951 560	3 985 888	5 820	137 790	721 438	865 048
Sem colateral associado	6 850	33 315	108 286	148 451	126	4 287	30 043	34 456
Produtores Individuais								
Com colateral associado	116 488	368 881	145 196	630 565	903	41 649	70 074	112 627
Sem colateral associado	24 959	8 212	16 769	49 940	166	1 709	11 620	13 495
Sector Público								
Com colateral associado	5 906 131	-	-	5 906 131	92 029	-	-	92 029
Sem colateral associado	2 031 616	-	-	2 031 616	29 833	-	-	29 833
Outros								
Com colateral associado	-	-	-	-	-	-	-	-
Sem colateral associado	195	1 131	46 021	47 347	-	1 131	46 021	47 152
Total	29 270 037	6 211 579	8 501 302	43 982 919	379 420	452 780	3 351 883	4 184 082

Colaterais

	Empresas (exc. Const e CRE)				Construção e CRE				Habitação			
	Imóveis		Outros Colaterais Reais		Imóveis		Outros Colaterais Reais		Imóveis		Outros Colaterais Reais	
Justo valor	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante
0,5 MCVE	4	1 370	405	109 846	-	-	9	2 195	42	13 823	-	-
>=0,5 MCVE e < 1MCVE	27	19 295	278	169 705	1	800	16	9 234	142	98 644	-	-
>=1 MCVE e < 5MCVE	390	851 687	281	502 315	36	90 143	33	53 182	2 983	8 912 797	6	15 120
>=5 MCVE e < 10MCVE	98	644 552	19	123 873	16	99 776	3	18 733	1 780	12 001 543	3	18 000
>=10 MCVE e < 20MCVE	62	857 085	7	92 298	14	179 183	1	12 500	389	4 785 169	2	23 000
>=20 MCVE e < 50MCVE	50	1 588 724	4	111 047	13	404 636	3	60 000	45	1 183 212	-	-
>= 50MCVE	37	9 486 155	23	10 454 268	38	7 777 339	3	630 480	1	61 600	-	-
Total	668	13 448 868	1 017	11 563 352	118	8 551 877	68	786 324	5 382	27 056 788	11	56 120

	Empresas (exc. Const e CRE)				Construção e CRE				Habitação			
	Imóveis		Outros Colaterais Reais		Imóveis		Outros Colaterais Reais		Imóveis		Outros Colaterais Reais	
Justo valor	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante
0,5 MCVE	3	1 205	8	1 812	-	-	1	200	46	15 235	-	-
>=0,5 MCVE e < 1MCVE	24	17 355	5	3 718	1	600	3	1 850	151	103 606	-	-
>=1 MCVE e < 5MCVE	314	651 065	24	50 764	36	94 862	7	19 806	2 855	8 432 937	4	11 400
>=5 MCVE e < 10MCVE	79	513 773	3	20 999	17	104 580	1	9 480	1 460	9 713 078	2	12 000
>=10 MCVE e < 20MCVE	41	563 875	2	22 000	13	164 583	-	-	252	3 095 999	2	23 000
>=20 MCVE e < 50MCVE	35	1 084 221	1	33 000	13	397 336	-	-	35	994 669	-	-
>= 50MCVE	24	4 809 428	2	303 861	21	4 216 200	-	-	1	61 600	-	-
Total	520	7 640 922	45	436 154	101	4 978 161	12	31 336	4 800	22 417 124	8	46 400

Detalhe das exposições e imparidade constituída por segmento

(em milhares de escudos)

	Exposição 31.12.2023				Imparidade 31.12.2023			
Segmento	**Exposição Total**	**Stage 1**	**Stage 2**	**Stage 3**	**Imparidade Total**	**Stage 1**	**Stage 2**	**Stage 3**
Habitação	912 100	866 274	10 823	35 003	-	-	-	-
Outros Particulares	598 119	422 972	29 375	145 772	11	11	-	-
Corporate	3 084 386	2 412 563	376 561	295 262	6 799	989	56	5 754
Construção e CRE	1 763 272	718 839	103 828	940 605	18 706	8 724	503	9 479
Produtores Individuais	25 743	16 386	-	9 357	-	-	-	-
Setor Público	1 642 069	1 642 069	-	-	-	-	-	-
Outros	333	333	-	-	-	-	-	-
Total	8 026 022	6 079 436	520 587	1 425 999	25 516	9 724	558	15 233

(em milhares de escudos)

	Exposição 31.12.2022				Imparidade 31.12.2022			
Segmento	**Exposição Total**	**Stage 1**	**Stage 2**	**Stage 3**	**Imparidade Total**	**Stage 1**	**Stage 2**	**Stage 3**
Habitação	860 813	808 881	21 246	30 685	-	-	-	-
Outros Particulares	510 825	428 602	33 966	48 257	11	11	-	-
Corporate	3 162 957	2 754 011	368 656	40 290	6 843	990	5 853	-
Construção e CRE	2 230 424	564 692	739 015	926 718	16 093	9	5 327	10 757
Produtores Individuais	24 341	15 757	8 300	284	-	-	-	-
Setor Público	1 435 221	1 435 221	-	-	151	151	-	-
Outros	405	405	-	-	-	-	-	-
Total	8 224 986	6 007 569	1 171 182	1 046 234	23 097	1 160	11 180	10 757

Movimentos de entradas e saídas na carteira de crédito reestruturado

		31.12.20223
Saldo inicial da carteira de reestruturados (bruto de imparidade)		5 842 779
Créditos reestruturados no período		3 071 069
Juros corridos da carteira reestruturada		1 219
Liquidação de créditos reestruturados (parcial ou total)	-	6 569 108
Créditos reclassificados de reestruturado para "normal"	-	343
Saldo final da carteira de reestruturados (bruto de imparidade)		2 345 616

Auxiliar:

Liquidação de créditos reestruturados	1 871 552
Exposição de créditos reestruturados dez22	4 707 563
Exposição de créditos reestruturados dez23	10 026
Juros corridos dez23	19

	31.12.2022
Saldo inicial da carteira de reestruturados (bruto de imparidade)	8 878 428
Créditos reestruturados no período	1 134 031
Juros corridos da carteira reestruturada	8 685
Liquidação de créditos reestruturados (parcial ou total)	422 177
Créditos reclassificados de reestruturado para "normal"	3 610 824
Saldo final da carteira de reestruturados (bruto de imparidade)	5 988 143

Auxiliar:

Liquidação de créditos reestruturados	329 720
Exposição de créditos reestruturados dez21	4 792 519
Exposição de créditos reestruturados dez22	4 707 563
Juros corridos dez22	7 501
	92 457

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o crédito concedido a clientes (o qual não inclui juros e comissões diferidas), apresentava a seguinte estrutura por setores de atividade:

	2023			2022		
	Crédito Normal	**Crédito Vencido**	**Total**	**Crédito Normal**	**Crédito Vencido**	**Total**
Empresas:						
Comércio	792 154	279 575	1 071 729	772 040	254 190	1 026 230
Construção e obras públicas	2 115 531	191 422	2 306 953	1 789 426	122 370	1 911 796
Transportes	6 104 154	66 141	6 170 295	5 650 807	61 771	5 712 578
Indústria	548 319	237 855	786 174	561 271	231 609	792 880
Hotelaria	1 358 316	286 082	1 644 398	1 193 712	279 801	1 473 513
Energia	4 180 449	-	4 180 449	4 328 997	-	4 328 997
Outros	5 634 144	311 722	5 945 866	6 148 083	401 030	6 549 113
	20 733 067	1 372 797	22 105 864	20 444 336	1 350 771	21 795 107
Particulares:						
Habitação	14 505 413	1 599 689	16 105 102	13 693 478	1 632 843	15 326 321
Outros	5 729 347	575 689	6 305 036	5 933 901	712 361	6 646 262
	20 234 760	2 175 378	22 410 138	19 627 379	2 345 204	21 972 583
	40 967 827	3 548 175	44 516 002	40 071 715	3 695 975	43 767 690

Em 2023, o total de créditos concedidos aumentou para mCve 44.516.002, em comparação com mCve 43.767.690 em 2022.

Os créditos por setor de atividade são distribuídos entre Empresas e Particulares.
O setor de Transportes (Empresas) se destaca com o maior total de créditos concedidos entre os anos de 2022 (mCve 5.712.578) e 2023 (mCve 6.170.295), indicando a importância desse setor na carteira de crédito.
O setor de Habitação (Particulares) também mostra uma expressão significativa, cerca de 36,18% e 35,02% do total geral das carteiras de 2023 e 2022, refletindo a demanda por financiamento imobiliário.

Os créditos vencidos representam uma parte significativa do total geral das carteiras, com mCve 3.548.175 (7,97%) em 2023 e mCve 3.695.975 (8,44%) em 2022.
Setores com maior peso em crédito vencido, como o comercio (mCve 25.385, mais 9,99% em relação ao ano de 2022), a Hotelaria (mCve 286.082, mais 2,2% do que o ano 2022), a área de Construção (aumentou 56,43% entre 2022 e 2023, de mCve 122.370 para mCve 191.422), e o crédito Habitação (diminui mCve 33.154 (2%) entre 2023 e 2022, de mCve 1.599.689 em 2023 e mCve 1.632.843 em 2022), assinalam as áreas de maior risco.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o valor de exposição bruta de crédito e imparidade avaliada individualmente e coletivamente, por segmento e setor, apresentam a seguinte composição:

(em milhares de escudos)

		Avaliação individual		Avaliação coletiva		Total	
	Setor	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Empresas	Comércio	15 927	10 807	1 058 860	135 121	1 074 787	145 927
	Construção e obras públicas	1 944 262	718 051	417 437	25 570	2 361 699	743 621
	Transportes	-	-	4 000 418	98 771	4 000 418	98 771
	Indústria	506 621	198 511	255 720	34 448	762 341	232 959
	Hotelaria	1 252 041	462 408	395 045	32 331	1 647 085	494 738
	Energia	2 307 112	347 636	617 854	9 882	2 924 966	357 518
	Outros setores	2 763 653	574 477	2 068 106	101 134	4 831 759	675 611
Particulares	Habitação	200 870	107 208	15 947 029	649 923	16 147 898	757 131
	Outros Particulares	291 636	234 107	5 441 435	127 650	5 733 071	361 757
	Produtores Individuais	70 286	22 465	524 341	62 063	594 627	84 528
	Setor Público	-	-	4 640 983	67 805	4 640 983	67 805
	Outros	-	-	51 228	51 112	51 228	51 112
	Total	9 352 409	2 675 670	35 418 455	1 395 809	44 770 863	4 071 479

(em milhares de escudos)

		Avaliação individual		Avaliação coletiva		Total	
	Setor	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Empresas	Comércio	15 958	10 828	1 013 227	120 890	1 029 185	131 718
	Construção e obras públicas	1 663 413	508 809	253 671	22 075	1 917 084	530 883
	Transportes	-	-	710 513	44 424	710 513	44 424
	Indústria	194 898	105 340	561 998	67 159	756 896	172 499
	Hotelaria	1 107 084	444 455	368 542	19 495	1 475 626	463 950
	Energia	2 298 189	373 394	607 031	17 427	2 905 220	390 822
	Outros setores	2 869 255	673 699	2 297 039	106 877	5 166 294	780 576
Particulares	Habitação	306 751	192 856	15 060 526	679 942	15 367 277	872 797
	Outros Particulares	301 112	243 124	5 688 113	258 153	5 989 224	501 278
	Produtores Individuais	179 965	35 097	500 540	91 024	680 505	126 122
	Setor Público	-	-	7 937 747	121 862	7 937 747	121 862
	Outros	-	-	47 347	47 152	47 347	47 152
	Total	8 936 624	2 587 602	35 046 295	1 596 480	43 982 919	4 184 082

9. ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO – TÍTULOS DE DIVIDA

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rúbrica tem a seguinte composição:

		2023	2022
Capital			
	Obrigações Corporate	1 956 662	2 271 386
	Bilhetes do Tesouro	1 206 568	1 978 213
	Obrigações do Tesouro	15 255 636	13 286 902
		18 418 865	17 536 501
Juros a receber			
	Obrigações Corporate	119 091	122 752
	Bilhetes do Tesouro	(6 817)	(9 331)
	Obrigações do Tesouro	30 398	34 872
		18 561 538	17 684 794
	Imparidade	(320 677)	(305 840)
		18 240 860	17 378 954

À data de 31 de dezembro de 2023, o montante de obrigações do tesouro apresenta o seguinte detalhe:

Maturidade residual	Valor nominal	Rentabilidade média
Até 1 ano	2 503 538 000	4,13%
Até 2 anos	1 915 252 000	4,07%
> 2 anos	10 836 845 667	3,28%
	15 255 635 667	3,83%

À data de 31 de dezembro de 2023, o valor de obrigações de empresas nacionais, apresentam o seguinte detalhe:

Título	Valor Bruto Capital	Juros	Imparidade	%	Valor Liquido	Maturidade
Outros títulos de rendimento fixo						
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche C	630 227	1 745	9 201	1,46%	622 770	14/06/2027
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L - Tranche E	368 273	958	5 377	1,46%	363 854	14/06/2025
Sociedade de Gestão de Investimentos, Lda.	13 343	1 987	15 330	100,00%	(0)	18/02/2014
CVFF - Cabo Verde Fast Ferry, S.A.	35 000	14 470	37 138	75,07%	12 332	14/10/2017
IFH - Imobiliária, Fundiária e Habitat, SA Serie H	226 934	4 856	3 313	1,46%	228 477	24/12/2019
ASA - Agência de Segurança Aeronautica - Tranche D	149 255	2 596	2 179	1,46%	149 672	25/08/2027
ANMCV	139 118	789	2 031	1,46%	137 876	02/11/2026
RTC- Radio-Televisão de Cabo Verde	55 000	60	803	1,46%	54 257	23/12/2029
ACE SUST. BOND SERIE A 3,5% 2022/2027	339 512	3 199	4 957	1,46%	337 754	23/03/2027
	1 956 662	**30 660**	**80 329**		**1 906 993**	

As obrigações emitidas pela Electra – Empresa de Eletricidade e Águas, S.A.R.L. e IFH – Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A., e a RTC – Rádio Televisão de Cabo Verde, S.A. têm aval do Estado de Cabo Verde. A Caixa Económica de Cabo Verde subscreveu em junho de 2017 obrigações da Electra serie 'E', no montante de mCve 369.293 com maturidade em junho de 2025, e dispõe em carteira desde junho de 2007 um total de mCve 630.227 da Electra C, com vencimento em junho do ano 2027.

As obrigações da CVFF – Cabo Verde Fast Ferry (CVFF) e Sociedade Gestão de Investimentos, Lda. encontram-se com algumas prestações em incumprimento desde julho de 2021 e fevereiro de 2014, respetivamente. Em 31 de dezembro de 2023, os juros vencidos e não pagos das obrigações da CVFF – Cabo Verde Fast Ferry e Sociedade Gestão de Investimentos, Lda. ascendiam a mCve. 13.000 e mCve. 2.982, respetivamente. Os próximos cupões de juros vencem-se em janeiro e fevereiro de 2024.

No final do ano 2021, a Caixa, incrementou a sua carteira de títulos corporate, com a subscrição de obrigações da RTC- Radiotelevisão Cabo-verdiana, SA e da ANMCV – Associação nacional dos Municípios Cabo-verdianos, no montante de mCve 55.000 (taxa 5%, maturidade em 23/12/2029) e mCve 231.863 (taxa 3,5%, maturidade em 02/11/2026), respetivamente. Os primeiros cupões foram pagos em maio de 2022 para as obrigações da ANMCV e junho de 2022 para as obrigações da RTC.

Em janeiro de 2023, a Caixa subscreveu obrigações do IFH – Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A., serie H no montante de 226.934 mCve, e com maturidade de 2025. O primeiro cupão foi pago em julho de 2023, com reembolso da da 1ª parcela do capital investido.

Em março de 2022, a Caixa aumentou a sua carteira de títulos corporate, com a aquisição das Obrigações da ACE – Sustainable Bond Serie 'A', 3,5%, 2022/2027, no montante de mCve 485.017, sendo que a 1ª amortização foi feita logo no 1º cupão, no valor de mCve 48.502.

Para as obrigações corporate com Aval do Estado, bem como para os títulos de dívida pública a taxa de imparidade utilizada é a taxa do risco do Estado (1,46%). Para as obrigações corporate sem aval do estado o critério utilizado é a taxa da carteira de crédito utilizada de acordo com a análise do risco de crédito.

10. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

O movimento ocorrido nesta rubrica nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, é apresentado como se segue:

Custo Aquisição	**Terrenos**	**Imoveis**	**Total**
Saldo em 31-12-2022	-	3 589	3 589
Saldo em 31-12-2023	-	3 589	3 589
Amortizações	**Terrenos**	**Imoveis**	**Total**
Saldo em 31-12-2022	-	2 609	2 609
Amortizações do exercício	-	28	28
Saldo em 31-12-2023	-	2 638	2 638
Saldo Líquido em 31-12-2022	-	980	980
Saldo Líquido em 31-12-2023	-	952	952

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o justo valor das propriedades de investimento foi determinado com base em avaliações preparadas pelo Gabinete de Instalações e Avaliação Imobiliária da Caixa sendo:

	2023		**2022**	
	Valor Líquido	Valor de Avaliação	Valor Líquido	Valor de Avaliação
Edifícios	951 606	8 299	1 008	8 299
	951 606	8 299	1 008	8 299

Nos exercícios de 2023 e 2022, os rendimentos provenientes do arrendamento destes imóveis ascenderam a mCve. 33 e mCve. 32, respetivamente.

11. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

Os movimentos nas rubricas de "Outros ativos tangíveis" durante os exercícios de 2023 e 2022 foram o seguinte:

	Saldos em 31-12-2022			Adições	Vendas / Abates		Amortizações do exercicio	Saldos em 31-12-2023		
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido		Valor Bruto	Amortizações		Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Imóveis	1 853 941	(273 809)	1 580 132	35 114	-	-	(36 778)	1 889 055	(310 587)	1 578 468
Obras em edifícios arrendados	52 474	(43 640)	8 834	420	-	-	(295)	52 894	(43 935)	8 959
Património artístico	5 127	-	5 127	-	-	-	-	5 127	-	5 127
Equipamento:										
Mobiliário e material	260 000	(234 840)	25 160	8 721	(1 392)	1 392	(6 953)	267 329	(240 400)	26 929
Máquinas e ferramentas	306 979	(282 502)	24 477	27 607	(5 024)	5 024	(11 656)	329 562	(289 134)	40 428
Equipamento informático	386 967	(364 424)	22 543	37 881	(3 161)	3 161	(13 641)	421 687	(374 904)	46 783
Instalações interiores	588 101	(566 484)	21 617	9 077	(1 866)	1 866	(5 062)	595 312	(569 680)	25 632
Material de transporte	184 568	(109 271)	75 297	-	-	-	(18 966)	184 568	(128 237)	56 331
Equipamento de segurança	161 073	(149 709)	11 364	2 870	(242)	242	(5 567)	163 701	(155 034)	8 667
Outro equipamento	7 443	(6 406)	1 037	430	(387)	387	(215)	7 486	(6 234)	1 252
Ativos sob direiro de uso:										
Imóveis	105 116	(51 331)	53 785	46 703	-	-	(13 966)	151 819	(65 297)	86 522
	3 911 789	(2 082 416)	1 829 373	168 823	(12 072)	12 072	(113 099)	4 068 540	(2 183 442)	1 885 098
Imoblilizado em curso	115 255	-	115 255	32 907	(47 570)	-	-	100 592	-	100 593
	4 027 044	(2 082 416)	1 944 628	201 730	(59 642)	12 072	(113 099)	4 169 132	(2 183 442)	1 985 691

Em 31 de dezembro de 2023 registou-se uma variação positiva de mCve 55.725 (2,95%) em relação ao ano 2022, sendo que as principais variações estão relacionadas com Obras em Edifícios (Fazenda, Palmarejo, ASA I e Tarrafal), aquisição de máquinas (Máquina de contar notas, fotocopiadoras, ventiladores, ATM e UPS) e equipamentos informáticos (Impressoras, *Switch*, *Fairewall DataCenter*).

	Saldos em 31-12-2021			Adições	Vendas / Abates		Amortizações do exercício	Saldos em 31-12-2022		
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido		Valor Bruto	Amortizações		Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Imóveis	1 832 403	(241 604)	1 590 799	31 707	(10 169)	4 584	(36 789)	1 853 941	(273 809)	1 580 132
Obras em edifícios arrendados	52 760	(43 633)	9 127	-	(286)	286	(293)	52 474	(43 640)	8 834
Património artístico	5 127	-	5 127	-	-	-	-	5 127	-	5 127
Mobiliário e material	254 574	(227 977)	26 597	5 426	-	-	(6 863)	260 000	(234 840)	25 160
Máquinas e ferramentas	299 751	(272 767)	26 984	7 311	(83)	83	(9 818)	306 979	(282 502)	24 477
Equipamento informático	399 869	(372 538)	27 331	9 935	(22 837)	22 835	(14 721)	386 967	(364 424)	22 543
Instalações interiores	591 194	(568 103)	23 091	2 982	(6 075)	6 075	(4 456)	588 101	(566 484)	21 617
Material de transporte	219 023	(122 660)	96 363	2 440	(36 895)	36 895	(23 506)	184 568	(109 271)	75 297
Equipamento de segurança	161 173	(144 472)	16 701	274	(374)	371	(5 608)	161 073	(149 709)	11 364
Outro equipamento	7 354	(6 213)	1 141	89	-	-	(193)	7 443	(6 406)	1 037
Ativos sob direiro de uso:										
Imóveis	105 116	(39 961)	65 155	-	-	-	(11 370)	105 116	(51 331)	53 785
	3 928 344	(2 039 928)	1 888 416	60 164	(76 719)	71 129	(113 617)	3 911 789	(2 082 416)	1 829 373
Imoblilizado em curso	103 373	-	103 373		(4 696)	-	-	115 255	-	115 255
	4 031 717	(2 039 928)	1 991 789		(81 415)	71 129	(113 617)			1 944 628

A rúbrica Ativos sob direito de uso é composta basicamente por imóveis (edifícios arrendados), sendo depreciados de acordo com o prazo de locação de cada contrato, decorrente da aplicação da IFRS 16.

		2023					
		Ativo por Locação			Passivo por Locação		
Contratos	**Maturidade**	**Valor Bruto**	**Amortização acumulada**	**Valor líquido**	**Valor Bruto**	**Valor Liquidado**	**Valor líquido**
Contrato 1	4 Anos	13 766	7 829	5 938	7 917	1 935	5 982
Contrato 2	4 Anos	4 589	2 843	1 746	2 328	569	1 759
Contrato 3	4 Anos	2 754	1 706	1 048	1 397	342	1 056
Contrato 4	4 Anos	10 555	6 539	4 017	5 356	1 309	4 046
Contrato 5	4 Anos	10 760	8 893	1 867	5 650	1 381	4 269
Contrato 6	4 Anos	10 015	3 692	6 317	5 262	1 286	3 976
Contrato 7	4 Anos	3 121	1 933	1 188	1 583	387	1 196
Contrato 8	4 Anos	2 754	1 706	1 048	1 397	342	1 056
Contrato 9	4 Anos	3 212	1 990	1 222	1 630	398	1 232
Contrato 10	4 Anos	4 068	2 450	1 617	2 157	527	1 629
Contrato 11	4 Anos	9 141	5 539	3 602	4 803	1 174	3 629
Contrato 12	27 Anos	5 573	1 032	4 541	5 001	154	4 846
Contrato 13	4 Anos	8 720	5 401	3 318	4 424	1 081	3 343
Contrato 14	4 Anos	5 507	3 411	2 096	2 794	683	2 111
Contrato 15	34 Anos	15 423	2 291	11 921	14 305	1 596	12 709
Contrato 16	27 Anos	22 293	4 128	18 165	20 002	616	19 386
Contrato 17	25 Anos	19 569	3 914	15 655	17 231	604	16 627
Total		**151 819**	**65 297**	**85 305**	**103 237**	**14 386**	**88 851**

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a rúbrica "Imobilizado em curso" inclui: despesas com obras nas agências existentes e aquisições de novos equipamentos, nos montantes de mCve. 100.593 e mCve. 115.255, respetivamente.

12. ATIVOS INTANGÍVEIS

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, a rúbrica de ativos intangíveis regista os *softwares* da Caixa. Os movimentos ocorridos nos "Ativos intangíveis" nos exercícios de 2023 e 2022 foram os seguintes:

Custo Aquisição	**Software**	**Total**
Saldo em 31-12-2022	334 006	334 006
Adições	1 127	1 127
Saldo em 31-12-2023	335 133	335 133

Amortizações	**Software**	**Total**
Saldo em 31-12-2022	320 102	320 102
Amortizações do exercício	5 032	5 032
Saldo em 31-12-2023	325 135	325 1345
Saldo Liquido em 31-12-2022	13 903	13 903
Saldo Liquido em 31-12-2023	9 998	9 998

13. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o saldo desta rubrica apresenta a seguinte composição:

2023

Entidade	% de participação	Custo de aquisição	Lucro / Prejuízo	Capitais próprios	Montante escriturado
IMOTUR - Imobiliária e Turística de Cabo Verde, SA	17,86%	12 500	(33 755)	5 820	1 039
SISP - Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos, SARL	9.52%	10 000	416 001	1 746 526	166 269
		22 500			**167 308**

2022

Entidade	% de participação	Custo de aquisição	Lucro / Prejuízo	Capitais próprios	Montanate Escriturado
IMOTUR - Imobiliária e Turística de Cabo Verde, SA	17,86%	12 500	(33 755)	5 820	1 039
SISP - Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos, SARL	10,00%	10 000	295 752	1 379 914	137 991
		22 500			**139 030**

A Caixa classificou as participações na SISP – Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos, SARL (SISP) e Imotur – Imobiliária e Turística de Cabo Verde, S.A. (Imotur) como Investimentos em associadas, não obstante a sua participação ser inferior a 20%, dado que a Caixa faz parte do órgão de direção, o que no entender do Conselho de Administração lhe confere influência significativa na atividade destas entidades, enquadrando-se deste modo nas disposições da Norma IAS 28 – Investimentos em Associadas.

Decorrente da entrada da participação financeira do BAI Cabo Verde na SISP, ocorreu a dilução da percentagem de participação da Caixa na SISP, justificando assim que a percentagem de participação tivesse sido alterada de 2022 para 2023, a qual passou de 10% para 9,52%.

O movimento ocorrido no valor de balanço destas participações nos exercícios de 2023 e 2022 e o respetivo impacto nas demonstrações financeiras da Caixa pode ser demonstrado da seguinte forma:

	2023		
	IMOTUR	**SISP**	**TOTAL**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1 039	137 991	139 030
Dividendos		(20 455)	(20 455)
Resultados em participadas		48 733	48 733
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1 039	166 269	167 308

Em 2023, a Caixa registou como pagamento dos dividendos da SISP, referente ao ano 2022, o valor de mCve 20.455.

14. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Em 31 de dezembro de 2023, a Caixa está sujeita ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRPC) à taxa de 22% e a uma taxa de incêndio de 2% sobre o imposto apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 22,44%.

Os saldos de ativos e passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2023 e 2022 eram os seguintes:

	2023	**2022**
Passivos por impostos correntes		
Estimativa de imposto do exercício	302 942	220 087
Tributação autónoma	674	639
IRPC a recuperar	(145 094)	(86 625)
	158 522	134 101
Ativos por imposto diferidos		
Imparidade de Crédito	131 489	108 899
	131 489	108 899

A rubrica "Ativos por impostos correntes – IRPC a recuperar" corresponde aos pagamentos fracionados efetuados no exercício de 2023.

O movimento dos ativos por impostos diferidos nos exercícios de 2023 e 2022 foi o seguinte:

	2023		
	Saldo em 31-12-2022	Variação em resultados	Saldo em 31-12-2023
Imparidade de Crédito	108 899	22 590	131 489
	108 899	22 590	131 489

	2022		
	Saldo em 31-12-2021	Variação em resultados	Saldo em 31-12-2022
Imparidade de Crédito	70 412	38 487	108 899
	70 412	38 487	108 899

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto, nos exercícios de 2023 e 2022 pode ser demonstrada como se segue:

	2023		2022	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes do imposto		1 783 363		1 411 659
Imposto apurado com base na taxa nominal	22,44%	400 187	22,44%	316 776
Benefícios Fiscais:				
. Rendimentos de títulos de Dívida Publica	-5%	-21 611	-7%	-22 249
colocados em mercado secundário	0,0%	0	0,0%	0
. Rendimentos de obrigações	-28,0%	-111 951	-34,1%	-107 974
. Outros	-1,3%	-5 018	-0,2%	-684
Imparidade e provisões não aceites como custo fiscal	0,0%	0	0,0%	0
Reversão de provisões tributadas	0,0%	0	-4,0%	-12 671
Aplicação do metido de equivalência patrimonial	-2,7%	-10 936	-2,1%	-6 562
Encargos não aceites fiscalmente	5,5%	22 015	3,8%	11 902
Tributação Autónoma	0,0%	674	0,0%	639
Menos-valias contabilístico	0,0%	0	0,0%	0
Mais valias contabilísticas	0,0%	0	-1,4%	-4 424
Depreciações e amortizações excessivas	0,1%	327	0,1%	327
Perdas por imparidade seguradoras ou instituições bancárias	5,6%	22 591	12,1%	38 487
Outros	1,6%	6 498	1,9%	6 038
Diferença positiva entre as Mais-valias e as Menos-valias fiscais	0,0%	0	0,4%	1 121
Imposto sobre o lucro do exercício	17%	302 774	16%	220 727

Os rendimentos das obrigações ou produtos de natureza análoga, incluindo os títulos de dívida pública, com colocação pública e cotados na Bolsa de Valores de Cabo Verde, são tributados em sede de imposto sobre o rendimento a uma taxa liberatória de 5% e 10%, respetivamente. A taxa só se aplica relativamente aos rendimentos auferidos até 31 de dezembro de 2025.

Em julho de 2011, a Caixa recebeu uma notificação da DGCI fixando o imposto sobre o rendimento do exercício de 2010 em mCve. 74.640. Esta notificação tinha implícito um conjunto de correções ao imposto apurado pela Caixa que foram objeto de reclamação. Em janeiro de 2012, a Caixa recebeu uma nova notificação corrigindo os valores anteriormente fixados e apurando um montante de imposto de mCve. 40.644. A Caixa procedeu à liquidação do montante de mCve. 16.145 e à reclamação do valor remanescente, encontrando-se a aguardar a conclusão do processo pela DGCI.

A 31 de dezembro de 2020 a Caixa foi notificada, através da nota n.º 263/DGCI-REGC/2020, datada de 30 de dezembro de 2020, da confirmação da matéria tributável relativo ao exercício de 2015 e da consequente liquidação adicional de IRPC para ano de 2020 no valor de mCve 90.812.
Na mesma data, a Caixa foi igualmente notificada no âmbito do relatório de Procedimento de Inspeção – Ano 2015, através da nota n.º 262/DGCI-REGC/2020, datada de 30 de dezembro de 2020.
A Caixa discorda das correções feitas pela REGC na determinação da matéria coletável e liquidação corretiva, nas rúbricas:

(i) Correções de deduções do rendimento de títulos colocados no mercado secundário e,

(ii) Retenção na fonte sobre Juros de Obrigações pagos.
A Caixa enviou uma nota de reclamação ref. DFI.030.2021, datada de 18 de fevereiro de 2021 onde concorda em pagar somente o valor de mCve 24.578.

A 24 de junho de 2021, através da nota n. º110/DGCI-REGC/2021 de 23 de junho de 2021, a Caixa foi notificada para exercer o direito de audição às conclusões do projeto de relatório ao exercício de 2015, em que a Administração Fiscal discorda da alegação da Caixa, indeferindo a pretensão da Caixa relativamente a correção da dedução do rendimento de títulos do primário colocado no mercado secundário.
A 09 de julho de 2021, através da nota N/ref.CE.015.2021, a Caixa exerceu o direito de audição onde continua defendendo o direito à dedução do rendimento de títulos colocados no mercado secundário.
A 06 de Setembro de 2021, através da nota n.º ref. nº206/DGDC/REGC/2021, a AF indeferiu a reclamação feita pela Caixa.
A Caixa em 06 de outubro de 2021 sob. n/Ref.CE.027.2021, interpôs o recurso hierárquico do indeferimento da reclamação ao procedimento de inspeção referente ao exercício económico de 2015.
A Caixa está aguardando o despacho deste processo.

A 08 de Dezembro de 2023, através da nota n.º 167/REGC/IT/2023 da mesma data, a Caixa foi notificada para exercer o direito de audição em relação às conclusões do projeto de relatório de procedimento de inspeção interna, relativo ao exercício de 2018, em que a Administração Fiscal (AF) discorda da alegação da Caixa, quanto à dedução das variações patrimoniais negativas não refletidas no resultado, bem como em relação aos rendimentos de Obrigações de Tesouro colocados no mercado secundário. A 22 de Dezembro de 2023, sob a nota Ref.CE.048/2023, a Caixa ao abrigo da alínea e) do n.º 1 do artigo 78.º do Código Geral Tributário e artigo 57.º do Regime de Inspeção Tributária exercer o direito de audição em relação às conclusões do projeto de relatório de procedimento de inspeção interna.

A 29 de dezembro de 2023, a Caixa foi notificada, através das notas n.º 205/ REGC/EXT/2023 e 206/ REGC/EXT/2023, datadas de 27 de dezembro de 2023, da liquidação adicional da retenção na fonte e da fixação da matéria tributável de IRPC relativo ao exercício de 2018, respetivamente, fundamentadas pelo Relatório da Análise Interna – Ano 2018.

A Reclamante havia sido notificada, em 08/12/2023, das conclusões do projeto de relatório do procedimento de inspeção externa, para efeitos do exercício do direito de audição prévia.

Não obstante a Reclamante ter exercido tal direito, a mesma não foi considerada pela Administração Tributária uma vez que, em seu entender, a resposta foi extemporânea – ora, nada mais falso.

A Caixa foi notificada, no dia 29 de dezembro de 2023, que foi contra si instaurado processo de contraordenação no âmbito da análise interna para verificação das obrigações fiscais, uma liquidação adicional de IR Retenção na fonte sobre juros de Títulos do Tesouro do ano de 2018, através da nota n.º 221/REGC-DNRE/23, processada em 28/12/2023. A Caixa exerceu o seu direito ao contraditório no processo de contraordenação instaurada por falta de retenção entrega do IR – Retenção na Fonte sobre juros de títulos do tesouro colocados no mercado secundário no ano de 2018.

Nos termos do Código Geral Tributário, aprovado pela Lei 47/VIII/2013, de 20 de dezembro, as autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do contribuinte durante um período de cinco anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais correções ao lucro tributável. Na opinião do Conselho de Administração, não é previsível que qualquer correção seja significativa para as demonstrações financeiras da Caixa em 31 de dezembro de 2023.

15. OUTROS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2023	2022
Outros ativos:		
Ativos recebidos por recuperação de crédito	1 715 357	1 592 282
Numismática e medalhística	86	86
	1 715 443	1 592 368
Devedores:		
Valores a receber do Estado de Cabo Verde		
Bonificações	528 263	602 663
Outros	48	48
Devedores por remessas cambiais	16 148	3 370
Devedores diversos	22 196	96 958
	566 656	703 039
Despesas com encargo diferido:		
Seguros	821	793
Outros	28 308	26 082
	29 129	26 875
Operações ativas a regularizar:	80 419	29 539
Ativo Bruto	2 391 647	2 351 821
Imparidade de outros ativos (Nota 18):		
Ativos recebidos por recuperação de crédito	(1 024 954)	(926 849)
Outros ativos	(2 489)	(2 489)
Imparidade Acumulada	(1 027 443)	(929 338)
Ativo Líquido	1 364 204	1 422 483

O montante líquido de Outros Ativos registado á data de 31 de dezembro de 2023 ascende a mCve 1.364.204, representando uma redução de mCve 58.278, essencialmente explicada pelo aumento da imparidade registada nos imóveis recebidos por recuperação de crédito e recebimento das bonificações a receber por parte do Estado de Cabo Verde, relativos a creditos à habitação e outros fins de acordo com os preceitos legais aplicáveis aos creditos bonificados.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os ativos recebidos por recuperação de crédito correspondem a imóveis e outros ativos recebidos em dação e apresentam a seguinte composição de acordo com a data da dação/arrematação feita pela Caixa:

	2023					2022				
Ano de aquisição	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	%	Avalições	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	%	Avalições
Anteriores a 2012	4 682	(4 682)	-	100%	8 051	4 682	(4 682)	-	100%	8 051
2013	251 348	(134 638)	116 710	54%	232 028	251 348	(134 638)	116 710	54%	232 028
2014	628 771	(316 580)	312 191	50%	851 878	628 771	(316 580)	312 191	50%	851 878
2015	97 219	(63 892)	33 327	66%	131 300	97 219	(63 892)	33 327	66%	131 300
2016	342 350	(195 694)	146 656	57%	756 448	342 350	(195 694)	146 656	57%	756 448
2017	76 246	(41 935)	34 311	55%	124 717	76 246	(41 935)	34 311	55%	124 717
2018	15 606	(15 606)	-	100%	15 606	15 606	(15 606)	-	100%	15 606
2019	19 071	(10 489)	8 582	55%	13 440	19 071	(10 489)	8 582	55%	13 440
2020	15 583	(8 571)	7 012	55%	50 697	15 583	(8 571)	7 012	55%	50 697
2022	141 406	(134 762)	6 644	95%	216 022	141 406	(134 762)	6 644	95%	216 022
2023	123 075	(98 105)	24 970	80%	125 868	-	-	-	0%	-
Total	1 715 357	(1 024 954)	690 403	60%	2 526 055	1 592 282	(926 849)	665 433	58%	2 400 187

A Caixa no ano de 2023 foram recebidos em recuperação de crédito cinco imóveis, no montante de mCve 123.076, referentes aos clientes Belarmino Tavares, Crisolita Silva, Arminda Cabral, Maria da Veiga e Loid Imobiliária. No total, ao somar os valores de todos os anos apresentados, temos um valor de aquisição bruto de mCve 1.715.357, com uma Imparidade de mCve 1.024.954 resultando em um valor líquido de mcve 690.403. As avaliações dos imóveis totalizaram mCve 2.526.055.

16. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2023	2022
Depósitos à ordem de instituições de Crédito no Pais	117 582	95 406
Depósitos a prazo de instituições de Crédito no Pais	156 885	156 886
Empréstimos obtidos:	2 823	2 822
	277 290	255 114

Em 2023, os depósitos à ordem de instituições de crédito no país totalizaram mCve 117.582, enquanto em 2022 esse valor foi de mCve 95.406, refletindo um aumento mCve 22.176.

A rubrica de depósito a ordem inclui o montante de 37,8 mCve, os quais se referem a adiantamentos de clientes para aquisição de imóveis recebidos em recuperação de crédito (nota 15), os quais se encontram registados numa conta interna da Caixa.

Para os depósitos a prazo de instituições de crédito no país mantiveram-se iguais nos dois anos, totalizando mCve 156.89 unidades monetária em cada ano. Quanto aos empréstimos obtidos, em 2023 foi de mCve 2. 823, enquanto em 2022 foi de mCve 2.822.

O Depósito a Prazo, constituído no valor de mCve 156.885, pertence à Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Cabo Verde.

17. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2023	2022
Depósitos de poupança:		
Particulares - cadernetas	14 719 013	13 581 203
Depósitos à ordem:		
De residentes	28 175 432	23 984 532
De emigrantes	1 511 278	1 429 642
	29 686 710	25 414 174
Depósitos a prazo:		
De residentes	19 592 350	19 436 338
De emigrantes	17 233 399	17 180 774
	36 825 749	36 617 112
Outros recursos:		
Empréstimos obtidos de residentes	331 784	246 967
Cheques e ordens a pagar	(57 768)	(44 916)
	274 016	202 051
Juros:		
De depósitos	373 408	357 218
De empréstimos obtidos de residentes	3 202	3 696
	376 609	360 914
	81 882 098	76 175 454

Os depósitos à ordem de residentes representam a maior parte dos recursos captados, totalizando mCve 28.175.432. Os depósitos à vista de emigrantes também são significativos, totalizando mcve 1.511.278.

Os depósitos a prazo de residentes e emigrantes representam uma parcela menor dos recursos captados, totalizando mCve 19.592.350 e mCve 17.233.399, respetivamente.

Os recursos obtidos por meio de empréstimos de residentes são relativamente baixos, totalizando mCve 331.784. Nesta rubrica está incluída a linha de crédito obtida junto do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), sendo que a 6ª e 7ª tranches vencem juros a uma taxa fixa de 2,5% ao ano e serão reembolsados em 15 prestações anuais. Estas linhas de crédito, visam a concessão de créditos aos trabalhadores do INPS para aquisição de habitação própria.

Em dezembro de 2023 foi atribuída pelo Instituto Nacional de Previdência Social uma 8ª linha de crédito, no montante de 118.150 mCve, desta feita a uma taxa de juro de 0,5% e com maturidade de 2039.

Os cheques e ordens a pagar representam uma pequena parte dos recursos captados, totalizando mCve 57.768. Esta rubrica inclui as transferências recebidas via Western Union cuja compensação financeira apenas ocorre nos primeiros dias de 2023 e 2024.

Os juros provenientes de depósitos e empréstimos obtidos de residentes totalizam mCve 376.609, representando uma fonte adicional de recursos.

Concluindo, os depósitos à ordem de residentes são a principal fonte de recursos captados pela instituição financeira, seguidos pelos depósitos a prazo e outros recursos como empréstimos e juros.

18. PROVISÕES, IMPARIDADE E CONTINGÊNCIAS

O movimento ocorrido nas provisões e imparidade da Caixa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, é o seguinte:

	2023				
	Saldos em 31/12/2022	Dotações	Utilizações	Anulações e Reposições	Saldos em 31/12/2023
Instrumentos financeiros classificados ao custo amortizado					
Imparidade de crédito a clientes	4 184 082	1 735 399	(288 922)	(1 533 565)	4 096 995
Imparidade de títulos	305 840	76 548	-	(61 711)	320 677
Imparidade de bens Arrematados	926 849	98 105	-		1 024 954
Devedores, Outras Aplicações	2 489	-	-	-	2 489
	5 419 461	1 910 052	(288 922)	(1 595 276)	5 445 115
Contingências fiscais	58 622	-	-	-	58 622
	5 478 438	1 910 052	(288 922)	(1 595 276)	5 503 737

A tabela acima representa os saldos de imparidade e contingências fiscais da empresa ao longo do ano de 2023. No final do ano, os saldos em imparidade totalizaram mCve 5.503.737, sendo que houve dotações de mCve 1.910.052, utilizações de mCve 288.922 e reposições de mCve 1.595.276. Os saldos específicos incluem:

Imparidade de crédito a clientes: o saldo inicial era de mCve 4.184.082, com dotações de mCve 1.735.399, utilizações de mCve 288.922, reposições de mCve 1.533.565, resultando em um saldo de mCve 4.096.995 ao final do ano.

Imparidade de bens arrematados: o saldo inicial era de mCve 926.849 e houve uma dotação de mCve 98.105, resultando em um saldo de mCve 1.024.954 no final do ano.

Devedores e outras aplicações: o saldo inicial era de mCve 2.489 e não houve movimentações, resultando em um saldo de mCve 2.489 ao final do ano.

Contingências fiscais: o saldo de contingências fiscais era de mCve 58 622 ao final do ano e diz respeito aos processos referente aos exercícios de 2010 e 2015 que continuam a aguardar a conclusão da REGC.

No geral, a Caixa manteve seus saldos de imparidade e contingências fiscais dentro de um controle adequado ao longo do ano de 2023.

	2022					
	Saldos em 31/12/2021	Dotações	Utilizações	Anulações e Reposições	Transfe-rências	Saldos em 31/12/2022
Imparidade						
Imparidade de crédito a clientes	4 283 418	2 864 488	(174 384)	(2 483 599)	-	4 489 923
Imparidade de bens Arrematados	804 639	53 041	(56 467)		125 636	926 849
Devedores, Outras Aplicações	2 489	-	-	-	-	2 489
	5 090 746	2 917 529	(230 851)	(2 483 599)	125 636	5 419 261
Contingências fiscais	66 000			(7 378)	-	58 622
	5 157 081	2 917 529	(238 229)	(2 483 599)	125 636	5 477 883

As provisões e as imparidades líquidas do exercício atingiram em 2023 e em 2022 os valores de mCve 314.776 e mCve 433.930, respetivamente. Houve um decréscimo de mCve 119.154 (27,5%) comparado ao ano de 2022.

19. OUTROS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2023	2022
Recursos:		
SPA - retenção na fonte impostos	97 439	67 134
Passivo de Locação (IFRS 16)	88 851	56 533
Outros	22 059	21 817
	208 349	145 484
Custos com pessoal:		
Férias e subsídio de férias	80 912	88 702
Prémio de produtividade	57 902	58 023
Subsídio de falha	15 933	12 322
Outros	718	1 364
	155 465	160 411
Outros custos administrativos:		
Encargos com ATM	11 160	3 618
Água, gás e eletricidade	10 860	11 412
Comunicações	29 926	52 147
SPA - retenção na fonte impostos	-	23 871
Outros	34 560	33 903
	86 506	124 951
Receitas com proveitos diferidos:		
De operações extrapatrimoniais	1 735	1 738
Outras contas de regularização	71 627	105 966
Outros Passivos	523 682	538 550

A rubrica "Outros Passivos" aumentou de mCve 538.550 em 2022 para mCve 593.229 em 2023, refletindo um aumento nas obrigações e compromissos da Instituição.

A Retenção na fonte de Impostos e SPA se destaca com o maior total dos compromissos adicionais entre os anos de 2022 (mCve 67.134) e de 2023 (mCve 97.439), com destaque para os Impostos sobre rendimentos de trabalhadores, Impostos sobre rendimentos de capitais, Impostos de selo sobre juros e comissões e Contribuições para segurança social.

O Passivo de Locação cresceu de mCve 56.533 para mCve 88.851 entre os anos de 2022 e 2023. Os valores dos passivos de locação são reconhecidos no âmbito da IFRS 16 desde 2019, e consideram os contratos de locação de bens imoveis (agências/edifícios centrais). Até 31 de dezembro de 2018, e de acordo com a IAS 17, todas locações dos imoveis eram reconhecidas diretamente nos resultados, através da rúbrica "Gastos Gerais Administrativos".
Houve uma redução geral nos custos com pessoal de cerca de mCve 4.946 de 2022 para 2023. Com destaque para rubrica de Subsídio de férias que reduziu de mCve 88.702 em 2022 para mCve 80.912 em 2023.
Em 2023 os Outros custos administrativos diminuíram para mCve 87.119, relativamente aos mCve 124.951 registados em 2022. Os encargos com comunicações diminuíram de forma substancial de mCve 52.147 em 2022 para mCve 29.926 em 2023. A rubrica Outros é composta essencialmente pelos encargos com Serviços especializados de Auditoria externa (mCve 19.088) e Serviços especializados de segurança (mCve 6.582).

20. CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital da Caixa encontra-se representado por 1.392.000 ações com um valor nominal de mil Escudos de Cabo Verde cada, integralmente subscritas e realizadas.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a estrutura acionista da Caixa é a seguinte:

	2023		2022	
Entidade	Número de acções	%	Número de acções	%
Instituto Nacional de Previdência Social	657 200	47,21%	657 200	47,2%
Estado de Cabo Verde	381 904	27,44%	381 904	27,4%
Correios de Cabo Verde	210 749	15,14%	210 749	15,14%
Outros subscritores e trabalhadores	142 147	10,21%	142 147	10,21%
	1 392 000	100,00%	1 392 000	100,00%

21. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E LUCRO DO EXERCÍCIO

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

Nos termos da legislação em vigor em Cabo Verde (Lei nº 3/V/96), um mínimo de 10% do resultado líquido anual deve ser destinado ao reforço da reserva legal. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da entidade, podendo ser utilizada para aumentar o capital ou para cobertura de prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas.

	2022	Incorporação Reservas	Dividendos	Resultado do Exercício	2023
Outras reservas e resultados transitados					
. Reserva legal	882 144	122 942			1 005 086
. Outras reservas	4 002 373	492 605			4 494 978
. Dividendos	-		(613 872)		-
Total	4 884 517	615 547			5 500 064
Lucro do exercício	1 229 419			1 503 179	1 503 179
	6 113 936	**615 547**	**(613 872)**	**1 503 179**	**7 003 243**

Na reunião da Assembleia Geral realizada em 26 de junho de 2023, foi deliberada a distribuição de resultado do ano 2022 de seguinte forma: incorporação em reserva legal mCve. 122.492, outras reservas no valor de mCve. 492.605 e dividendos no montante de mCve 613.872.

22. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2023	2022
Juros de crédito de clientes		
Crédito interno	2 948 983	3 018 746
Recuperação de juros anulados	98 528	93 603
Juros de outros créditos e valores a receber (titulados)		
Obrigações do Tesouro	508 955	513 741
Outros títulos de rendimento fixo	96 306	99 148
Juros de aplicações no Banco de Cabo Verde		
Títulos de regularização monetária	101	35
Títulos de intervenção monetária	14 800	6 790
Juros de aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	10 878	450
Juros de Ativos Financeiros - Títulos	43 120	44 601
Juros Mercado monetário interbancário	51 698	3 322
Comissões recebidas associadas ao custo amortizado	223 045	195 500
	3 996 414	3 975 935

Houve uma diminuição nos juros de crédito de clientes em 2023 em comparação com 2022, passando de mCve 3.018.746 para mCve 2.948.983. Os juros de outros créditos e valores a receber (titulados) diminuíram, de mCve 44.601 em 2022 para mCve 43.120 em 2023. Por outro lado, os juros de aplicações em instituições de crédito no estrangeiro tiveram um aumento significativo, passando de mCve 3.322 em 2022 para mCve 51.698 em 2023. No geral, os juros totais recebidos em 2023 foram de mCve 3.996.414, um aumento em relação aos mCve 3.975.935 recebidos em 2022. Este aumento é atribuído principalmente ao aumento dos juros de aplicações no exterior, dado o aumento das taxas de juro no mercado.

23. JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2023	2022
Depósitos de poupança		
Cadernetas	201 661	172 931
Depósitos à ordem		
De emigrantes	31 375	27 558
De residentes	-	193
Depósitos a prazo		
De emigrantes	256 841	255 005
De residentes	382 731	396 004
Empréstimos		
De residentes	5 339	6 132
Juros anulados de crédito de Clientes		
Crédito Interno	17 716	36 105
Juros por compromissos de locação (aplicação IFRS 16)	2 231	1 235
Outros	140	140
	898 034	895 302

Os depósitos de poupança em 2023 aumentaram para mCve 201.661 em comparação aos mCve 172. 931 em 2022. Os depósitos à ordem de emigrantes também aumentaram para mCve 31.375 em 2023 em comparação com mCve 27.558 em 2022, não se verificou depósitos à ordem de residentes em 2023, contra os mCve 193 em 2022.

Os depósitos a prazo de emigrantes também aumentaram ligeiramente para mCve 256.841 em 2023 em comparação com mCve 255.005 em 2022, enquanto os depósitos a prazo de residentes diminuíram para mCve 382.731 em 2023 em comparação com mCve 396.004 em 2022.

Os empréstimos de residentes diminuíram para mCve 5.339 em 2023 em comparação com mCve 6.132 em 2022.

Os juros anulados de crédito de clientes também diminuíram de mCve 36.105 em 2022 para mCve 17.716 em 2023.

Os juros por compromissos de locação (aplicação IFRS 16) foram de mCve 2.231 em 2023 e mCve 1.235 em 2022, e outros juros foram de mCve 140 em ambos os anos.

Em resumo, o total de depósitos, empréstimos e juros em 2023 foi ligeiramente maior em mCve 898.034 em comparação com mCve 895.302 em 2022.

24. RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2023	2022
Rendimentos de serviços e comissões:		
Comissões Western Union	53 360	55 515
Comissões sobre operações cambiais	100 112	88 832
Garantias e avales prestados	13 836	14 685
Comissões VISA	48 747	39 831
Comissões de manutenção de contas	20 807	14 306
Outros serviços bancários prestados	16 198	10 655
Outras comissões	32 600	31 608
	285 661	255 432
Encargos com serviços e comissões:		
Comissões sobre operações cambiais	(25 801)	(27 684)
Comissões VISA	(97 209)	(73 952)
Outras comissões e encargos	(50 554)	(45 599)
	(173 565)	(147 235)

Os Rendimentos de serviços e comissões, tiveram uma variação positiva em mCve 30.229 (11,8%), comparando os dois anos. Os rendimentos que tiveram maior contribuição para o aumento foram, as comissões sobre operações cambiais em mCve 11.281 812 (7%), Comissões VISA mCve 8.915 (22,4%), e Comissões de manutenção de contas com mCve 6.904 (45,4%).
Os Encargos com serviços e comissões, também tiveram um aumento de mCve 26.329 (18%) em relação ao ano de 2022. A variação deve-se essencialmente ao aumento das Comissões VISA em mCve 23.287 (31,4%) e outras comissões e encargos em 4.955 (10,9%).

25. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2023			2022		
	Lucros	Prejuízos	Líquido	Lucros	Prejuízos	Líquido
Resultados em divisas	152 411	75 735	76 676	151 482	106 525	44 957
Resultados em notas e moedas	113 264	94 750	18 514	166 567	117 025	49 543
	265 675	170 485	95 190	318 049	223 550	94 499

O resultado da reavaliação cambial resulta da atividade cambial diária, bem como da gestão da carteira de divisas da Caixa. Refere-se às operações básicas de compra/venda de notas estrangeiras, ordens de pagamento com o

exterior, e às operações de arbitragem em salas de mercado de bancos correspondentes no âmbito da gestão cambial. O segmento EUR/USD e USD/CVE é o mais ativo e com maior impacto no resultado cambial, seguido do EUR/CHF e EUR/GBP. A título de exemplo, ao longo do ano o USD oscilou entre 97 e 105 escudos o que exige uma gestão e acompanhamento criteriosos e cerrados, sob pena de realização de prejuízos avultados. De destacar que o apuramento do resultado cambial é feito diariamente com base no *fixing* diário publicado pelo Banco de Cabo Verde.

26. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica pode ser analisada como segue:

Resultados de alienação de outros ativos	**2023**
Ganhos e perdas na alienação de outros ativos tangíveis	271
	271

Em 2023, a rúbrica "Ganhos e perdas na alienação de outros ativos tangíveis" correspondem ao abate de equipamento informático, registado em ativo fixo tangível.

27. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2023	**2022**
Outros proveitos de exploração:		
Prestação de serviços		
Taxas de serviço	42 805	44 654
Cartões de crédito	1 200	13 506
Venda de cheques e cadernetas	5 383	5 697
Locação de imóveis (Nota 8)	33	32
Recuperação de créditos incobráveis	84 295	80 694
Outros proveitos de exploração	332 854	38 961
	466 570	183 544
Outros custos de exploração:		
Outros impostos	(51 295)	(48 316)
Donativos	(84)	(1 264)
Quotizações	(1 526)	(1 645)
Fundo Garantia Depósitos	(5 811)	(5 556)
Outros	(14 913)	(23 123)
	(73 629)	(79 904)
Outros Resultados de exploração	392 941	103 640

Os Outros Resultados de Exploração aumentaram entre os anos de 2022 e 2023, de mCve 103.640 para mCve 392.941, o que demostra um resultado geral positivo das operações comerciais após considerar os proveitos e custos adicionais.
Em 2023 os Outros Proveitos de Exploração tiveram uma variação positiva de mCve 283.026 em relação a 2022., variação justificada pela reestruturação do crédito da Decamaron que resultou num reconhecimento de juros que já se encontravam abatidos no montante de aproximadamente 287.473 mil CVE, para os quais foram registadas perdas por imparidade na rubrica de "Perdas por imparidade do exercício". A receita com cartões de crédito registou uma redução entre os anos de 2022 e 2023, de mCve 13.506 para mCve 1.200, com impacto significativo na variação total dos Outros Proveitos de Exploração.

Os proveitos com Recuperação de Créditos Incobráveis destacam-se com o maior total de proveitos entre os anos de 2022 (mCve 80.694) e 2023 (mCve 84.295), indicando uma tendência positiva e a importância desses proveitos nos Outros Resultados de Exploração. A rubrica outros também regista um peso significativo no total geral dos Outros Proveitos de Exploração, cerca de mCve 45.652 (25,45%), com destaque para os proveitos por prestação de serviços sobre utilização de cartões e por emissão de extratos bancários.

Quanto aos Outros Custos de Exploração, entre 2022 e 2023 diminuíram de mCve 79.904 para mCve 73.629, menos mCve 6.275. Os custos com Outros Impostos representam o maior peso no total dos Outros Custos de Exploração, mCve 48.316 em 2022 e mCve 51.295 em 2023, com pesos percentuais de 60,47% e 69.67% respetivamente.
A rubrica de Outros registou uma diminuição entre 2022 e 2023, tendo diminuido em mCve 8.210, de mCve 23.123 para mCve 14.913.

28. CUSTOS COM PESSOAL

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2023	2022
Remunerações de empregados	715 937	696 371
Remunerações dos órgãos de gestão e fiscalização	24 472	26 354
Encargos sociais		
Previdência social	113 978	109 657
Despesas médicas	7 261	7 174
Outros	13 250	10 975
Prémios de produtividade (Nota 18)	57 902	58 023
Outros	2 681	4 641
	935 480	**913 195**

As remunerações de empregados em 2023 foram de mCve 715.937, enquanto em 2022 foram de mCve 696.371, refletindo um aumento de mCve 19.566 (2,8%). As remunerações dos órgãos de gestão e fiscalização em 2023 foram de mCve 24.472, e em 2022 foram de mCve 26.354, com uma ligeira redução de 1.881 (7,1%) Os encargos sociais, incluindo previdência social, despesas médicas e outros, totalizaram mCve 134.489 em 2023 e mCve 127.806 em 2022. Os prêmios de produtividade foram de mCve 57.902 em 2023 e mCve 58.023 em 2022. Outros gastos totalizaram mCve 2.681 em 2023 e mCve 4.641 em 2022.

Em resumo, o montante total de despesas com remunerações e encargos sociais em 2023 foi de mCve 935.480, enquanto em 2022 foi de mCve 913.195, com uma variação positiva de 22.285 (2,4%).

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Caixa dispunha do seguinte quadro de colaboradores:

	2023	2022
Administradores executivos	3	3
Direção Geral e Coordenação	31	33
Gerência e chefias	34	34
Técnicos	157	152
Administrativos	101	109
Apoio Geral e auxiliar	51	55
	377	386

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os números apresentados acima incluem 30 e 27 colaboradores, com contrato de trabalho a termo certo respetivamente, e 1 administrador em comissão de serviço.
A redução de 9 técnicos em 2023 é devido a saídas por reformas (velhice e invalidez), despedimento por justa causa e motivos pessoais

29. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2023	2022
Serviços especializados	200 440	201 933
Encargos com ATM	135 535	135 224
Água, gás e electricidade	53 158	48 280
Publicidade	37 601	20 298
Comunicações	33 026	40 012
Deslocações, estadas e representação	20 353	17 742
Material de consumo corrente	39 554	38 711
Seguros	24 052	26 857
Conservação e reparação	22 365	19 821
Rendas e alugueres	393	87
Combustíveis	11 364	13 047
Transportes	950	442
Encargos com formação do pessoal	7 875	4 608
Material informático	1 711	812
Contencioso e notariado	747	3 119
Outros	6 437	8 107
	595 563	**579 100**

O total de despesas com Gastos Gerais Administrativos em 2023 foi de mCve 595.563, enquanto em 2022 foi de mCve 579.100, refletindo um aumento na ordem dos mCve 16.464 (2,84%). As despesas com publicidade foram maiores em 2023 em comparação com 2022, assim como os encargos com ATM. As despesas com água, gás e eletricidade, deslocações, estadas e representação, material de consumo corrente, Conservação e reparação, também aumentaram de um ano para o outro. No entanto, outras despesas como seguros, combustíveis e apresentaram uma diminuição de 2022 para 2023. As despesas com rendas e alugueres, encargos com formação do pessoal, material informático, tiveram uma variação positiva, enquanto as despesas com contencioso e notariado e outras despesas também variaram negativamente de um ano para o outro.

30. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os passivos contingentes associados à atividade bancária encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	2023	2022
Passivos eventuais		
Garantias e avales prestados	499 900	560 156
	499 900	560 156
Depósito e guarda de valores	57 187 999	54 766 457
Credito gerido p/conta terceiros	799 953	759 110
	57 987 952	**55 525 567**

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica "Depósitos e guarda de valores" corresponde a títulos depositados na Caixa pelos clientes.

Na sequência da Resolução do Novo Banco e da passagem de ativos financeiros deste para o INPS e BCV, a Caixa assinou com estas duas instituições acordos de cessão e gestão das respetivas carteiras de crédito, nomeadamente:

Com o INPS – Contrato de 06/07/2017 entre Novo Banco, INPS e Caixa, de cessão à Caixa para efeitos de gestão de carteira de crédito proveniente do Novo Banco, cujo saldo em 31/12/2021 era de 469.672 mCve.

Com o BCV – Contrato de 26/09/2017 entre o BCV e Caixa, onde a Caixa adquire para efeitos de gestão uma carteira de crédito, cujo saldo em 31/12/2021 era de 29.811 mCve.

No âmbito desses acordos, as aquisições da Caixa consistem mais concretamente na recuperação das carteiras, ou seja, na gestão e cobrança das prestações, devendo para o efeito desenvolver todas as diligências de forma criteriosa que caracteriza a atividade de acompanhamento, cobrança e recuperação, típicas dos bancos, no âmbito da sua atividade creditícia.

Em compensação à Caixa pelos serviços prestados, ambos os contratos preveem um s*uccess fee* mensal de 20% sobre os juros cobrados, bem como uma comissão anual de gestão de 2% do valor de capital em dívida apurado a 31/12 do ano anterior, sendo que o total dos valores recebidos pela Caixa, (juros mensais + comissão anual de gestão) não deverá ultrapassar 50% do total dos juros efetivamente cobrados no ano em questão.

31. RELATO POR SEGMENTOS

Para finalidade de gestão, a Caixa está organizada em dois segmentos, designados de "Negociação e Vendas" e "Banca Comercial".

O segmento de Negociação e Vendas está relacionado com a gestão de tesouraria, gestão de carteira de títulos e outras operações de mercados. No segmento de Banca Comercial, destaca-se a atividade de crédito e depósitos, de prestações de serviços a clientes e outros.

Em 31 de dezembro de 2023, a informação relativa aos segmentos operacionais utilizada da Caixa pode ser resumida da seguinte forma:

	2023		
	Negociação e Vendas	Banca Comercial	Negociação Total
Juros e rendimentos similares	725 858	3 270 556	3 996 414
Juros e encargos similares		(898 034)	(898 034)
MARGEM FINANCEIRA	725 858	2 372 522	3 098 380
Rendimentos com serviços e comissões		285 661	285 661
Encargos com serviços e comissões		(173 565)	(173 565)
Resultados de reavaliação cambial		95 190	95 190
Resultados de alienação de outros activos	(271)		(271)
Outros resultados de exploração	393 212		393 212
PRODUTO BANCÁRIO	1 118 799	2 579 808	3 698 607
Provisões e imparidade líquida de reversões e recuperações			(314 776)
	1 118 799	2 579 808	3 383 832
Outros custos e proveitos			(1 600 469)
Resultado após impostos			**1 783 363**
Caixa e Disponibilidades em bancos centrais		7 890 662	7 890 662
Disponibilidades em outras instituições de Crédito		2 944 196	2 944 196
Activos Financeiros disponiveis para Venda	3 823		3 823
Aplicações em Instituições de Crédito	70 243	18 134 579	18 204 821
Crédito a Clientes	18 240 860	40 351 454	58 592 314
Recursos de Outras Instituições de Crédito		277 291	277 291
Recursos de Clientes e outros empréstimos	334 986	81 547 112	81 882 098

Em 31 de dezembro de 2022, a informação relativa aos segmentos operacionais utilizada da Caixa pode ser resumida da seguinte forma:

	2022		
	Negociação e Vendas	Banca Comercial	Negociação Total
Juros e rendimentos similares	863 586	3 112 349	3 975 935
Juros e encargos similares		(895 302)	(895 302)
MARGEM FINANCEIRA	863 586	2 217 047	3 080 633
Rendimentos com serviços e comissões		255 432	255 432
Encargos com serviços e comissões		(147 235)	(147 235)
Resultados de reavaliação cambial		94 499	94 499
Resultados de alienação de outros ativos	36 078		36 078
Outros resultados de exploração	103 640		103 640
PRODUTO BANCÁRIO	1 003 304	2 419 743	3 423 047
Provisões e imparidade líquida de reversões e recuperações			(404 687)
	1 003 304	2 419 743	3 018 360
Outros custos e proveitos			(1 788 941)
Resultado após impostos			**1 229 419**
Caixa e Disponibilidades em bancos centrais		8 639 868	8 639 868
Disponibilidades em outras instituições de Crédito		3 434 505	3 434 505
Ativos Financeiros disponíveis para Venda	3 823		3 823
Aplicações em Instituições de Crédito	52 646	12 047 773	12 100 418
Crédito a Clientes	17 536 501	39 323 316	56 859 817
Recursos de Outras Instituições de Crédito		255 114	255 114
Recursos de Clientes e outros empréstimos	250 664	75 924 790	76 175 454

A totalidade da atividade da Caixa é desenvolvida na República de Cabo Verde.

32. ENTIDADES RELACIONADAS

São consideradas entidades relacionadas da Caixa os seus acionistas, empresas associadas e os órgãos sociais. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as demonstrações financeiras da Caixa incluem os seguintes saldos e transações com entidades relacionadas, excluindo os órgãos de gestão:

	2023			
	Accionistas			
	Estado de Cabo Verde	Instituto Nacional de Previdência Social	CORREIOS CV	Associadas
Activos:				
Aplicações em instituições de crédito	18 141 000			
Crédito a clientes	16 462 204		36 772	65 498
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos				167 308
Imparidade				37 413
Outros activos	528 312			
Passivos:				
Recursos de outras instituições de crédito	183 765			120 411
Recursos de clientes e outros empréstimos		21 164 160	79 507	
Extrapatrimoniais:				
Garantias recebidas				
Proveitos:				
Juros e rendimentos similares	688 300			
Custos:				
Juros e encargos similares	2 373	5 339		

	2022			
		Accionistas		
	Estado de Cabo Verde	Instituto Nacional de Previdência Social	CORREIOS CV	Associadas
Activos:				
Aplicações em instituições de crédito	12 050 000			
Crédito a clientes	15 265 115			68 735
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos				139 030
Imparidade				2 881
Outros activos	602 711			
Passivos:				
Recursos de outras instituições de crédito	184 588			74 433
Recursos de clientes e outros empréstimos		18 288 496	93 332	
Extrapatrimoniais:				
Garantias recebidas				
Proveitos:				
Juros e rendimentos similares	623 388			
Custos:				
Juros e encargos similares	2 558	6 132		

Órgãos Sociais

Em 31-12-2023, foi concedido crédito aos Membros do Conselho de Administração no valor de 200 Mcve, enquanto que em 2022 não foram concedidos créditos aos Membros do Conselho de Administração.

33. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à atividade da Caixa Económica de Cabo Verde

A Caixa Económica de Cabo Verde está sujeita a riscos diversos no âmbito do desenvolvimento da sua atividade. A gestão de riscos apoia na constante identificação e análise da exposição aos diferentes riscos, tais como o risco de mercado, risco de liquidez, risco de crédito, risco operacional, e na adoção da estratégia de controlo, dentro dos parâmetros previamente definidos.

A gestão é complementada pela análise *a posteriori* dos indicadores de performance.

Risco cambial

O risco cambial é calculado sobre a posição global em divisas da instituição, determinada conforme definido no Aviso nº 3/2000, do Banco de Cabo Verde e respetivas instruções técnicas. Considerando o acordo juridicamente vinculativo que estabelece a paridade do escudo cabo-verdiano com o euro, a posição em euros não é computada para o efeito do cálculo do total das posições abertas longas e curtas.

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade de ocorrência de incapacidade de cumprir com as obrigações e compromissos financeiros assumidos bem como de obter recursos e fazer aplicações a taxas e prazos apropriados.

A avaliação do risco na Caixa é feita tendo em consideração os indicadores estabelecidos pela entidade de supervisão e pelo Conselho de Administração e consiste no respeito permanente do rácio de cobertura das responsabilidades.

O acompanhamento nos diferentes prazos é feito com base nas projeções de entradas e saídas de fundos, permitindo a gestão eficiente das necessidades.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros apresentam a seguinte composição:

	2023						
	Até 1 mês	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Activo:							
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	7 890 662						7 890 662
Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito	2 944 196						2 944 196
Aplicações em Instituições de crédito	15 300 000	1 212 440	1 698 803			-6 421	18 204 821
Crédito a Clientes	1 872 765	1 017 617	3 193 854	16 098 175	37 204 282	3 623 295	63 009 987
	28 007 622	**2 230 056**	**4 892 657**	**16 098 175**	**37 204 282**	**3 616 874**	**92 049 666**
Passivo:							
Recursos de Bancos Centrais	0	0	0	0	0	0	0
Recursos de outras instituições de crédito	-122 643	0	-151 825	0	0	-2 823	-277 291
Recursos de Clientes e outros empréstimos	-47 816 642	-6 106 625	-20 454 456	-6 875 981	-238 150	-390 243	-81 882 098
	-47 939 285	**-6 106 625**	**-20 606 281**	**-6 875 981**	**-238 150**	**-393 066**	**-82 159 388**
Gap de Liquidez	**-19 931 663**	**-3 876 568**	**-15 713 624**	**9 222 194**	**36 966 132**	**3 223 807**	**9 890 278**

	2022						
	Até 1 mês	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Activo:							
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	8 639 868	0	0	0	0	0	8 639 868
Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito	3 434 505	0	0	0	0	0	3 434 505
Aplicações em Instituições de crédito	9 400 000	1 097 464	1 605 182	0	0	-1 962	12 100 684
Crédito a Clientes	2 993 285	1 606 694	4 829 481	19 425 607	28 753 149	3 741 524	61 349 740
	24 467 659	**2 704 158**	**6 434 663**	**19 425 607**	**28 753 149**	**3 739 562**	**85 524 797**
Passivo:							
Recursos de Bancos Centrais	0	0	0	0	0	0	0
Recursos de outras instituições de crédito	-100 466	-151 825	0	0	0	-2 822	-255 114
Recursos de Clientes e outros empréstimos	-42 467 701	-5 743 383	-22 343 981	-5 112 508	-133 333	-374 548	-76 175 454
	-42 568 167	**-5 895 208**	**-22 343 981**	**-5 112 508**	**-133 333**	**-377 370**	**-76 430 568**
Gap de Liquidez	**-18 100 509**	**-3 191 050**	**-15 909 318**	**14 313 099**	**28 619 816**	**3 362 191**	**9 094 229**

Apesar do GAP de liquidez a curto prazo apresentar-se negativo, isso não será um problema, uma vez que os recursos de clientes são estáveis e com um histórico de pouca volatilidade ao longos dos anos. Existe liquidez no mercado e grande percentagem dos depósitos são de entidades, que demonstram interesse na capitalização dos seus recursos.

Os prazos apresentados são contratuais, mas na realidade os Depósitos à ordem incluídos na rubrica Recursos de clientes e outros empréstimos apresentam um caráter de estabilidade e prazos mais alargados, permitindo à Caixa cumprir os rácios de liquidez exigidos pelo Banco de Cabo Verde.
A coluna "Indeterminado" inclui juros a receber e a pagar e valores já recebidos ou pagos que estão a ser diferidos e o crédito vencido.

Risco de taxa de juro

A gestão do risco de taxa de juro visa proteger o valor patrimonial, assim como a otimizar a margem financeira da Caixa.

A Caixa assume o risco de taxa de juro sempre que nas operações contratadas existem fluxos financeiros futuros sensíveis a variações de taxas de juro.

A metodologia adotada para a medição deste risco consiste no agrupamento dos ativos e passivos sensíveis em intervalos de tempo, de acordo com as respetivas datas de revisão de taxas de juro. São calculados, em cada intervalo, os cash flows ativos e passivos assim como o correspondente gap de risco de taxa de juro.

Risco de mercado

O risco de mercado é definido como o risco de perda nas contas extrapatrimoniais em decorrência de uma variação nos preços do mercado, como os instrumentos relativos a riscos de taxas de câmbio em todos os elementos patrimoniais e extrapatrimoniais e instrumentos relativos a riscos de taxas de juro que compõem a carteira de negociação.

O risco de taxas de câmbio é calculado sobre a posição global em divisas em conformidade com a Lei nº 3/V/96 de 1 de julho e com o Decreto-Lei nº 12/2005 de 7 de fevereiro.

O valor dos fundos próprios mínimos afetos a cobertura do risco de mercado relativo a taxas de câmbio é de 10% da posição global em divisas.

Risco de crédito

O risco de crédito traduz a possibilidade de ocorrências de perdas caso a contraparte ou seu garante não consiga cumprir com as suas obrigações financeiras, nomeadamente o reembolso do empréstimo.

A Caixa aplica uma estratégia de gestão de risco que se apoia em normas e procedimentos e numa política de provisionamento tendo por base a análise coletiva e individual dos créditos. Para o efeito são definidos os conceitos, princípios e regras a serem observadas durante a vida do crédito, incluindo na fase de recuperação. A avaliação de risco das operações ativas e extrapatrimoniais está suportada na análise da qualidade de operação proposta, nomeadamente da sua finalidade, prazo, garantia, entre outros. São ainda considerados na avaliação específica do risco a concentração da exposição, os limites aos grandes riscos na perspetiva prudencial.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o valor de balanço bruto de crédito concedido a clientes, excluindo "Outros créditos e valores a receber titulados", juros corridos ou garantias prestadas e créditos documentários a empresas, apresentava a seguinte decomposição:

	2023	2022
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	7 890 662	8 639 869
Disponibilidades em outras instit.de crédito	2 944 196	3 434 505
Out. ativos financeiros ao justo valor/resultados	0	0
Aplicações em Instituições de crédito	18 204 821	12 100 684
Crédito a Clientes (Líquido de Imparidade e Provisões)	58 592 315	56 859 817
	87 631 994	**81 034 875**
Outros Compromissos:		
Garantias e avales (líquido de provisões)	499 900	560 156
Créditos documentários abertos	0	0
Crédito Gerido por Conta de Terceiros	799 953	759 110
	1 299 854	**1 319 266**
Exposição Máxima a Risco de Crédito	**88 931 848**	**82 354 141**

A 31 de dezembro de 2023 e 2022, o crédito concedido a clientes por stage apresenta-se como segue:

	31-12-2023			
	Créditos Staging 1	**Créditos Staging 2**	**Créditos Staging 3**	**Total Crédito**
Retalho				
Particulares - Habitação				
Vincendo	13 104 677 387	1 208 954 538	1 347 422 105	15 661 054 030
Vencido*	3 879 671	4 165 829	478 796 478	486 841 978
	13 108 557 058	1 213 120 367	1 826 218 583	**16 147 896 008**
Particulares - Consumo_Rendas				
Vincendo	4 194 743 714	729 034 823	333 165 174	5 256 943 711
Vencido*	3 201 684	6 847 814	97 638 495	107 687 993
	4 197 945 398	735 882 637	430 803 669	**5 364 631 704**
Particulares - Revolving				
Vincendo	295 504 000	23 941 114	7 104 939	326 550 053
Vencido*	746 275	2 351 222	38 782 975	41 880 472
	296 250 275	26 292 336	45 887 914	**368 430 525**
Corporate |Empresas				
Empresas				
Vincendo	7 869 944 322	1 630 082 141	7 415 818 316	16 915 844 779
Vencido*	781 140	4 408 318	682 021 125	687 210 583
	7 870 725 462	1 634 490 459	8 097 839 441	**17 603 055 362**
Produtores Individuais				
Vincendo	162 977 457	256 525 803	137 447 602	556 950 862
Vencido*	250 191	1 541 558	35 883 897	37 675 646
	163 227 648	258 067 361	173 331 499	**594 626 508**
Instituições_Financeiras				
Vincendo	116 522	0	0	116 522
Vencido*	0	0	0	0
	116 522	0	0	**116 522**
Sector_Público				
Vincendo	4 591 226 647	0	0	4 591 226 647
Vencido*	49 756 686	0	0	49 756 686
	4 640 983 333	0	0	**4 640 983 333**
	0	0	0	**0**
Despesas Credito Vencido				
Vincendo	0	0	0	0
Vencido*	0	880 837	50 231 015	51 111 852
	0	880 837	50 231 015	**51 111 852**
Total crédito vincendo	30 219 190 049	3 848 538 419	9 240 958 136	43 308 686 604
Total crédito vencido	58 615 647	20 195 578	1 383 353 985	1 462 165 210
Total de crédito	30 277 805 696	3 868 733 997	10 624 312 121	**44 770 851 814**

* - Capital e juros com atraso igual ou superior a 1 dia

	31-12-2022			
	Créditos Staging 1	**Créditos Staging 2**	**Créditos Staging 3**	**Total Crédito**
Particulares - Habitação				
Vincendo	11 779 598 429	1 498 317 868	1 602 009 749	14 879 926 046
Vencido*	2 976 166	7 565 884	476 806 536	487 348 586
	11 782 574 595	1 505 883 752	2 078 816 285	**15 367 274 632**
Particulares - Consumo_Rendas				
Vincendo	4 217 616 461	826 262 355	380 782 630	5 424 661 446
Vencido*	2 851 765	6 908 113	103 632 123	113 392 001
	4 220 468 226	833 170 468	484 414 753	**5 538 053 447**
Particulares - Revolving				
Vincendo	258 371 919	27 345 470	7 239 465	292 956 854
Vencido*	2 171 775	3 407 609	152 626 004	158 205 388
	260 543 694	30 753 079	159 865 469	**451 162 242**
Empresas				
Vincendo	8 414 685 715	3 473 945 843	4 982 711 658	16 871 343 216
Vencido*	2 620 316	8 728 050	552 262 247	563 610 613
	8 417 306 031	3 482 673 893	5 534 973 905	**17 434 953 829**
Produtores Individuais				
Vincendo	141 105 834	374 017 562	113 549 737	628 673 133
Vencido*	340 965	3 100 439	48 390 615	51 832 019
	141 446 799	377 118 001	161 940 352	**680 505 152**
Instituições_Financeiras				
Vincendo	194 813	0	0	194 813
Vencido*	0	0	0	0
	194 813	0	0	**194 813**
Sector_Público				
Vincendo	4 460 468 198	0	0	4 460 468 198
Vencido*	3 143 029	0	0	3 143 029
	4 463 611 227	0	0	**4 463 611 227**
Despesas Credito Vencido				
Vincendo	0	0	0	0
Vencido*	0	1 131 307	46 020 705	47 152 012
	0	1 131 307	46 020 705	**47 152 012**
Total crédito vincendo	29 272 041 369	6 199 889 098	7 086 293 239	42 558 223 706
Total crédito vencido	14 104 017	30 841 401	1 379 738 230	1 424 683 648
Total de crédito	29 286 145 386	6 230 730 499	8 466 031 469	**43 982 907 354**

*- Capital e juros com atraso igual ou superior a 1 dia

A Caixa ao adotar a IFRS 9 define que os ativos financeiros sujeitos à imparidade sejam classificados por diferentes stages consoante a evolução do seu risco de crédito desde a data de reconhecimento inicial e não em função do risco de crédito à data de reporte. Assim sendo:

- Stage 1, agrega os ativos financeiros que são classificados em stage 1 sempre que não se verifique um aumento significativo do risco de crédito desde a data do seu reconhecimento inicial. Para estes ativos é reconhecida a perda esperada de imparidade de crédito resultante de eventos de incumprimento a ocorrer durante os 12 meses posteriores à data de reporte;
- Stage 2: incorpora os ativos financeiros em que se tenha verificado um aumento significativo do risco de crédito desde a data do seu reconhecimento inicial. Para estes ativos financeiros são reconhecidas perdas esperadas de imparidade de crédito ao longo da vida dos ativos ("lifetime");
- Stage 3: os ativos classificados neste stage 3 apresentam na data de reporte evidência objetiva de imparidade, em resultado de um ou mais eventos já ocorridos que resultem numa perda. Neste caso, a perda esperada de imparidade de crédito é reconhecida em resultados do exercício durante a vida residual expetável dos ativos financeiros.

Os indicadores de qualidade do crédito em 31 de dezembro de 2023 e 2022 calculados de acordo com os critérios definidos na Circular Série A, n.º 199 de 01 de janeiro de 2019, com referência a 31-12-2019, emitida pelo Banco Central de Cabo Verde, são apresentados da seguinte forma:

	2023	**2022**
Crédito em incumprimento/crédito total	5,39%	5,52%
Crédito em incumprimento líquido/crédito total líquido	-1,61%	-1,79%

Justo valor

No quadro seguinte é apresentada a comparação entre o justo valor e o valor de balanço dos principais ativos e passivos financeiros mantidos ao custo amortizado em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	2023				
	Saldos Analisados			**Saldos Não Analisados**	
	Valor de Balanço	Justo Valor	Diferença	Valor de Balanço	Valor de Balanço Total
Ativo:					
Caixa e Disponibilidades e Bancos Centrais	7 890 662	7 890 662	0	0	7 890 662
Disponibilidades em outras instituições de crédito	2 944 196	2 944 196	0	0	2 944 196
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	3 823	3 823	0	0	3 823
Aplicações em Instituições de Crédito	18 204 821	18 204 821	0	0	18 204 821
Crédito a Clientes	58 592 315	54 726 698	-3 865 880	4 417 672	63 009 987
	87 635 816	**83 770 199**	**-3 865 618**	**4 417 672**	**92 053 488**
Passivo:					
Recursos de Bancos Centrais	0	0	0	0	0
Recursos de Outras instituições de crédito	-277 291	-277 332	-42	0	-277 291
Recursos de clientes e outros empréstimos	-81 882 098	-82 258 448	-376 350	0	-81 882 098
	-82 159 388	**-82 535 781**	**-376 392**		**-82 159 388**

	2022				
	Saldos Analisados			Saldos Não Analisados	
	Valor de Balanço	Justo Valor	Diferença	Valor de Balanço	Valor de Balanço Total
Ativo:					
Caixa e Disponibilidades e Bancos Centrais	8 639 868	8 639 868	0	0	8 639 868
Disponibilidades em outras instituições de crédito	3 434 505	3 434 505	0	0	3 434 505
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	3 823	3 823	0	0	3 823
Aplicações em Instituições de Crédito	12 100 684	12 100 684	0	0	12 100 684
Crédito a Clientes	56 859 817	52 695 346	-4 164 471	4 489 923	61 349 740
	81 038 697	**76 874 226**	**-4 164 471**	**4 489 923**	**85 528 620**
Passivo:					
Recursos de Bancos Centrais			0	0	0
Recursos de Outras instituições de crédito	-255 114	-255 114	0	0	-255 114
Recursos de clientes e outros empréstimos	-76 175 454	-76 805 005	-629 551	0	-76 175 454
	-76 430 568	**-77 060 119**	**-629 551**		**-76 430 568**

No apuramento do justo valor, foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Relativamente aos saldos à vista e às aplicações em instituições de crédito, de curto prazo, o valor de balanço corresponde ao justo valor;

- Relativamente aos ativos financeiros disponíveis para venda:

  - As obrigações de dívida pública portuguesa foram registadas ao custo histórico, encontrando-se registada imparidade no valor total da aplicação, mCve. 200, para reduzir o valor de balanço ao seu valor estimado de realização.

  - A participação no Fundo G.A.R.I, face ao seu reduzido valor de balanço, foi registada ao custo histórico.

- O justo valor dos restantes instrumentos foi determinado pela Caixa com base em modelos de fluxos de caixa descontados, tendo em consideração as condições contratuais das operações e utilizando taxas de juro apropriadas face ao tipo de instrumento e taxas praticadas em instrumentos semelhantes emitidos ou contratados perto do final do exercício.

- A coluna "Saldos não analisados" inclui essencialmente o crédito vencido de créditos e títulos.

Análise de sensibilidade – Taxa de juro

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o impacto no justo valor dos instrumentos financeiros sensíveis a risco de taxa de juro, excluindo instrumentos financeiros derivados, de deslocações paralelas na curva de taxas de juro de referência de 50, 100 e 200 "basis points"(bps), respetivamente, pode ser demonstrado pelos seguintes quadros:

	2023					
	-200bp	**-100bp**	**-50bp**	**+50bp**	**+100bp**	**+200bp**
Ativo	1 230 127	602 381	309 432	-238 758	-495 476	-977 452
Total	**1 230 127**	**602 381**	**309 432**	**-238 758**	**-495 476**	**-977 452**
Passivo	578	1 262	1 604	2 289	2 631	3 315
Total	**578**	**1 262**	**1 604**	**2 289**	**2 631**	**3 315**
Total Ganho/Perda	**1 229 549**	**601 118**	**307 828**	**-241 047**	**-498 107**	**-980 767**

	2022					
	-200bp	**-100bp**	**-50bp**	**+50bp**	**+100bp**	**+200bp**
Ativo	1 284 594	629 806	323 659	-250 244	-519 467	-1 025 736
Total	**1 284 594**	**629 806**	**323 659**	**-250 244**	**-519 467**	**-1 025 736**
Passivo	-6 254	-118	-461	-1 147	-1 490	-2 176
Total	**-6 254**	**-118**	**-461**	**-1 147**	**-1 490**	**-2 176**
Total Ganho/Perda	**1 290 848**	**629 923**	**324 120**	**-249 097**	**-517 977**	**-1 023 560**

No quadro seguinte é apresentado o efeito na margem financeira projetada para os exercícios de 2023 e 2022, respetivamente, de uma deslocação paralela das curvas de taxas de juro de 50, 100 e 200 bps que indexam os instrumentos financeiros sensíveis a variações na taxa de juro:

	PROJECÇÃO MARGEM FINANCEIRA					
	2023					
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Exercício 2022	-12 604,54	-6 302,27	-3 151,14	3 151,14	6 302,27	12 604,54
Exercício 2023	-26 598,98	-14 272,77	-8 109,66	4 216,55	10 379,65	22 705,86

No apuramento dos impactos apresentados no quadro acima, foi considerado que os ativos e passivos sensíveis a taxa de juro em balanço nas datas de referência do cálculo se manteriam estáveis ao longo dos exercícios de 2023 e 2022, respetivamente, procedendo-se à sua renovação, sempre que aplicável, considerando as condições de mercado vigentes nas referidas datas de renovação e o "*spread*" médio das operações vivas em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Esses impactos correspondem exclusivamente a obrigações *corporate* detidas pela Caixa.

De referir que a informação contida nos quadros anteriores diz respeito a um cenário estático, não tendo em consideração alterações na estratégia e políticas de gestão do risco de taxa de juro que a Caixa possa adotar em consequência de variações nas taxas de juro de referência. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o crédito a clientes foi maioritariamente concedido a taxa fixa, o qual ascendia a mCve 49.821.829 e a mCve. 47.047.763, respetivamente.

Decomposição de instrumentos financeiros por moeda

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os instrumentos financeiros apresentam a seguinte decomposição por moeda:

	2023				
	Moeda				
	CVE	Euros	Dolar USD	Outras	Total
Ativo:					
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	6 313 156	1 330 117	187 059	60 330	7 890 662
Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito	85 467	2 070 700	705 898	82 131	2 944 196
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	0	3 823	0	0	3 823
Aplicações em Instituições de Crédito	18 134 579	0	70 243	0	18 204 821
Crédito a Clientes (Saldo Bruto)	58 592 312	3	0	0	58 592 315
Outros Ativos (valor Líquido)	1 415 584	18 012	316	0	1 433 912
	84 541 097	**3 422 653**	**963 517**	**142 462**	**89 069 729**
Passivo					
Recursos de Outras Instituições de crédito	-274 623	-1 868	-800	0	-277 291
Recursos de Clientes e outros empréstimos	-79 826 355	-1 110 951	-930 165	-14 627	-81 882 098
Outros Passivos	1 873 009	-2 306 011	-32 552	-127 835	-593 390
Outras reservas e resultados transitados	-5 496 242	-3 823	0	0	-5 500 064
	-83 724 211	**-3 422 653**	**-963 517**	**-142 462**	**-88 252 843**
Exposição Líquida	**816 887**	**-**	**-**	**-**	**816 886**

	2022				
	Moeda				
	CVE	Euros	Dólar USD	Outras	Total
Ativo:					
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	7 192 412	1 165 711	239 670	42 075	8 639 868
Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito	103 281	3 055 361	187 515	88 348	3 434 505
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	-	3 823	-	-	3 823
Aplicações em Instituições de Crédito	12 048 038	-	52 646	-	12 100 684
Crédito a Clientes (Saldo Bruto)	61 349 665	3	71	-	61 349 740
Outros Ativos (valor Líquido)	1 508 654	2 967	2 403	-	1 514 024
	82 202 050	**4 227 866**	**482 304**	**130 424**	**87 042 643**
Passivo					
Recursos de Outras Instituições de crédito	-252 410	-1 868	-836	-	-255 114
Recursos de Clientes e outros empréstimos	-74 726 685	-1 026 732	-407 493	-14 544	-76 175 454
Outros Passivos	2 846 530	-3 195 443	-73 975	-115 880	-538 767
Outras reservas e resultados transitados	-4 880 695	-3 823	-	-	-4 884 518
	-77 013 260	**-4 227 866**	**-482 304**	**-130 424**	**-81 853 853**
Exposição Líquida	**5 188 790**	**-**	**-**	**-**	**5 188 791**

34. GESTÃO DE CAPITAL

Em conformidade com as regras prudenciais, a Caixa está sujeita ao cumprimento do rácio de solvabilidade, dos rácios de liquidez, a divisão de riscos e do equilíbrio do balanço.

A gestão dos Fundos Próprios da Caixa é conduzida de forma a respeitar os níveis de Fundos Próprios prudenciais nos termos do Aviso nº 3/2007 de 19 de novembro do Banco de Cabo Verde "Fundos Próprios das Instituições de Crédito, Instituições Parabancárias e Instituições Financeiras Internacionais", a fim de dar cobertura aos riscos ponderados de crédito, aos riscos operacionais e aos riscos de mercado.

O Aviso nº 3/2007 do Banco de Cabo Verde define as exigências de Fundos Próprios aplicáveis às Instituições de Crédito e as modalidades do cálculo do rácio de solvabilidade.

Os Fundos Próprios encontram-se divididos em duas categorias:

- Os Fundos Próprios de base determinados a partir dos capitais próprios deduzidos dos ganhos e perdas latentes; e

- Os Fundos próprios complementares que são limitados a 100% do montante dos fundos próprios de base e compostos principalmente por empréstimos subordinados.

As deduções relativas às participações em outras instituições de crédito diminuem o total dos fundos próprios.

Em aplicação da regulamentação, a Caixa deve respeitar em permanência um rácio de solvabilidade de 10%.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Caixa cumpriu as exigências regulamentares, tal como segue:

	Fundos próprios	Solvabilidade	Limite imobilizações
2023	7 824 739	24,63%	362,79%
2022	7 025 833	23,28%	336,57%

35. Normas, interpretações, emendas e revisões que entraram em vigor no exercício

IFRS 17 – Contratos de Seguro

A IFRS 17 substitui a IFRS 4 e aplica-se a todos os contratos de seguro (i.e., vida, não vida, seguros diretos e resseguros), independentemente do tipo de entidades que os emite, bem como a algumas garantias e a alguns instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Em termos gerais, IFRS 17 fornece um modelo contabilístico para os contratos de seguro de maior utilidade e mais consistente para os emitentes. Contrastando com os requisitos da IFRS 4, que são baseadas em políticas contabilísticas locais adotadas anteriormente, a IFRS 17 fornece um modelo integral para contratos de seguro, cobrindo todos os aspetos contabilísticos relevantes.

Alterações à IFRS 17 – Contratos de seguro – Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 – Informação comparativa

Esta alteração à IFRS 17 refere-se à apresentação de informação comparativa de ativos financeiros na aplicação inicial da IFRS 17. A emenda adiciona uma opção de transição que permite que uma entidade aplique um 'overlay' na classificação de um ativo financeiro no(s) período(s) comparativo(s) apresentado(s) na aplicação inicial da IFRS 17. O 'overlay' permite que todos os ativos financeiros, incluindo aqueles mantidos em relação a atividades não relacionadas a contratos dentro do âmbito da IFRS 17 ser classificado, instrumento a instrumento, no(s) período(s) comparativo(s) de forma alinhada com a forma como a entidade espera que esses ativos sejam classificados na aplicação inicial da IFRS 9.

Alterações à IAS 1 – Divulgação de políticas contabilísticas

Estas alterações pretendem auxiliar uma entidade na divulgação das políticas contabilísticas 'materiais', anteriormente designadas por políticas "significativas". No entanto devido à inexistência deste conceito nas normas IFRS, foi decidido substituir pelo conceito "materialidade", um conceito já conhecido pelos utilizadores das demonstrações financeiras. Ao avaliar a materialidade das políticas contabilísticas, a entidade deve considerar não só a dimensão das transações como também outros eventos ou condições e a natureza dos mesmos.

Alterações à IAS 8 – Definição de estimativas contabilísticas

A alteração vem esclarecer qual a distinção entre alteração de estimativa contabilística, alteração de política contabilística e a correção de erros. Adicionalmente, esclarece de que forma uma entidade usa as técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contabilísticas.

Alterações à IAS 12 – Imposto diferido relacionados com ativos e passivos decorrentes a uma transação única

A IAS 12 passa a exigir que uma entidade reconheça imposto diferido quando o seu reconhecimento inicial dê origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis. Contudo, trata-se de uma questão de julgamento profissional se tais deduções são atribuíveis ao passivo que está reconhecido nas demonstrações financeiras ou ao ativo relacionado. Este facto é particularmente importante na determinação da existência de diferenças temporárias no reconhecimento inicial do ativo ou do passivo, na medida em que a exceção de reconhecimento inicial não é aplicável às transações que originaram diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. Entre as transações aplicáveis encontram-se o registo de (i) ativos sob direito de uso e passivos de locação; (ii) provisões para desmantelamento, restauro ou passivos semelhantes, e os correspondentes montantes reconhecidos como parte do custo do ativo relacionado, quando na data do reconhecimento inicial não relevem para efeitos fiscais. Esta alteração é de aplicação retrospetiva.

Alterações à IAS 12 – Reforma Fiscal Internacional – Regras-Modelo do Segundo Pilar

Estas alterações surgem no âmbito da implementação das regras do *Global Anti-Base Erosion* ("*Globe*") da OCDE, as quais poderão implicar impactos significativos no apuramento de impostos diferidos que à data de emissão destas alterações são difíceis de estimar. Estas alterações introduzem uma exceção temporária à contabilização de impostos diferidos decorrentes da aplicação das regras-modelo do segundo pilar da OCDE, e adicionalmente institui novos requisitos de divulgações específicos para as entidades afetadas.

Estas normas e alterações não tiveram impactos materiais nas demonstrações financeiras individuais da Caixa

36. Normas, interpretações, emendas e revisões que entraram em vigor no exercício

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas ("*endorsed*") pela União Europeia:

Alterações à IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras – Classificação de passivos correntes e não correntes

Esta alteração pretende clarificar a classificação dos passivos como saldos correntes ou não correntes em função dos direitos que uma entidade tem de diferir o seu pagamento, no final de cada período de relato. A classificação dos passivos não é afetada pelas expectativas da entidade (a avaliação deverá determinar se um direito existe, mas não deverá considerar se a entidade irá ou não exercer tal direito), ou por eventos ocorridos após a data de relato, como seja o incumprimento de um "*covenant*". No entanto, se o direito de adiar a liquidação por pelo menos doze meses estiver sujeito ao cumprimento de determinadas condições após a data de balanço, esses critérios não afetam o direito de diferir a liquidação cuja finalidade seja de classificar um passivo como corrente ou não corrente. Esta alteração inclui ainda uma nova definição de "liquidação" de um passivo e é de aplicação retrospetiva. A alteração deverá ser aplicada para os períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2024.

Alterações à IFRS 16 – Passivos de locação em transações de venda e relocação

Esta alteração à IFRS 16 introduz orientações relativamente à mensuração subsequente de passivos de locação, relacionados com transações de venda e relocação ("*sale & leaseback*") que qualificam como "venda" de acordo com os princípios da IFRS 15, com maior impacto quando alguns ou todos os pagamentos de locação são pagamentos de locação variáveis que não dependem de um índice ou de uma taxa.

Ao mensurar subsequentemente os passivos de locação, os vendedores-locatários deverão determinar os "pagamentos de locação" e "pagamentos de locação revistos" de maneira que estes não venham a reconhecer ganhos/(perdas) relativamente ao direito de uso que retêm.

Esta alteração é de aplicação retrospetiva.

A alteração deverá ser aplicada para os períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2024. A Caixa não procedeu à aplicação antecipada de qualquer destas normas nas demonstrações financeiras no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2023. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da sua adoção

37. Normas, interpretações, emendas e revisões que entraram em vigor no exercício

Alterações à IAS 7 e IFRS 7 – Divulgações: Acordos de financiamento de fornecedores

Estas alterações à IAS 7 – Demonstração de Fluxos de Caixa e à IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações, visam esclarecer as características de um acordo de financiamento de fornecedores e introduzem requisitos de divulgação adicionais quando tais acordos existam.

Os requisitos de divulgação destinam-se a auxiliar os utilizadores das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento do fornecedor quanto aos passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez da entidade.

As alterações entram em vigor no período com início em ou após 1 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, contudo deverá ser divulgada.

Alterações à IAS 21 – Os Efeitos das Alterações nas Taxas de Câmbio: Falta de permutabilidade

Esta alteração visa clarificar a forma de avaliar a permutabilidade de uma moeda, e como deve ser determinada a taxa de câmbio quando esta não é permutável por um longo período.

A alteração específica que uma moeda deverá ser considerada permutável quando uma entidade é capaz de obter a outra moeda dentro de um período que permita uma gestão administrativa normal, e através de um mecanismo de troca ou de mercado em que uma operação de troca crie direitos obrigações passíveis de execução.

Se uma moeda não puder ser trocada por outra moeda, uma entidade deverá estimar a taxa de câmbio na data de mensuração da transação. O objetivo será determinar a taxa de câmbio que seria aplicável, na data de mensuração, para uma transação similar entre participantes de mercado. As alterações referem ainda que uma entidade pode utilizar uma taxa de câmbio observável sem proceder a qualquer ajustamento.

As alterações entram em vigor no período com início em ou após 1 de janeiro de 2025. A adoção antecipada é permitida, contudo deverá ser divulgada os requisitos de transição aplicados. Estas normas não foram ainda adotadas ("*endorsed*") pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo Banco no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2023. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da sua adoção

38. EVENTOS SUBSEQUENTES

Lançamento da OPV realizada entre o dia 11 de janeiro de 2024 e o dia 23 de fevereiro de 2024 e colocação remanescente em mercado secundário no âmbito do processo de alienação da participação do Estado de Cabo Verde detida na CAIXA, no montante de 381.904 (trezentos oitenta e um mil, novecentos e quatro) ações, representativas de 27,44% (vinte e sete vírgula quarenta e quatro por cento) do capital social da CAIXA, tendo por base a Resolução n.º 104/2022, de 16 de novembro, que aprova a nova agenda de empresas do Setor Empresarial do Estado passíveis de privatização, alienação parcial, concessão ou parceria público-privada.

Esta operação teve como resultado, com efeitos a partir de 6 de maio de 2024, a seguinte estrutura acionista:

Estrutura Acionista

Entidade	N.ações	%
Instituto Nacional de Previdência Social	657 200	47,21%
Correios de Cabo Verde	210 749	15,14%
Outros subscritores e trabalhadores	524 051	37,65%
	1 392 000	100,00%